Tractebel Energia

GDF SUEZ



Relatório Anual de Sustentabilidade 2008

VISÃO

Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil.

MISSÃO

Gerar energia para a vida.

VALORES

Profissionalismo

Todo trabalho deve ser realizado dentro das melhores técnicas para prestar aos clientes um serviço de qualidade. Para a Tractebel Energia, o profissionalismo é uma combinação de competências, habilidades, rigor, paixão por uma profissão e de um trabalho bem realizado e comprometido com a Companhia e com quem ela interage.

Cooperação

Atuamos com mais eficácia se nos associamos a outros em nossa evolução. Para a Tractebel Energia, a cooperação é uma filosofia e uma linha de conduta, e representa um compromisso a longo prazo. É a lealdade, o cumprimento das promessas, a transparência e a confiança em todos os parceiros da Companhia.

Espírito de Equipe

O espírito de equipe é, antes de tudo, ajuda mútua. É o intercâmbio de experiência e o compartilhamento de conhecimentos. É a capacidade de mudar e de se adaptar às mudanças, de se abrir aos outros e de ser multicultural. Espírito de equipe é também ter imaginação, é privilegiar o interesse coletivo frente ao individual. É uma filosofia de gestão na qual todos saem ganhando.

Criação de Valor

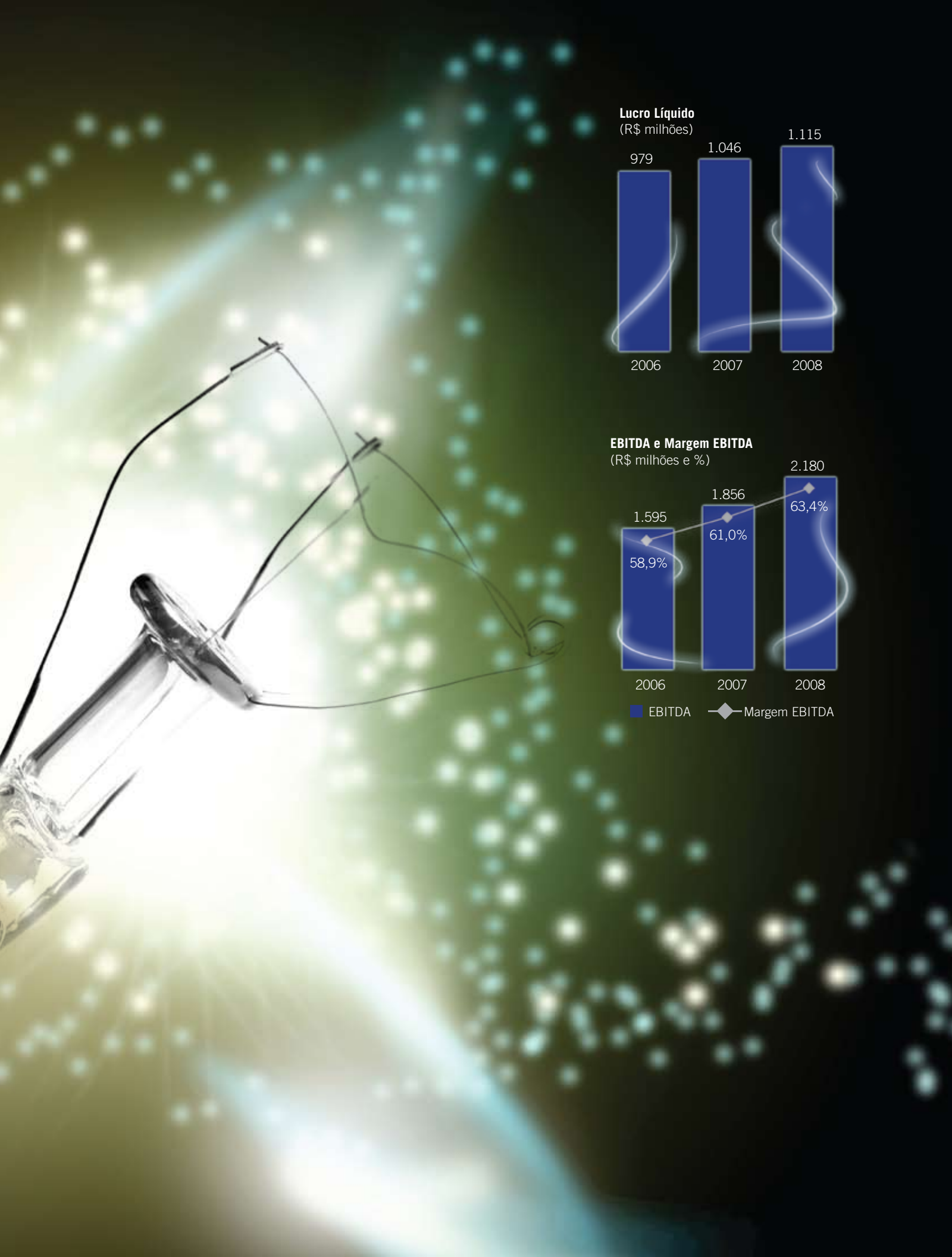
É nossa obrigação buscar a criação de valor para incrementar a rentabilidade e a solidez financeira da Companhia, garantindo sua autonomia e perenidade. Criar mais valor é uma luta de todo instante e a rentabilidade deve ser parte integral de nossa cultura.

Respeito ao Meio Ambiente

A Tractebel Energia deve contribuir para melhorar de forma sustentada a qualidade de vida, preservando o nosso meio ambiente. O respeito pelo meio ambiente está no centro de nossa estratégia e de nossa filosofia.

Ética

A ética é um valor que permeia todos os outros cinco valores e lhes dá vida. Deve guiar nosso comportamento diário e, assim, constituir-se como uma garantia de êxito e de perenidade da Tractebel Energia e do grupo do qual faz parte.
É um compromisso assumido com nossos clientes, nossos acionistas e sobretudo nós mesmos.
O Código de Ética da Companhia é a expressão natural desses valores.


Lucro Líquido
(R$ milhões)
979
1.046
1.115
2006
2007
2008
EBITDA e Margem EBITDA
(R$ milhões e %)
1.595
1.856
2.180
58,9%
61,0%
63,4%
2006
2007
2008
EBITDA
Margem EBITDA

Destaques Operacionais, Financeiros e Socioambientais

	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Indicadores Econômicos (R$ milhões)				
Receita Operacional Bruta	3.005	3.365	3.834	13,9%
Receita Operacional Líquida	2.706	3.043	3.441	13,1%
EBITDA[1]	1.595	1.856	2.180	17,5%
Margem EBITDA (%)	58,9	61,0	63,4	2,4 p.p.
Resultado de Serviço – EBIT[2]	1.387	1.620	1.914	18,1%
Resultado Financeiro	(156)	(135)	(324)	140,0%
Lucro Líquido	979	1.046	1.115	6,6%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Ativo Total	5.539	6.598	8.342	26,4%
Patrimônio Líquido	2.765	2.817	3.171	12,6%
Investimentos	69	379	1.489	292,4%
Dívida Líquida	1.025	1.019	2.559	151,1%
Ações				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,5001	1,6019	1,7084	6,6%
Preço Médio da Ação – ON (R$)[3]	16,53	20,32	20,99	3,3%
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	930	993	756	-23,9%
Mercado				
Vendas Contratadas de Energia (GWh)	32.836	32.800	30.661	-6,5%
Vendas Contratadas de Energia (MW médios)	3.748	3.744	3.491	-6,5%[4]
Corpo Funcional				
Empregados (nº)	905	917	941	2,6%

[1] EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização

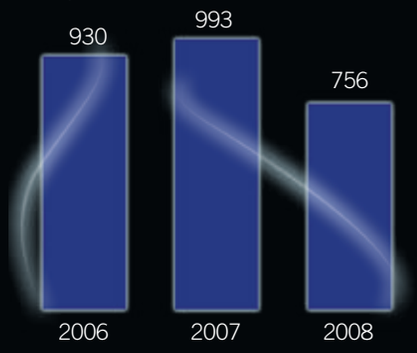
[2] EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro

[3] Média simples das cotações de fechamento

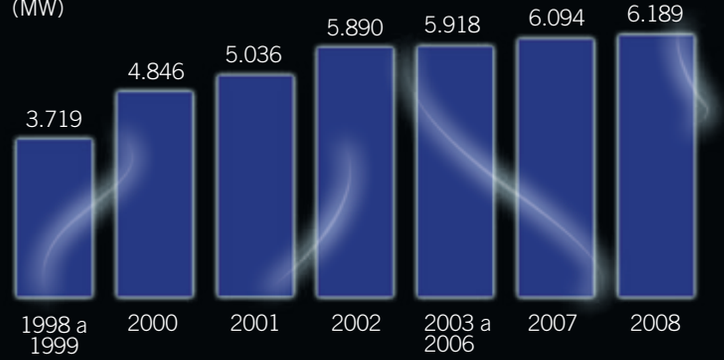
[4] Para evitar distorção causada pelo fato de 2008 ser bissexto, a variação foi calculada com base em MWh, e não em MW médio

Comprometida com a sustentabilidade, a Companhia expandiu sua capacidade própria de geração em 66,4% nesses 10 anos

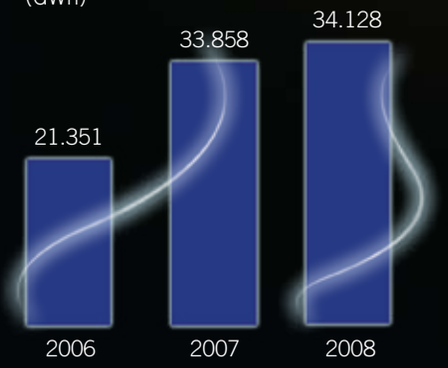
Distribuição de Dividendos
(R$ milhões)



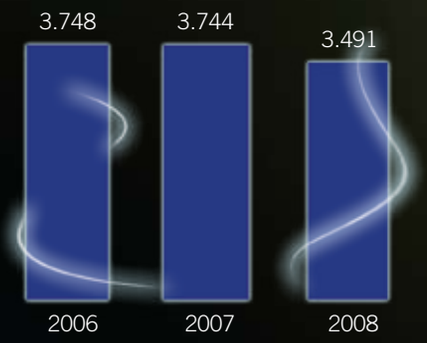
Capacidade Própria de Fornecimento
(MW)



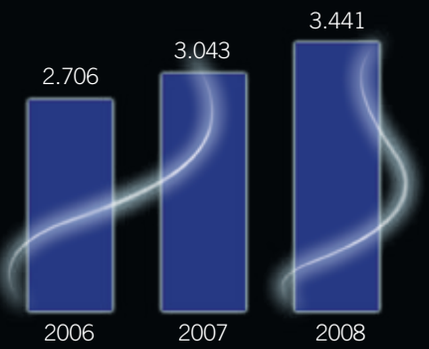
Produção de Energia
(GWh)



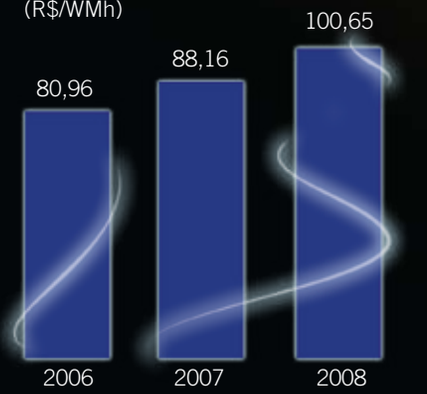
Vendas Contratadas de Energia
(MW médios)



Receita Operacional Líquida
(R$ milhões)

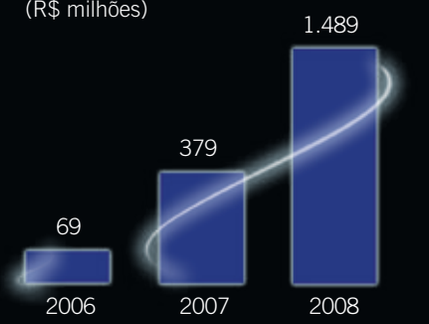


Preço Médio de Vendas Contratadas*
(R$/WMh)

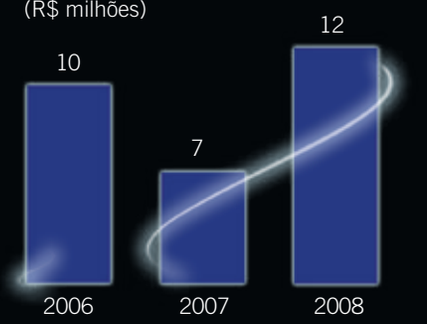


* Líquido de impostos sobre a venda e exportação

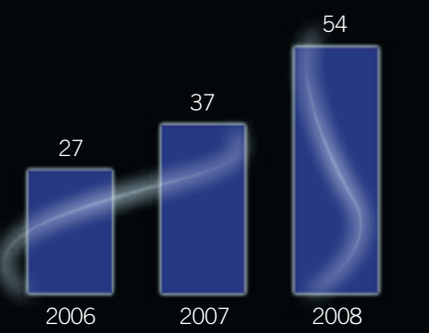
Investimentos
(R$ milhões)



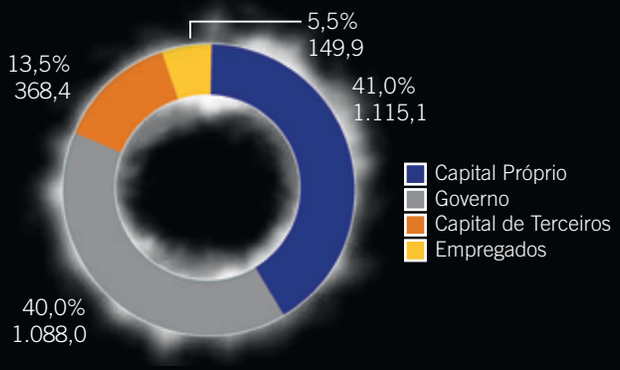
Investimentos em Projetos Sociais
(R$ milhões)



Investimentos em Meio Ambiente
(R$ milhões)



Distribuição do Valor Adicionado
(R$ milhões e %)



PARÂMETROS DO RELATÓRIO

O Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 apresenta os resultados, a gestão e o desempenho organizacional da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") nos âmbitos econômico, social e ambiental. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia adotou as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), padrão mundial em relatórios de sustentabilidade que visa proporcionar a apresentação transparente e consistente das informações, de modo a permitir a comparação entre organizações de todos os setores de atividade em análises decorrentes.

As informações aqui apresentadas a todas as partes interessadas enquadram o relatório no nível A+ da estrutura de relatórios da GRI, maior nível de exigência dentre os três (A, B e C). Esse resultado é um grande passo para a Tractebel, que, por meio da prestação de contas clara e consistente, reafirma seu compromisso com os conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável perante seus *stakeholders* e toda a sociedade.

		2002 "de acordo com"	C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto declarado			Com Verificação Externa		Com Verificação Externa	✓	Com Verificação Externa
Opcional	Examinado por Terceiros							
Opcional	Examinado pela GRI						GRI REPORT GRI CHECKED	

DEFINIÇÃO DE CONTEÚDO

Em processo interno, com a participação de representantes de diversas áreas da Tractebel, foram definidos, com base na materialidade, os indicadores de maior relevância relacionados aos objetivos e metas da Companhia. Posteriormente, a fim de aumentar a representatividade do relato, foram consultados *stakeholders* a respeito dos temas sobre a Companhia sob os quais tinham maior interesse em ver nesta publicação.

Essa iniciativa promove o diálogo e aproxima a relação da Companhia com seus públicos, aumentando a interatividade e proporcionando maior equilíbrio entre seus interesses.

LIMITE

Com periodicidade anual, o relatório é publicado nas versões português e inglês – disponíveis para *download* no *website* da Companhia (www.tractebelenergia.com.br) – com informações referentes ao exercício de 2008. O relatório anterior, referente ao exercício de 2007, também foi baseado nas diretrizes GRI e alcançou o nível C.

A principal mudança em relação ao último relatório é o atendimento a um número maior de diretrizes e indicadores GRI. Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto.

Os dados aqui relatados abrangem a Tractebel Energia e suas controladas: Itá Energética S.A. (Itasa), Tractebel Energia Comercializadora Ltda., Lages Bioenergética S.A., Usina Termelétrica Seival Ltda., Energia América do Sul Ltda. e sua subsidiária integral Ponte de Pedra Energética S.A., Gama Participações Ltda. e suas controladas Tupan Energia Elétrica S.A., Hidropower Energia S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Ibitiúva Bioenergética S.A. Também estão compreendidas no relato as participações nos consórcios Itá e Machadinho, além da participação acionária na Machadinho Energética S.A. (Maesa).

Mensagem da Administração

A Tractebel Energia comemorou dez anos em 2008, exercício que também ficou marcado por sua consolidação como a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil. Nessa primeira década de história, passamos por dois ciclos de crescimento e de ampliação do parque gerador, que proporcionaram um incremento de 10 usinas às oito iniciais. Atualmente, nosso parque é composto por sete hidrelétricas, seis termelétricas e cinco usinas das chamadas fontes complementares de energia – duas pequenas centrais hidrelétricas, duas eólicas e uma movida a biomassa. Em decorrência dessa expansão, nossa capacidade instalada própria aumentou 66%, passando de 3.719 MW em 1998 para 6.189 MW em 2008.

No primeiro ciclo de crescimento, encerrado em 2003, o parque se expandiu com a termelétrica William Arjona (MS) e as hidrelétricas Itá (SC e RS), Machadinho (SC e RS) e Cana Brava (GO), além da Unidade de Cogeração Lages (SC), usina de biomassa cujo combustível é o resíduo da indústria madeireira. Juntos, esses empreendimentos somaram 2.199 MW à nossa capacidade instalada.

Os bons resultados obtidos com as novas usinas, o fluxo de caixa vigoroso e o apoio do nosso controlador, o Grupo GDF SUEZ, nos permitiram iniciar um novo ciclo de crescimento em 2007, com a aquisição da hidrelétrica Ponte de Pedra (MS e MT), e que se estendeu em 2008 com investimentos em fontes complementares de energia. Além de ampliar nosso conhecimento sobre esse segmento, alcançamos a meta de desenvolver 100 MW de energia dela provenientes: concluímos a aquisição das Pequenas Centrais Hidrelétricas Rondonópolis (MT), José Gelazio da Rocha (MT) e Areia Branca (MG) – as duas primeiras já em operação e a terceira com previsão de início de geração para meados de 2009 – e de duas usinas eólicas, Beberibe (CE) e Pedra do Sal (PI), ambas já em atividade.

Estamos desenvolvendo outros três projetos. A inauguração do primeiro deles, a hidrelétrica São Salvador (TO), prevista para fevereiro de 2009, marcará a presença da Tractebel Energia em todas as regiões do país, enquanto que a hidrelétrica Estreito (MA), ainda a ser transferida pelo Controlador à Companhia, e a usina de biomassa Destilaria Andrade (SP) têm previsão de início de atividades para 2010. Somados à Areia Branca, eles incrementarão nossa capacidade de geração em 716 MW. Há ainda o projeto Seival, de até 540 MW e adquirido no ciclo atual, que aguarda o momento oportuno para seu início.

O resultado financeiro foi igualmente expressivo em 2008: alcançamos o maior lucro líquido de nossa história, R$ 1.115,2 milhões, 6,6% a mais do que em 2007, apesar da redução da capacidade comercial das termelétricas, determinada em portaria do Ministério de Minas e Energia (MME). Operacionalmente, mesmo com as usinas termelétricas tendo operado com alta exigência de despacho, o índice de disponibilidade aumentou e atingiu 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas, outro resultado recorde nesses 10 anos de atividades.

Sentimo-nos preparados para enfrentar a crise financeira mundial e dispostos a continuar crescendo e criando valor nos próximos anos: a capacidade comercial, incluindo novas usinas e aquisições de terceiros, está quase totalmente contratada até 2010; o forte fluxo de caixa e os financiamentos do governo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial aqueles que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos permitem manter a expansão e os investimentos nos projetos em desenvolvimento. Além disso, nossa exposição às oscilações cambiais é baixa – menos de 12% da dívida bruta é composta por moedas estrangeiras –, e tende a diminuir ainda mais nos próximos anos.

O bom desempenho econômico da Companhia na última década está intimamente ligado ao nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Atuamos sempre respeitando o meio ambiente, que provê os recursos necessários para gerarmos energia elétrica. O foco de nossa atividade pauta-se, assim, no equilíbrio do tripé que nos sustenta: apresentar excelente desempenho econômico, ser socialmente justo e atuar com responsabilidade ambiental. Conduzindo nosso negócio de maneira sustentável, criamos valor para todas as partes interessadas.

O reconhecimento desse compromisso foi evidenciado novamente em 2008 com nossa permanência, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e



Futuros.Todas as nossas 13 usinas certificadas tiveram as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 renovadas. Adicionalmente, a Companhia pretende, após avaliações, buscar a certificação das empresas recém adquiridas. Além disso, dentre outros prêmios, por conduzir nossos negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e demonstrar compromisso com a prestação de contas e com a transparência na gestão, ficamos em primeiro lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas no III Ranking Capital Aberto, que aponta as empresas que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

Durante a última década buscamos inovar, explorar novas oportunidades e expandir nosso parque gerador por todo o país. Neste ano de consolidação, comemoramos os resultados desse empenho e seguimos inspirados a trabalhar com afinco para ampliar ainda mais nossas atividades.
Nossa vontade de continuar crescendo é permanente, bem como o compromisso com a preservação ambiental e com o desenvolvimento social. Agradecemos aos nossos empregados, investidores, clientes, fornecedores e à sociedade pela participação, dedicação e confiança na construção dessa história de sucesso.

MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES
Diretor-Presidente

MAURÍCIO STOLLE BÄHR
Presidente do Conselho de Administração



1 - JOSÉ CARLOS CAUDURO MINUZZO
2 - LUCIANO FLÁVIO ANDRIANI
3 - MARC VERSTRAETE
4 - MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES
5 - JOSÉ LUIZ JANSSON LAYDNER
6 - MIROEL MAKIOLKE WOLOWSKI
7 - MARCO ANTÔNIO AMARAL SURECK

Índice

10 anos gerando energia para a vida

8 **Perfil Institucional**
24 **História**
28 **Governança Corporativa**
40 **Estratégia e Vantagens Competitivas**
44 **Ativos Intangíveis**
48 **Gestão de Riscos**

52 **Gestão Econômica**
54 Economia no Brasil em 2008
55 Setor de Energia Elétrica no Brasil
58 Desempenho Operacional e Econômico-Financeiro
69 Mercado de Capitais

72 **Gestão Ambiental**
74 Política Ambiental
75 Sistema de Gestão Ambiental
79 Licenciamento Ambiental
82 Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Créditos de Carbono
82 Relacionamento com a Comunidade
83 Usinas em Operação
88 Usinas em Construção
89 Indicadores Ambientais Consolidados

100 **Gestão Social**
102 Relacionamento com os Públicos de Interesse
103 Colaboradores e Representantes
111 Imprensa
111 Clientes
113 Fornecedores
113 Governo
114 Investidores
114 Comunidade
119 Certificações

120 **Apêndice**
120 Reconhecimentos e Premiações - 2008
122 Balanço Social Consolidado
124 Índice GRI
134 Carta-Relatório dos Auditores Independentes sobre o Relatório Anual de Sustentabilidade
136 Informações Corporativas
137 Demonstrações Financeiras





1
Perfil Institucional

Usina Eólica Pedra do Sal



Maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, a Tractebel Energia tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, e atua há dez anos na implantação e operação de usinas geradoras, bem como na comercialização de energia elétrica.

A Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

Em 10 anos o parque gerador da Tractebel cresceu 66%, totalizando 6.189 MW de capacidade instalada própria, por meio de 18 usinas em operação. Sua geração é responsável pelo atendimento de cerca de 6% do consumo de eletricidade nacional. A capacidade leva em conta as usinas operadas integralmente pela Tractebel e a geração referente à participação de 19,3% da Companhia na Usina Hidrelétrica Machadinho, que tem capacidade total de 1.140 MW, e de 70,0% na Usina Hidrelétrica Itá, com capacidade total de 1.450 MW. Considerando-se as parcelas detidas por outros investidores, a capacidade instalada total do parque operado pela Tractebel é de 7.248 MW. Além das usinas em funcionamento, quatro em construção vão agregar 1.383 MW à capacidade instalada operada pela Companhia e 716 MW à capacidade própria.

EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

Em 2008 a Companhia fortaleceu sua posição de liderança no mercado, adquirindo seis novas usinas com capacidade instalada total de 290 MW: a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (aquisição iniciada em 2007 e concluída em 2008), as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) José Gelazio da Rocha, Rondonópolis e Areia Branca e as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal. Esses investimentos totalizaram R$ 1.085,8 milhões.

Com a construção de novas usinas - as hidrelétricas São Salvador e Estreito, a termelétrica Destilaria Andrade e a PCH Areia Branca - a Tractebel está expandindo seu parque gerador para todas as regiões do país, com operação nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Ceará, Piauí, Minas Gerais, Tocantins e Maranhão.

As novas usinas São Salvador (243 MW), Estreito (435 MW e ainda a ser transferida pelo Controlador para a Companhia), Destilaria Andrade (18 MW) e Areia Branca (20 MW) irão agregar ao parque gerador 716 MW. Essa soma contempla a participação da Tractebel de 40,1% no consórcio da hidrelétrica Estreito, com capacidade total de 1.087 MW e de 51,5% no consórcio da termelétrica Destilaria Andrade, com capacidade total de 33 MW. Considerando-se a capacidade total das usinas, serão agregados ao parque gerador da Tractebel 1.383 MW.

A Companhia mantém os estudos para o desenvolvimento da termelétrica Seival, no Rio Grande do Sul, com capacidade máxima permitida de 540 MW. A energia a ser gerada pela usina, de potência instalada esperada de 340 MW, pode ter como destino o mercado externo. A demanda de investimento das cinco usinas está estimada em R$ 5 bilhões.

Em 2008 a Companhia fortaleceu sua posição de liderança no mercado, adquirindo seis novas usinas com capacidade instalada total de 290 MW

PARQUE GERADOR

	Usinas em operação	Capacidade Instalada da Tractebel (MW)	Capacidade Instalada Total (MW)
	Hidrelétricas		
9	Salto Santiago	1.420	1.420
4	Itá	1.127	1.450
8	Salto Osório	1.078	1.078
16	Cana Brava	450	450
7	Machadinho	404	1.140
1	Passo Fundo	226	226
13	Ponte de Pedra	176	176
	Termelétricas		
5	Complexo Jorge Lacerda[1]	857	857
12	William Arjona	190	190
3	Charqueadas	72	72
2	Alegrete	66	66
	Complementares		
6	Lages (Biomassa)	28	28
14	Rondonópolis (PCH)	27	27
20	Beberibe (Eólica)	26	26
15	José Gelazio da Rocha (PCH)	24	24
19	Pedra do Sal (Eólica)	18	18
Total		**6.189**	**7.248**

	Usinas em construção	Capacidade Instalada da Tractebel (MW)	Capacidade Instalada Total (MW)
18	Estreito (Hidrelétrica)[2]	435	1.087
17	São Salvador (Hidrelétrica)	243	243
11	Areia Branca (PCH)	20	20
10	Andrade (Biomassa)	18	33
Total		**716**	**1.383**

[1] Complexo composto por três usinas
[2] A ser transferida pelo Controlador à Tractebel

1998
A Aquisição



Usina Hidrelétrica

Usina Termelétrica

A TRACTEBEL EM 1998

- **1.227** empregados
- **2.724 MW** de capacidade instalada em três hidrelétricas e **995 MW** distribuídos em cinco termelétricas
- Dois projetos de hidrelétricas em construção na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina

2008
A Consolidação



Usina Hidrelétrica

Usina Termelétrica

Usina de Biomassa

Usina Eólica

A TRACTEBEL EM 2008

- **941** empregados
- **6.189 MW** de capacidade instalada própria, sendo **4.881 MW** em sete hidrelétricas, **1.185** em seis termelétricas e **123 MW** em cinco complementares
- **7.248 MW** de capacidade instalada operada pela Tractebel Energia, que possui duas usinas hidrelétricas em consórcio com outras empresas
- Quatro usinas em construção, sendo duas hidrelétricas e duas complementares

PARQUE GERADOR - SUL

1 Hidrelétrica Passo Fundo

Primeira usina hidrelétrica do parque gerador a entrar em operação, passou por completa modernização tecnológica após a privatização
Início das operações: 1973
Localização: Entre Rios do Sul (RS) - Rio Passo Fundo
Capacidade instalada: 226 MW - duas unidades geradoras de 113 MW
Capacidade comercial: 119 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

2 Termelétrica Alegrete

Estrategicamente localizada, garante a qualidade da energia na região oeste do Rio Grande do Sul
Início das operações: 1968
Localização: Alegrete (RS)
Fonte de energia: óleo diesel
Capacidade instalada: 66 MW - duas unidades geradoras de 33 MW
Capacidade comercial: 21 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

3 Termelétrica Charqueadas

Instalada próxima a um grande centro consumidor de energia, a região metropolitana de Porto Alegre, tem função estratégica em casos de déficit de capacidade de geração hidrelétrica
Início das operações: 1962
Localização: Charqueadas (RS)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 72 MW - quatro unidades geradoras de 18 MW
Capacidade comercial: 46 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

4 Hidrelétrica Itá

Primeira grande hidrelétrica construída pela iniciativa privada no país, tornou-se referência tecnológica e de gestão socioambiental
Início das operações: 2000
Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) - Rio Uruguai
Capacidade instalada total: 1.450 MW – cinco unidades geradoras de 290 MW
Capacidade instalada Tractebel: 1.127 MW
Capacidade comercial Tractebel: 544 MW médios
Validade da concessão: 2030 – concedida ao Consórcio Itá, formado por Tractebel (69,0%), Companhia Siderúrgica Nacional (29,5%) e Cimento Itambé (1,5%)
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Usina Hidrelétrica Itá



5 Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (três unidades)

Maior conjunto gerador a carvão da América Latina, é fundamental para abastecer a região sul do Brasil, principalmente durante períodos de estiagem. As cinzas resultantes da produção são utilizadas pela indústria de cimento. Importante gerador de empregos para a cadeia do setor carbonífero catarinense
Início das operações: 1963
Localização: Capivari de Baixo (SC)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 857 MW em três usinas - Jorge Lacerda A, com duas unidades geradoras de 50 MW e duas de 66 MW; Jorge Lacerda B, com duas unidades de 131 MW; e Jorge Lacerda C, com uma de 363 MW
Capacidade comercial: 650 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001



6 Unidade de Cogeração Lages

Uma das primeiras usinas termelétricas no Brasil a obter o registro no Comitê do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Utiliza resíduos de madeira na produção de energia elétrica e vapor. Tem uma geração estimada de 220 mil créditos de carbono por ano até 2014

Início das operações: 2003
Localização: Lages (SC)
Fonte de energia: Biomassa - cavaco de madeira (proveniente de refugo de madeireiras)
Capacidade instalada: 28 MW
Capacidade comercial: 25 MW médios
Autorização para operação: 2032
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

7 Hidrelétrica Machadinho

Destaque entre as usinas do parque devido à excelente relação entre a capacidade de geração instalada e a área do reservatório. O projeto original da usina foi alterado para que esse benefício fosse alcançado

Início das operações: 2002
Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS) – Rio Pelotas
Capacidade instalada total: 1.140 MW
Capacidade instalada Tractebel: 404 MW
Capacidade comercial Tractebel: 147 MW médios
Validade da concessão: 2032 - concedida ao Consórcio Machadinho, formado pela Machadinho Energética S.A. (80,72%) e pela Tractebel (19,28%)
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

8 Hidrelétrica Salto Osório

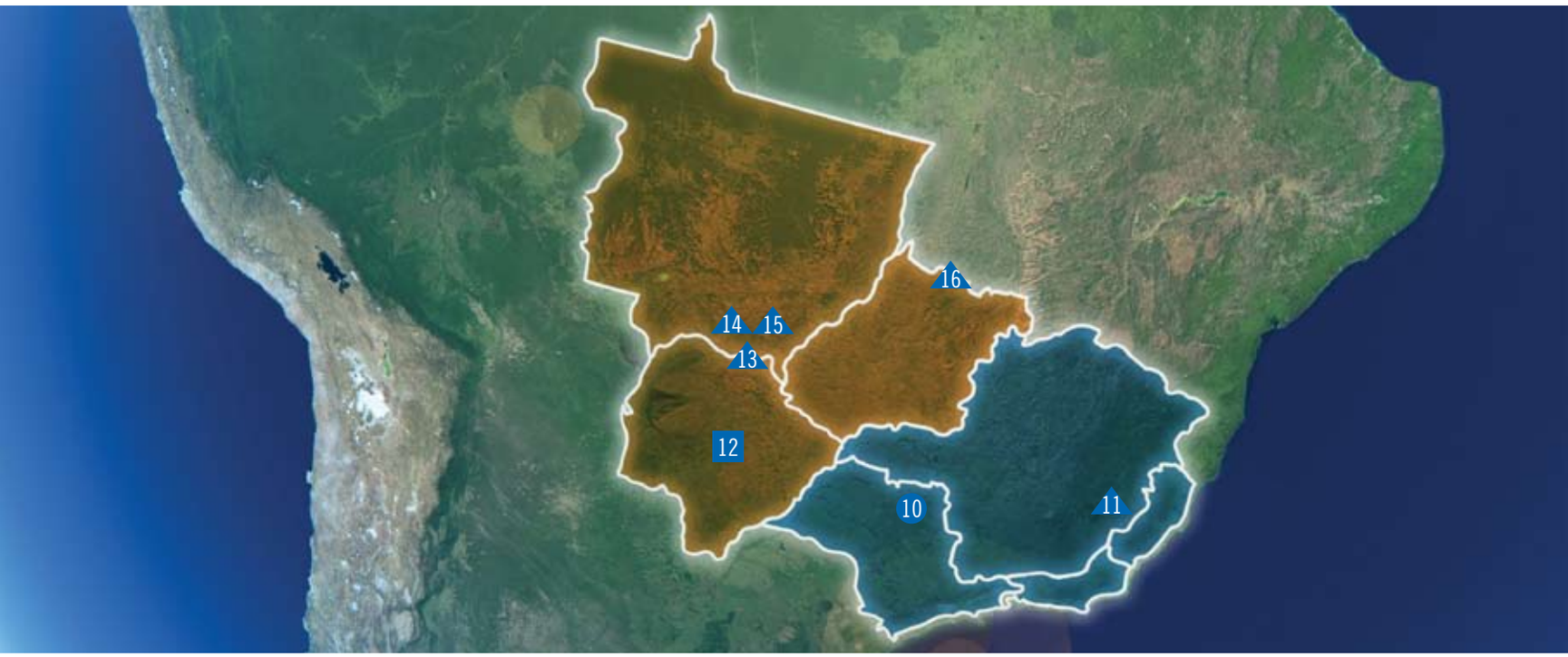
Desenvolve um programa de gestão socioambiental que contempla, entre outras ações, reflorestamentos com espécies nativas e levantamentos e estudos sobre a qualidade da água e as espécies de peixes existentes nos reservatórios

Início das operações: 1975
Localização: entre os municípios de Quedas do Iguaçu (PR) e São Jorge d'Oeste (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.078 MW - quatro unidades geradoras de 182 MW e duas de 175 MW
Capacidade comercial: 522 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

9 Hidrelétrica Salto Santiago

Segunda maior usina em capacidade instalada operada pela Companhia, funciona como centro de operação remota da hidrelétrica Cana Brava

Início das operações: 1980
Localização: entre os municípios de Saudade do Iguaçu (PR) e Rio Bonito do Iguaçu (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.420 MW - quatro unidades geradoras de 355 MW
Capacidade comercial: 723 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001



PARQUE GERADOR - SUDESTE

10 Termelétrica Destilaria Andrade

Usina em construção, teve sua energia vendida no 1º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2008, sendo a primeira usina do parque gerador da Companhia que utilizará bagaço de cana-de-açúcar como combustível
Início da operação: previsto para 2010
Localização: Pitangueiras (SP)
Fonte de energia: Biomassa – bagaço da cana-de-açúcar
Capacidade instalada total: 33 MW
Capacidade instalada Tractebel: 18 MW
Capacidade comercial Tractebel: 11 MW
Validade da autorização: 2025 – concedida ao Consórcio Andrade, formado por Tractebel (54,1%), Mega Consultoria (13,5%) e Açúcar Guarani (32,4%), empresa do setor sucroalcooleiro

11 Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca

PCH em construção, com início da operação previsto para 2009
Início da operação: 2009
Localização: entre os municípios de Caratinga (MG) e Ipanema (MG) - Rio Manhuaçu
Capacidade instalada: 19,8 MW - duas unidades geradoras de 9,9 MW
Capacidade comercial: 11,2 MW médios
Validade da autorização: 2030

PARQUE GERADOR - CENTRO-OESTE

12 Termelétrica William Arjona

Primeira usina movida a gás natural no país e a utilizar o gasoduto Brasil-Bolívia
Início da operação: 1999
Localização: Campo Grande (MS)
Fonte de energia: gás natural e óleo combustível
Capacidade instalada: 190 MW - três unidades geradoras de 40 MW e duas de 35 MW
Capacidade comercial: 136 MW médios
Validade da autorização: 2029
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

13 Hidrelétrica Ponte de Pedra

Primeiro empreendimento em operação adquirido pela Tractebel
Início da operação: 2005
Localização: entre os municípios de Sonora (MS) e Itiquira (MT) – Rio Correntes
Capacidade instalada: 176 MW - três unidades geradoras de 58,7 MW
Capacidade comercial: 132 MW médios
Validade da concessão: 2035
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Usina Hidrelétrica Cana Brava



14 Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis

Adquirida pela Companhia em 2008, foi o primeiro investimento em PCH, juntamente à usina José Gelazio da Rocha, confirmando a estratégia de investimento em energia complementar

Início da operação: 2007

Localização: Rondonópolis (MT) - Ribeirão Ponte de Pedra

Capacidade instalada: 26,7 MW - três unidades geradoras de 8,9 MW

Capacidade comercial: 14 MW médios

Validade da autorização: 2032

15 Pequena Central Hidrelétrica José Gelazio da Rocha

Localiza-se próximo à hidrelétrica Ponte de Pedra e à PCH Rondonópolis, o que permite sinergias nas operações

Início da operação: 2007

Localização: Rondonópolis (MT) - Ribeirão Ponte de Pedra

Capacidade instalada: 23,7 MW - três unidades geradoras de 7,9 MW

Capacidade comercial: 12 MW médios

Validade da autorização: 2032

16 Hidrelétrica Cana Brava

Primeiro investimento em energia do Grupo GDF SUEZ no Brasil, anterior à aquisição do controle acionário da Tractebel, a hidrelétrica contribui para o fomento da economia local por meio de participação no Fundo de Desenvolvimento Regional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Furnas Centrais Elétricas e Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME). É uma usina a fio d'água, que permite a implantação de reservatórios menores

Início da operação: 2002

Localização: entre os municípios de Cavalcante (GO), Minaçu (GO) e Colinas do Sul (GO) – Rio Tocantins

Capacidade instalada: 450 MW – três unidades geradoras de 150 MW

Capacidade comercial: 274 MW médios

Validade da concessão: 2033

Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001



PARQUE GERADOR - NORTE

17 Hidrelétrica São Salvador

Em fase final de implantação. Assim como a usina Cana Brava, é a fio d'água. Durante a implantação, foi constituído um fórum participativo de negociação de questões sociais, coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A obra integra o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)

Início da operação: previsto para 2009

Localização: Entre os municípios de São Salvador (TO) e Paranã (TO) - Rio Tocantins

Capacidade instalada: 243 MW - duas unidades geradoras de 121,6 MW

Capacidade comercial: 148 MW médios

Validade da concessão: 2037

PARQUE GERADOR - NORDESTE

18 Hidrelétrica Estreito

À exceção dos projetos do Rio Madeira, é o maior projeto hidrelétrico em fase de implantação no Brasil. Ainda a ser transferido pelo Controlador à Companhia, o projeto também integra o PAC

Início da operação: previsto para 2010

Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO) – Rio Tocantins

Capacidade instalada total: 1.087 MW - oito unidades geradoras de 135,9 MW

Capacidade instalada Tractebel: 435 MW

Capacidade comercial Tractebel: 256 MW médios

Validade da concessão: 2037 - concedida ao Consórcio Estreito Energia (Ceste), composto pela GDF SUEZ Energy Latin America (40,1%), Companhia Vale do Rio Doce (30,0%), Alcoa Alumínio (25,5%) e Camargo Corrêa (4,4%)

Usina Eólica Beberibe



19 Usina Eólica Pedra do Sal

Primeira usina eólica construída pela Tractebel, assim como Beberibe
Início da operação: 2008
Localização: Parnaíba (PI)
Capacidade instalada: 18 MW - 20 aerogeradores de 0,9 MW
Capacidade comercial: 7,8 MW médios
Validade da concessão: 2032

20 Usina Eólica Beberibe

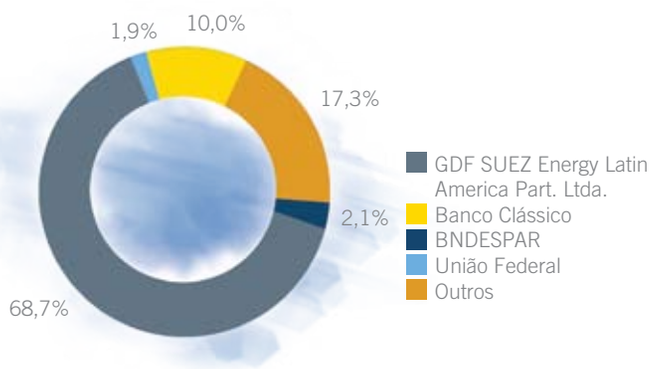
Em conjunto com o projeto Pedra do Sal, faz parte da intenção da Companhia em expandir seu parque gerador por meio de fontes complementares
Início da operação: 2008
Localização: Beberibe (CE)
Capacidade instalada: 25,6 MW - 32 aerogeradores de 0,8 MW
Capacidade comercial: 9,2 MW médios
Validade da concessão: 2033

As usinas eólicas adquiridas fazem parte da intenção da Companhia em expandir seu parque gerador por meio de fontes complementares

CONTROLE ACIONÁRIO

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (SELA), integrante do Grupo GDF SUEZ, detém o controle acionário da Tractebel, com 68,7% do Capital Social. Ao final de 2008 o Capital Social da Companhia totalizava aproximadamente R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias.

Composição Acionária
(Base: 652.742.192 ações ordinárias)

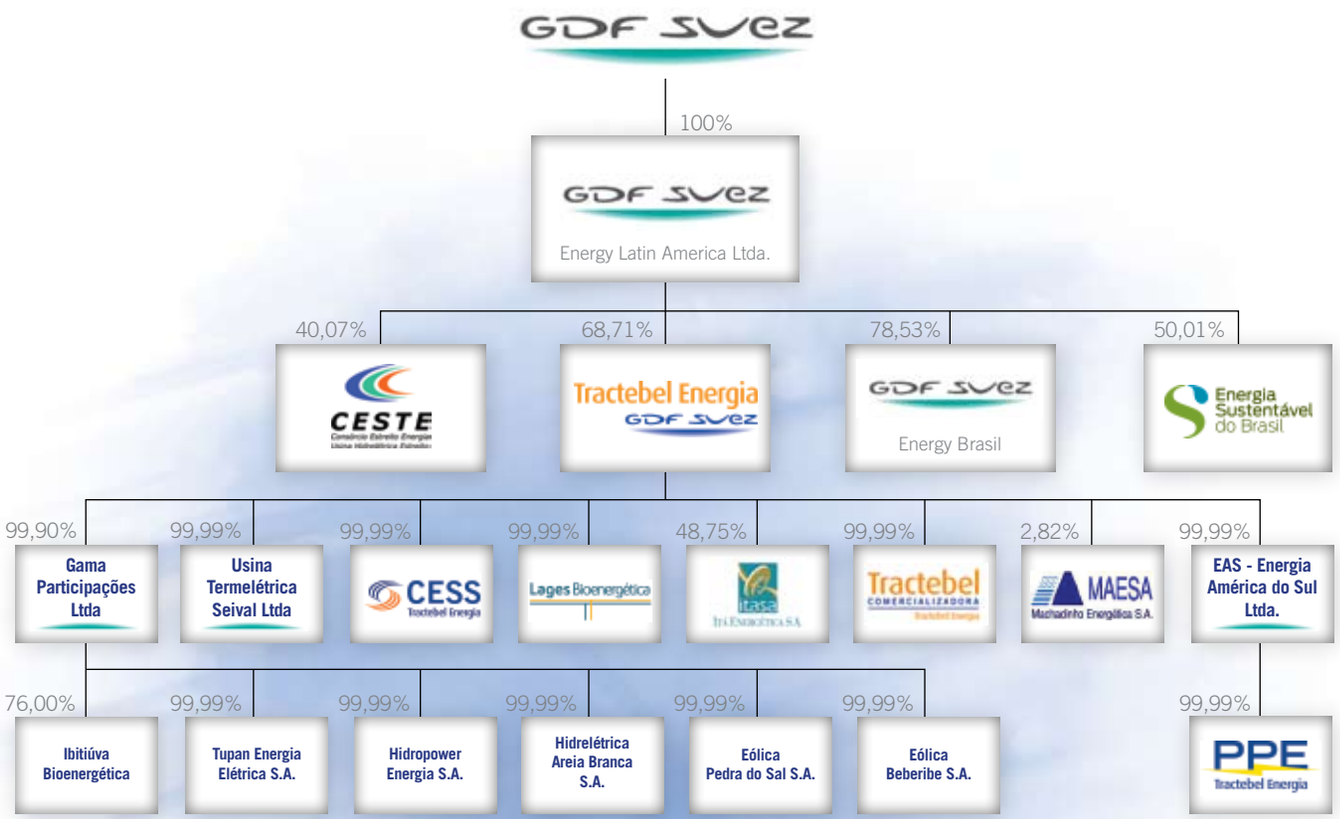


A Tractebel, por sua vez, detém o controle da Companhia Energética São Salvador, da Lages Bioenergética Ltda., da Seival Participações S.A., da Ponte de Pedra Energética S.A., da Gama Participações Ltda. e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., que intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia detém participação acionária de 2,82% na Machadinho Energética S.A.(Maesa) e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Adicionalmente, a Tractebel possui o controle compartilhado da empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, a Itá Energética S.A. (Itasa) - com participação de 48,5% - e do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento, com 39,5%. Esses percentuais totalizam uma participação de 70% na Usina Hidrelétrica Itá.

Organograma Societário*



*Estrutura simplificada

CONTROLADOR – GDF SUEZ

A GDF SUEZ é um grupo internacional de origem franco-belga que dedica suas atividades ao desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras para os setores de energia, água e gestão de resíduos.

Em 2008 foi concluída a fusão entre a SUEZ e a Gaz de France (GDF), que deu origem ao maior produtor independente de energia do mundo e ao quinto maior comercializador de eletricidade na Europa, com capacidade instalada total de aproximadamente 60 mil MW, incluindo os empreendimentos em construção.

As empresas do Grupo GDF SUEZ, presentes em todos os continentes, atendem às demandas originadas na expansão das cidades e negócios, e têm como desafio superar as dificuldades relacionadas ao crescimento demográfico, à urbanização, à melhoria da qualidade de vida e à proteção ambiental. Para isso, as cerca de 200 mil pessoas que trabalham no Grupo buscam diariamente soluções inovadoras e eficientes.

A Tractebel compartilha a consciência da GDF SUEZ quanto à importância de gerar valor com base no desenvolvimento sustentável. Assim, conduz seus negócios de acordo com os valores de sua controladora, a fim de oferecer soluções sustentáveis e minimizar os impactos causados por suas atividades.

Missão GDF SUEZ

Propor soluções energéticas inovadoras, baseadas no nosso mix de energias e nos serviços associados.

Garantir a segurança do aprovisionamento da Europa, com a criação de grandes infraestruturas.

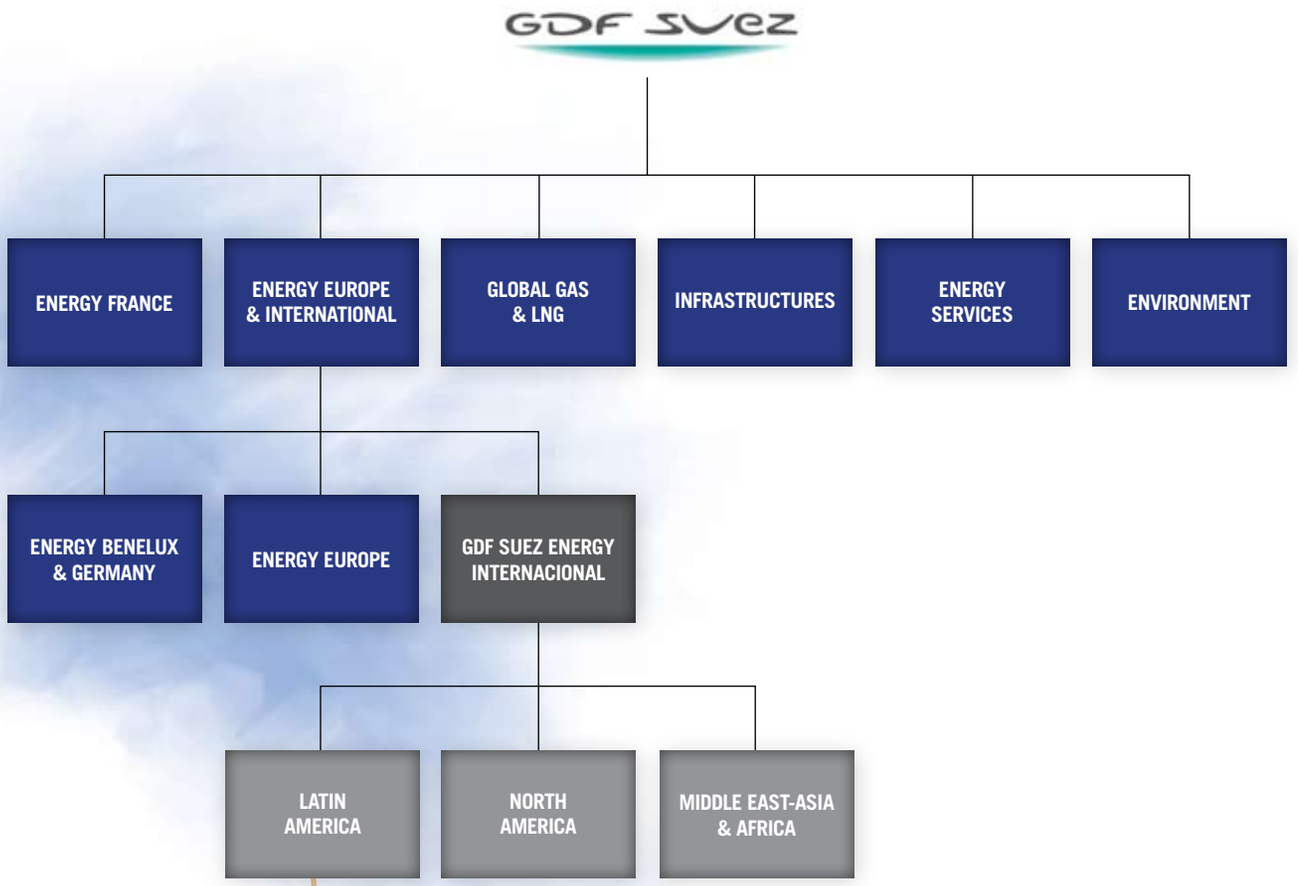
Acompanhar os consumidores, as comunidades e as empresas no desenvolvimento de uma relação responsável com a energia.

Colocar o desenvolvimento sustentável no centro das nossas atividades, desenvolver as energias renováveis, lutar contra o aquecimento climático.

Desenvolver as sinergias entre as nossas atividades no campo da energia, dos serviços relacionados com a energia e do meio ambiente.

A GDF SUEZ desenvolve soluções sustentáveis e inovadoras para os setores de energia, água e gestão de resíduos

Estrutura Organizacional GDF SUEZ







2
História

10 Anos de Conquistas

1998

• Aquisição da companhia estatal Gerasul, em setembro, com capacidade instalada para gerar 3.719 MW em oito usinas: Salto Santiago, Salto Osório, Passo Fundo, Complexo Jorge Lacerda (três usinas), Charqueadas e Alegrete.



1999

• Início da construção da Usina Hidrelétrica Machadinho, no Rio Pelotas (SC e RS).

• Aquisição da Companhia Energética Meridional (CEM), que detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava (GO) e início da construção da usina.

• Aquisição do projeto da termelétrica William Arjona (MS).

2000

• Aquisição de participação acionária na Itá Energética S.A (Itasa), companhia constituída para implantar e operar a Usina Hidrelétrica Itá (SC), inaugurada no final do ano.

• Assinatura do primeiro contrato de venda direta a um cliente livre, fomentando o mercado livre de energia.

2001

• Inauguração da Usina Termelétrica William Arjona, primeira usina movida a gás natural no país e a utilizar o gasoduto Brasil-Bolívia.



• A Companhia passa a se chamar Tractebel Energia S.A. e expande sua atuação para além do sul do Brasil.

• São iniciadas as operações das hidrelétricas Cana Brava (GO) e Machadinho (RS e SC). A Companhia promove o primeiro leilão de venda de energia elétrica no país a clientes livres.

2002

2003

• Início da operação da Unidade de Cogeração Lages (SC), movida a biomassa proveniente do refugo da indústria madeireira de Santa Catarina.

• Fim do primeiro ciclo de expansão: a capacidade instalada alcança 5.860 MW, um crescimento de 58% de capacidade própria em seis anos.

2004

• Sete das 13 usinas do parque gerador da Tractebel recebem certificação das normas NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001.

• Os contratos com grandes consumidores industriais ultrapassam a marca de 700 MW médios e a Companhia consolida sua participação no mercado livre de energia elétrica.

• A Tractebel participa do primeiro leilão de energia nova do país, comercializando 200 MW médios.

• Com a realização da oferta secundária de ações, a Companhia passa a integrar o Novo Mercado da BM&FBOVESPA e, em dezembro, é selecionada para compor o novo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA.

2005



• Todas as 13 usinas da Tractebel passam a ter as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001. A Companhia é a primeira entre as principais geradoras do país a obter 100% de suas plantas certificadas nessas normas.

• O BNDES aprova financiamento de R$ 570 milhões e inicia-se a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador (TO).

2006



2007

• A Tractebel concretiza a venda de 190 mil toneladas de Redução Certificada de Emissões (RCE) provenientes do aproveitamento de resíduos de madeireiras da Unidade de Cogeração Lages.

• Aquisição das hidrelétricas São Salvador e Ponte de Pedra (aquisição concluída em 2008), e também do projeto da termelétrica Seival (RS).

2008

• A Tractebel completa dez anos e expande sua atuação para todas as regiões do Brasil.

• Aquisição das PCHs Rondonópolis (MT), José Gelazio da Rocha (MT) e Areia Branca (MG) e das Usinas Eólicas Beberibe (CE) e Pedra do Sal (PI).

• Início do desenvolvimento, em parceria com uma empresa do setor sucroalcooleiro, da Usina Termelétrica Destilaria Andrade (SP), movida a biomassa (bagaço de cana-de-açúcar).

Em 2008 a Tractebel expande sua atuação para todas as regiões do Brasil





3

Governança Corporativa





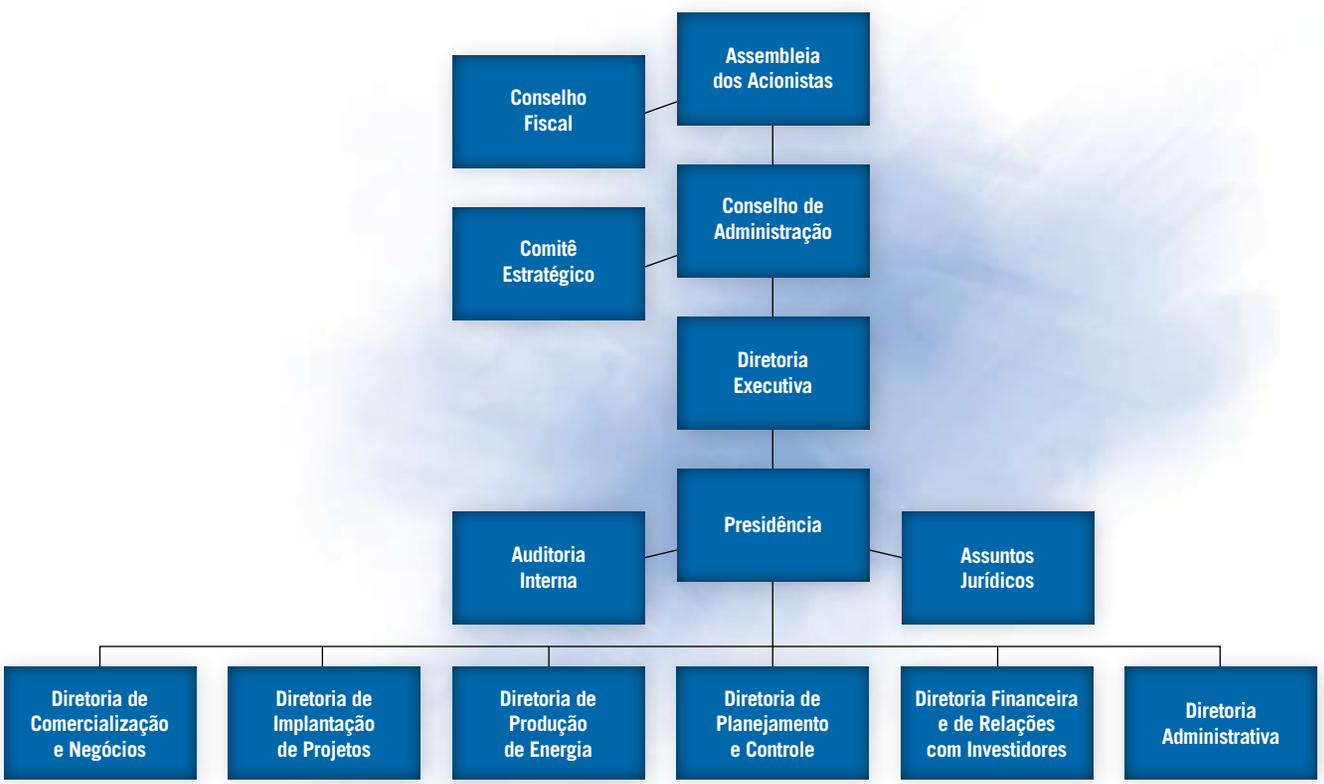
A Tractebel conduz seus negócios em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, comprometida com a prestação de contas e a transparência na gestão. Suas ações são negociadas no Novo Mercado, segmento da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros composto por companhias empenhadas em adotar práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que têm ações e/ou ADRs negociados nas bolsas de valores dos Estados Unidos e que visa à criação de mecanismos confiáveis de auditoria e integridade das informações para assegurar a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros. A auditoria de conformidade com a SOX, bem como de todos os resultados apresentados pela Tractebel, é realizada por firma de auditoria independente e os resultados das avaliações periódicas são discutidos e aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e disponibilizados para a Deloitte Touche Tohmatsu, que presta exclusivamente serviços de auditoria externa.

Unidade de Cogeração Lages



Organograma Geral



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Tractebel Energia é composto por nove membros efetivos e nove suplentes, sendo dois membros independentes e um representante eleito pelos empregados. Com exceção desse último, todos são eleitos por acionistas em Assembleia Geral para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Nas Assembleias, os acionistas minoritários têm o direito de fazer recomendações e orientar o Conselho quanto à tomada de decisão.

As principais atribuições do Conselho são estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovar o orçamento anual, eleger e destituir, bem como fixar as responsabilidades dos diretores. O Diretor-Presidente integra o quadro de conselheiros, mas não ocupa a presidência do Conselho.

Os Conselheiros atuais foram reeleitos em 2008 e o mandato expira em abril de 2010.

Conselho de Administração (2008-2010)

Titulares	Cargo
Maurício Stolle Bähr	Presidente
Jan Franciscus Maria Flachet	Vice-Presidente
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Conselheiro e Diretor-Presidente
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos	Conselheiro
Dirk Beeuwsaert	Conselheiro
José Carlos Cauduro Minuzzo	Conselheiro* e Diretor de Produção de Energia
Luiz Antônio Barbosa	Conselheiro
José Pais Rangel	Conselheiro
Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro	Conselheiro

* Atuando como Conselheiro devido à vacância do Conselheiro titular

Maurício Stolle Bähr
Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Concluiu MBA pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ), e *Corporate Finance* pela Universidade da Califórnia, Berkeley, nos EUA. Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A. e Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente, é Diretor-Presidente da GDF SUEZ Energy Brasil Ltda., Diretor da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., Representante Geral da GDF SUEZ no Brasil e Presidente do Conselho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Jan Franciscus Maria Flachet
Engenheiro eletromecânico formado pela Universidade Católica de Louvain (UCL), na Bélgica, possui mestrado em Administração pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais da UCL e participou do Programa de Gerenciamento do Centro Europeu de Educação Continuada (Cedep/Insead), em Fontainebleau, na França. Foi Chefe do Departamento de Operações na Unerg, em Brabant (Bélgica). Atuou na Electrabel como Gerente Geral de Distribuição de Energia Elétrica. Foi Gerente Geral da Litoral Gás, na Argentina, Vice-Presidente Sênior de Operações de Distribuição e Comércio na Tractebel EGI e Vice-Presidente Executivo para Desenvolvimento de Negócios na América do Sul. Atualmente é Diretor-Presidente da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Engenheiro eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e especialista em Administração Geral pelo Centro Europeu de Educação Continuada (Cedep/Insead), em Fontainebleau, na França. De 1973 a 1998 trabalhou em Furnas Centrais Elétricas, onde foi Superintendente de Produção Sul e Superintendente de Operação no sistema de Furnas, representante no Grupo Coordenador para a Operação Interligada (GCOI), na Comissão Mista de Operação da Usina de Itaipu e no Comitê de Operação e Comercialização de Energia das Empresas do Sistema Eletrobrás (Coese). Em 1998 passou a integrar a diretoria da Tractebel Energia e atuou como Diretor de Operação, assumindo a presidência da Companhia em 1999. É membro do Conselho de Administração da Itá Energética.

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis (RJ) e em Economia pelo Instituto Metodista Bennett (RJ). É atuário pela Sociedade Universitária Augusto Motta (SUAM, RJ). Foi engenheiro residente na Sociedade Técnica de Engenharia e Representação (STER). Diretor da Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Paulo Williansems. Diretor-Superintendente do Fundo de Pensão do Montreal Bank, do Banco Nacional e Presidente da Nacional Energética S.A. (responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa). Exerceu o cargo de Diretor-Presidente da Companhia Energética Meridional (CEM), empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava, até junho de 2002. É Diretor-Presidente da Companhia Energética São Salvador (CESS).

Dirk Beeuwsaert
Engenheiro mecânico e eletricista formado pela Universidade de Gent (Bélgica). Participou do Programa de Gerenciamento do Centro Europeu de Educação Continuada (Cedep/Insead), em Fontainebleau, na França. Foi membro da Diretoria Executiva da Tractebel Société Anonyme e do Comitê Estratégico da Electrabel Société Anonyme. Atuou como membro do Conselho de Administração e como Presidente da Tractebel Inc., e participou do Conselho de Administração da Tractebel North America. Foi diretor da Thai Cogeneration Co., da Nong Khae Cogeneration Co. e da Samutprakarn Cogeneration Co. É membro do Conselho da *Vlerick Management School Leuven-Gent*, do Conselho de Consultores da Universidade de Gent e do Conselho da *Faculty of Applied Sciences*. Ocupa o cargo de Presidente da GDF SUEZ Energy International.

José Carlos Cauduro Minuzzo
Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Iniciou sua carreira profissional na Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) em 1976, desempenhando suas atividades na área de Geração Térmica no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda até 1992. A partir desta data, gerenciou a Divisão de Engenharia e Manutenção de Térmicas até 1997 e, posteriormente, o Departamento de Geração Térmica até junho de 1999. Atualmente exerce as funções de Diretor de Operação da Companhia Energética Meridional (CEM) e da Lages Bioenergética Ltda., sendo, também, Diretor do Comitê Gestor do Consórcio Itá e do Consórcio Machadinho. Também atua como suplente no Conselho de Administração da Tractebel, da Itá Energética S.A. e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná. Desde 1999 exerce a função de Diretor de Produção de Energia da Tractebel.

Luiz Antônio Barbosa
Técnico de manutenção de usinas, foi Diretor da Associação dos Empregados da Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ASES) e Delegado na Associação dos Profissionais da Eletrosul (Aprosul). É Diretor Financeiro do Sindicato dos Eletricitários do Sul do Estado de Santa Catarina (Sintresc).

José Pais Rangel
Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes (RJ), possui licenciatura em Direito e Legislação/Habilitação de Magistério pela Faculdade Niteroiense de Formação de Professores (Fanipe). No Banco Central do Brasil (Bacen), foi Inspetor de Mercado de Capitais, Supervisor de Fiscalização do Mercado de Capitais, Chefe do Departamento da Dívida Pública, Gerente de Operações de Mercado Aberto, Coordenador do Projeto e Implantador do Sistema Selic no mercado financeiro nacional. Foi fundador e membro do Conselho de Curadores da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Cebtrus) e coordenador do programa de desestatização de empresas controladas pelo Bacen. Foi assessor da Comissão Especial de Desestatização da Seplan (Presidência da República) e Presidente da Cia. Nacional de Tecidos Nova América. Atuou como liquidante das empresas estatais Digibrás – Empresa Digital Brasileira S.A., Digidata – Eletrônica S.A., e Proel – Processos Eletrônicos Ltda. Atualmente, é Diretor-Presidente do Banco Clássico S.A.

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Advogado formado pela Universidade do Estado da Guanabara, é sócio da Motta, Fernandes Rocha Advogados. Foi membro do Conselho de Administração da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e do Conselho de Administração do BNDES Participações S.A. (BNDESpar). Foi Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Foi também Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Presidente do *Council of Securities Regulators of the Americas* (COSRA). Atualmente é membro do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), membro do Conselho do Instituto Futuro Brasil, árbitro da Câmara de Arbitragem do Mercado, Diretor do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), seção do RJ, membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity (ABVCAP), membro do Conselho da Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca) e Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF/Rio).

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Tractebel possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. É responsável pela direção geral e representação da Companhia, além de cumprir as atribuições determinadas pelo Conselho de Administração.

Em 2008 houve duas alterações na composição da Diretoria Executiva. A Diretoria de Comercialização de Negócios, até então a cargo de Miroel Makiolke Wolowski, foi assumida por José Luiz Jansson Laydner, que ocupava a Gerência de Termelétricas da Companhia. Para a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, foi nomeado Philippe Dartienne, que ocupava a posição de Diretor de Planejamento e Controle Financeiro na SUEZ Environment. Sua posse está condicionada à obtenção de autorização das autoridades brasileiras. Marc Verstraete, que exercia o cargo, assumiu nova função dentro do Grupo GDF SUEZ na Europa.

Os demais integrantes da Diretoria foram eleitos em 10 de maio de 2007.

Diretoria Executiva (2007-2010)

Titulares	Cargo
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Diretor-Presidente Diretor Financeiro e de Relações com Investidores em exercício
Marco Antônio Amaral Sureck	Diretor de Planejamento e Controle
José Carlos Cauduro Minuzzo	Diretor de Produção de Energia
Miroel Makiolke Wolowski	Diretor de Implantação de Projetos
José Luiz Jansson Laydner	Diretor de Comercialização e Negócios
Luciano Flávio Andriani	Diretor Administrativo

Manoel Arlindo Zaroni Torres

Integra o Conselho de Administração (ver página 32).

Marco Antônio Amaral Sureck

Engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Planejamento da Expansão e da Operação de Sistemas Elétricos pela Universidade de Waterloo, no Canadá. Trabalhou na Eletrosul de 1982 a 1997, onde gerenciou a Divisão de Planejamento Energético e o Departamento de Planejamento de Geração, Transmissão e Telecomunicações. Na Tractebel, trabalhou de 1998 a 2002 como Gerente da área de Planejamento da Operação e Comercialização de Energia, participando das negociações do Acordo Geral do Setor Elétrico. Atualmente, é Diretor de Planejamento e Controle, respondendo pelas áreas de Planejamento e Controle Financeiro, Administração de Contratos de Energia e Contabilização, Planejamento e Controle da Oferta e Assuntos Regulatórios e de Mercado.

José Carlos Cauduro Minuzzo
Integra o Conselho de Administração (ver página 33).

Miroel Makiolke Wolowski
Engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e administrador de empresas pela Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/Udesc). Possui pós-graduação em Administração Pública pela ESAG. Foi engenheiro projetista na Ericsson do Brasil e Gerente de Produção na Intelbrás. Na Eletrosul atuou como engenheiro, trabalhando na área de Aquisições de Usinas e Grandes Equipamentos, e elaborou, inclusive, os editais das termelétricas Jacuí e Corumbá. Na Tractebel, trabalhou até dezembro de 2000 na área de Desenvolvimento de Negócios. Atualmente é Diretor de Implantação de Projetos da Tractebel, e em 2007 foi eleito Presidente da Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen – SP).

José Luiz Jansson Laydner
Engenheiro mecânico formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral (MG) e Pós-MBA na *Kellog Scholl of Management* em conjunto com a Fundação Dom Cabral. Iniciou sua carreira profissional na Eletrosul em 1984 como responsável pelo Setor de Manutenção Mecânica da Usina Termelétrica Alegrete. A partir de 1999, tornou-se Gerente das Usinas Termelétricas William Arjona e Jorge Lacerda A da Tractebel Energia S.A. Em 2003 passou a integrar a Gerência de Geração Térmica, onde permaneceu até se tornar, em novembro de 2008, Diretor de Comercialização e Negócios.

Luciano Flávio Andriani
Administrador de empresas formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-graduação em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna de Lisboa. Iniciou suas atividades profissionais na Eletrosul, onde foi Gerente de Patrimônio, Documentação, Transporte, Serviços e Gerente de Recursos Humanos. É Diretor Administrativo da Tractebel desde setembro de 2000, responsável por recursos humanos, tecnologia da informação, suprimentos, patrimônio e comunicação institucional. Coordena os Comitês de Ética, de Inovação e de Sustentabilidade.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Tractebel não tem caráter permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas. Pode ter no mínimo três e no máximo cinco membros, um deles indicado por acionistas minoritários. Atualmente é composto por três membros, e igual número de suplentes, com mandato de um ano, responsáveis pela fiscalização dos atos dos administradores, bem como por analisar as demonstrações financeiras. O mandato dos atuais conselheiros expira em abril de 2009.

Conselho Fiscal (2008-2009)

Titulares	Cargo
Newton de Lima Azevedo Júnior	Conselheiro-Presidente
Paulo de Resende Salgado	Conselheiro
Manoel Eduardo Lima Lopes	Conselheiro

Newton de Lima Azevedo Júnior
Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Exerceu a função de Diretor Geral do Projeto da Hidrelétrica Itaipu na Themag Engenharia. Foi Diretor-Presidente da Estudos Técnicos e Projetos Ltda. (ETEP) e Diretor da Associação Brasileira dos Consultores de Engenharia (ABCE). Atuou como Diretor-Presidente da Lyonnaise des Eaux do Brasil e da Águas do Amazonas (concessão privada de água e esgoto da cidade de Manaus). Atualmente, é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústria de Base (ABDIB), responsável pela área de saneamento ambiental, e Sócio e Diretor-Presidente da Eco-Enob Soluções Ambientais Ltda.

Paulo de Resende Salgado
Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes (RJ), possui pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA/PDG – Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market-FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente residente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de *Underwriting* e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da CSN. Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente, é Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

Manoel Eduardo Lima Lopes
Formado em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi Auditor Geral e Superintendente de Controle no Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Banerj), Consultor e Diretor do Banco Clássico S.A. e Gerente de Controle do IRB – Brasil Resseguros S.A. Atualmente, é Diretor do Banco Clássico S.A. No Conselho Fiscal da Tractebel, representa os acionistas minoritários.

COMITÊS

Para executar suas atividades de forma eficiente e sustentável, a Tractebel conta com oito comitês relacionados a áreas específicas do negócio. A formação dos comitês é diversificada, com integrantes de diversas áreas da Companhia que se relacionam com os temas dos comitês em sua rotina de trabalho. São eles:

Comitê de Energia

Estabelece a estratégia de comercialização, inclusive a participação em leilões de energia elétrica, os preços de compra e venda e os limites das quantidades de energia envolvidas nos contratos que poderão fazer parte do portfólio da Companhia. Além disso, propõe soluções que mitiguem riscos relacionados à comercialização, apontados pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos. É responsável, ainda, pela aprovação do modelo de contrato de energia a ser negociado e suas eventuais revisões, bem como pelo monitoramento constante do mercado de energia elétrica.

Comitê de Gerenciamento de Riscos

Identifica e classifica os eventos que resultem em riscos aos negócios da Tractebel, segundo a probabilidade e a significância, e define os respectivos procedimentos de controle. Atua também na conscientização do tratamento do risco da Companhia e na definição de metas e diretrizes para seu gerenciamento.

Comitê Financeiro

Submete à Diretoria Executiva políticas de aplicação de recursos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Quando conveniente, recomenda operações de reestruturação de passivo e de captação. Cabe à Diretoria selecionar as instituições bancárias com as quais a Companhia tem interesse em trabalhar e identificar desequilíbrios entre as operações passivas e ativas, eventualmente propondo operações de *hedge*.

Comitê de Planejamento Tributário

Decide, por meio da interpretação da legislação tributária, em quais casos ou circunstâncias a Tractebel deve fazer contestações administrativas e judiciais. Também apresenta sugestões que possam resultar em benefícios junto às autoridades fiscais, inclusive em novos projetos da Companhia, por meio de oportunidades de economia de origem fiscal.

Comitê de Ética

Responde pela divulgação, aplicação e atualização do Código de Ética da Tractebel. Entre outras atribuições, julga casos de violação de maior gravidade e delibera sobre dúvidas de interpretação do conteúdo do Código.

Comitê de Inovação

Estimula o surgimento de ideias que agreguem valor à Tractebel. Recebe e avalia as propostas, recomendando à Diretoria Executiva a alocação de recursos para a adoção das selecionadas, bem como ações de reconhecimento dos autores. Dessa forma, o Comitê colabora para que a Companhia participe de concursos promovidos pelo Grupo GDF SUEZ voltados ao fomento da criatividade.

A Tractebel conta com oito comitês de formação diversificada e relacionados a áreas específicas do negócio

Comitê de Sustentabilidade

Contribui para consolidar a imagem da Tractebel como uma empresa transparente e sustentável, que busca conciliar os interesses dos diferentes públicos que interagem com ela, por meio de ações que busquem a melhoria ambiental, cultural e social em sua área de influência. Promove o conceito de desenvolvimento sustentável internamente e avalia solicitações de apoio socioculturais.

Comitê Estratégico

O Comitê Estratégico da Tractebel é um órgão consultivo da administração, com a função de opinar e aconselhar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva sobre os assuntos que lhe sejam submetidos. Trata de temas estratégicos da Companhia como, por exemplo, a seleção e o acompanhamento dos projetos de expansão do seu parque gerador e as tendências do setor elétrico. Normalmente são convidados diretores da Tractebel, bem como profissionais externos, para expor assuntos previamente selecionados.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração global e anual dos administradores é fixada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com base em responsabilidades e mercado. O Conselho de Administração define a distribuição da remuneração fixada pela Assembleia Geral de Acionistas entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração tem valor fixo, enquanto a dos Executivos é composta por uma parte fixa (60%) e outra variável (40%) – bônus atribuído em função do cumprimento das metas atreladas aos objetivos de resultados alcançados da Companhia.

CÓDIGO DE ÉTICA E VALORES

O Código de Ética da Tractebel está em sua segunda versão e reafirma os valores corporativos, as normas de conduta exigidas pela Companhia de seus empregados e parceiros, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos que interagem com a Tractebel, como valorização à diversidade, combate à discriminação, trabalho escravo e trabalho infantil. O documento está alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ e está disponível no *website* da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).

Além disso, com base em documento similar utilizado por seu Controlador, a Tractebel elaborou e implantou em 2008 o Regimento Interno do Conselho de Administração.
O documento tem o objetivo de facilitar o exercício livre e integral dos direitos dos acionistas e assegurar a eficácia da contribuição de cada conselheiro, em linha com os padrões de valores, ética e integridade esperados do Conselho.

Conflito de interesses

A Tractebel explicita em seu Código de Ética o dever de todos os empregados de evitar o conflito entre seus interesses pessoais e os da Companhia. Além disso, são indicadas as principais situações nas quais o conflito pode acontecer e quais atitudes devem ser tomadas para evitá-lo ou eliminá-lo.

Corrupção

A Companhia desaprova a corrupção sob todas as suas formas. Esse princípio está inserido em seu Código de Ética, recebido por todos os empregados e disseminado na Intranet e no *website* da Tractebel. Sob responsabilidade do Comitê de Ética são desenvolvidas ações de formação e sensibilização, com a finalidade de garantir o conhecimento adequado do Código de Ética para o público em geral e em particular para os colaboradores.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Ações da Tractebel atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBOVESPA. A Companhia informa fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a divulgação de dados sobre seus negócios de modo a oferecer aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão em relação a seus investimentos.

Em seu *website* (www.tractebelenergia.com.br), a Companhia disponibiliza os relatórios de desempenho (trimestrais e anuais), os comunicados ao mercado, os *releases* de resultados, suas políticas e práticas, bem como outras informações institucionais. As demonstrações financeiras são publicadas anualmente em jornais de ampla circulação e também estão disponíveis na Internet.

Além disso, as informações corporativas são divulgadas no jornal externo Boas Novas, no jornal interno Conexão, em boletins eletrônicos de circulação interna e Intranet, direcionados aos empregados.

Políticas e diretrizes de gestão

As políticas e diretrizes de gestão são apresentadas no Estatuto Social, no Manual de Organização, no Manual de Pessoal, no Código de Ética, no Código de Meio Ambiente, nas diretrizes de comunicação empresarial e em seis normas de gestão administrativa que tratam de limites de competência e assinaturas, organização e funcionamento dos órgãos da alta administração, compras, acesso e segurança das instalações, pagamentos e viagens.

Visita de profissionais do mercado de capitais à Unidade de Cogeração Lages



Relações com investidores

A Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, por intermédio do Departamento de Relações com Investidores, é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), por teleconferências e visitas às centrais geradoras. Em 2008 a Companhia participou de 45 reuniões promovidas por agentes do mercado de capitais. Adicionalmente, promoveu visita à Unidade de Cogeração Lages, que contou com a participação de 36 analistas de diversas instituições.

Relações com imprensa e comunidades

A Tractebel possui políticas e diretrizes para nortear os relacionamentos internos e externos, estabelecendo responsabilidades e limites de atuação junto aos veículos de comunicação e às comunidades onde a Companhia atua.

4

Estratégia e Vantagens Competitivas




100
120
140
S·E

ESTRATÉGIA

A Tractebel tem como objetivo manter-se na liderança entre as empresas privadas de geração de energia elétrica no Brasil, criando valor para acionistas, clientes, empregados e sociedade, com solidez financeira e visão de longo prazo. Para tanto, adota a seguinte estratégia:

Crescimento com disciplina financeira

Aumento das receitas com base em dois fatores: o incremento natural dos preços futuros de energia e a ampliação de seu parque gerador, condicionada à obtenção de remuneração adequada dos investimentos. A Companhia optou por ter parte substancial de sua capacidade comercial descontratada a partir de 2011, quando previsões do setor apontam para um potencial aumento de preço. Além disso, sua sólida condição financeira, com reduzido nível de endividamento, aliada a uma forte geração de caixa, possibilita seu constante crescimento com a participação em novos projetos e possíveis aquisições.

Maximização da eficiência do portfólio de clientes

Baseada em sua capacidade de estabelecer relacionamentos duradouros com clientes livres, aqueles com liberdade maior que a dos chamados consumidores cativos, para negociar a aquisição de energia elétrica, a Tractebel pretende otimizar seu portfólio de contratos focando nesse segmento. Dentre as iniciativas nesse sentido destacam-se o foco na fidelização, a estratégia de investir na prestação de serviços, a individualização e adaptação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor e uma auditoria que objetiva alcançar a maior eficiência energética possível.

Eficiência operacional

O sólido desempenho operacional da Tractebel e seus crescentes índices de produtividade têm permitido uma evolução contínua nas margens operacionais. Nos últimos anos, a Companhia conseguiu manter seu índice de disponibilidade superior a 97%, descontadas as paradas programadas, previstas nos planos de manutenção preventiva. Esse índice mede o percentual do tempo em que uma usina está apta a despachar. Em 2008 o índice foi de 98,7%, o que permitiu à Companhia atender demandas não previstas do mercado.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Os diferenciais e as vantagens competitivas da Tractebel garantem o bom desempenho da Companhia e reforçam sua sustentabilidade:

Potencial de crescimento

Em dez anos a Tractebel expandiu em 66% sua capacidade instalada. Apenas durante o exercício de 2008 foram seis aquisições concluídas. O crescimento já verificado, aliado à forte capacidade financeira e à disposição do seu acionista controlador de continuar investindo no Brasil, reafirmam o compromisso de expansão para os próximos anos.

Perfil de contratação de energia adequado

A Tractebel procura manter equilibrado o nível de contratação, por meio de sua estratégia de alocação da energia entre distribuidoras, clientes livres e comercializadoras. Os contratos com distribuidoras, nos quais o prazo de contratação é maior, proporciona estabilidade de geração de caixa no longo prazo. As negociações bilaterais com clientes livres, por sua vez, permitem flexibilidades nas condições comerciais. Já os contratos com as comercializadoras permitem à Companhia estabelecer contato indireto com grandes grupos industriais, com vistas a um relacionamento direto no futuro.

A disponibilidade de energia da Companhia, composta pela capacidade comercial de suas usinas e compras realizadas para revenda, está praticamente contratada até 2010, a preços competitivos. Para o longo prazo, a Companhia efetua permanentemente análises de cenários de mercado.

Pioneirismo no fornecimento em larga escala a clientes livres

Primeira empresa brasileira a focar a venda de energia a clientes livres e o desenvolvimento de políticas de fidelização para esse segmento, a Tractebel desenvolveu o *know how* necessário para o gerenciamento de contratos, o que proporciona maior eficiência na gestão de clientes.

Evolução contínua dos principais indicadores financeiros

A Tractebel obteve receita líquida (R$ 3.441,0 milhões), EBITDA (R$ 2.180,2 milhões) e lucro líquido (R$ 1.115,2 milhões) recordes em 2008. Entre 2003 e 2008, o crescimento médio anual desses indicadores foi de 17,3%, 19,2% e 16,6%, respectivamente.

Os diferenciais e as vantagens competitivas da Tractebel garantem o bom desempenho da Companhia e reforçam sua sutentabilidade

Administração experiente e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa
Além de integrar o Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Tractebel possui um quadro gerencial experiente, capaz de inovar e antecipar soluções frente à evolução e às contínuas transformações no ambiente regulatório do setor elétrico.

Elevada distribuição de dividendos
A Administração da Companhia adota uma política de distribuição de proventos não inferior a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais, taxa superior aos 30% previstos no Estatuto Social. Com histórico de pagar valores elevados de dividendos e juros sobre o capital próprio (95% entre 2003 e 2007), em 2008, o pagamento de proventos foi de 67,8% do lucro líquido do exercício. A redução foi motivada pelo elevado volume de investimentos verificado em 2008 e previsto para 2009.

Acionista controlador com vasta experiência no Brasil e no setor elétrico
A GDF SUEZ é um dos maiores grupos mundiais no setor de energia elétrica e atua no Brasil há mais de 50 anos. A capacidade instalada da Tractebel responde por cerca de 10% da capacidade de geração mundial da GDF SUEZ.

Equilíbrio no atendimento dos diversos interesses
Em sua atividade e todas as suas ações, a Companhia considera os legítimos interesses dos públicos com os quais interage, buscando o equilíbrio entre as diferentes demandas, com objetivo de criar condições de sustentabilidade no longo prazo.

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda



5

Ativos Intangíveis







IMAGEM

Em dez anos de história, a Tractebel construiu uma imagem forte e respeitada. Para mantê-la, a Companhia realiza periodicamente o acompanhamento da imagem institucional e monitora a percepção de diversos públicos sobre ela por meio de pesquisas de clima organizacional com os empregados, pesquisas de satisfação com os clientes e consultas de opinião nas comunidades onde atua.

Associada à mensagem “Energia para a vida”, a marca evidencia o impacto positivo das atividades da Tractebel, baseadas no desenvolvimento sustentável, motivando e comprometendo o seu corpo funcional com esse objetivo.

Em 2008 as mensagens publicitárias tiveram o tema “Tractebel. Há 10 anos gerando energia para a vida”.



INOVAÇÃO

Alinhada à forte cultura de inovação da GDF SUEZ, a Tractebel conta com um comitê específico para desenvolver internamente o espírito inovador, criando oportunidades para o surgimento de novas ideias. O Comitê de Inovação é coordenado pela Diretoria Administrativa e funciona como um centro de recepção e avaliação de ideias inovadoras trazidas pelos empregados por meio do Programa Inove!.

Lançado em 2007, o Programa estimula a formação de uma cultura inovadora, incentivando os empregados na busca contínua de melhorias e soluções, gerando redução de custos, diferenciais de mercado e novos produtos com valor agregado. Ao longo do ano, o Comitê de Inovação recebeu 38 projetos.

Os projetos foram recebidos entre agosto de 2007 e novembro de 2008. Dentre eles, seis foram selecionados e premiados, sendo dois contemplados com o prêmio por inovação e os demais tendo recebido premiação como incentivo à inovação.

CAPITAL HUMANO

A Tractebel tem consciência de que sua perenidade depende da qualidade de seu patrimônio intelectual. Por isso, conta com um programa de sucessão para identificar e desenvolver as competências de seu capital humano para as posições-chave da Companhia. Atrair, motivar e reter talentos é uma preocupação que tem merecido especial atenção da Administração (leia mais detalhes no capítulo “Relacionamento com Públicos de Interesse”).





6

Gestão de Riscos

Os riscos do negócio são identificados pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, que também define os procedimentos para controlá-los

O Comitê de Gerenciamento de Riscos da Tractebel conduz o processo de avaliação de riscos aos seus negócios e é responsável por promover internamente a conscientização do tratamento do risco, definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promover e sugerir melhorias nos processos de avaliação, classificá-los e definir os procedimentos de controle.

O Comitê é composto por um representante das seguintes áreas: Planejamento e Controle Financeiro, Assuntos Regulatórios e de Mercado, Planejamento e Controle da Oferta, Finanças, Tractebel Comercialização de Energia, Auditoria Interna, Planejamento e Logística de Projetos e Geração Hidráulica. O Diretor de Planejamento e Controle coordena o Comitê.

Seguindo o princípio da precaução, cada risco identificado é classificado quanto à sua probabilidade de ocorrência, significância (ou severidade) e grau de controle exigido. A partir dessa análise, desenvolve-se um plano de ação para cada risco, em conjunto com as eventuais oportunidades associadas. O gerente do departamento em cuja área de abrangência o risco se origina é o "dono do risco", tornando-se o responsável pela implantação e monitoramento do plano de ação mitigatório.

Como resultado desse processo, gera-se uma matriz de riscos e oportunidades empresariais, que, após aprovada pela Diretoria Executiva, é apresentada ao Conselho de Administração e, na sequência, ao Controlador. Essa matriz compreende a descrição, a designação do "dono do risco", as estratégias de mitigação, a evolução do risco, a classificação de probabilidade, significância e controle e os planos de ação, além da avaliação de oportunidades – causas, benefícios e evolução, entre outros aspectos.

A seguir, são listados os principais riscos dos negócios da Tractebel:

1) Risco de mercado
Descrição: a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter um comportamento diferente do previsto em termos de volume e preço.

2) Risco regulatório
Descrição: evolução adversa da regulação do setor elétrico.

3) Risco tributário
Descrição: evolução adversa da legislação tributária.

4) Risco de fatores econômicos
Descrição: alteração nas variáveis econômicas como juros, câmbio, preço das *commodities*, crescimento econômico e inflação.

5) Risco de quebra de contrato
Descrição: descumprimento de disposições constantes dos contratos de venda de energia.

6) Risco socioambiental das usinas em operação
Descrição: evolução adversa da regulação ambiental e da atuação dos movimentos sociais organizados em relação às usinas em operação.

7) Risco no desenvolvimento e implantação de novos projetos
Descrição: ocorrência de eventos no desenvolvimento e na implantação de projetos que impliquem em atraso no cronograma da obra ou custos adicionais na implantação ou operação da usina.

8) Risco de indisponibilidade de energia
Descrição: indisponibilidade da energia assegurada/ garantia física das usinas próprias da Tractebel e da energia contratada de terceiros.

9) Risco de acidentes naturais
Descrição: ocorrência de eventos da natureza atingindo as usinas da Tractebel.







7
Gestão Econômica

ECONOMIA NO BRASIL EM 2008

Em 2008 a economia brasileira apresentou um crescimento de 5,1%, medido pelo seu Produto Interno Bruto (PIB), apesar do agravamento da crise econômica internacional no último trimestre do ano.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento, mas manteve-se dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 5,9%.
A redução do ritmo das atividades econômicas e os reajustes nos preços dos alimentos foram os principais responsáveis pela elevação do índice de inflação.

A taxa de juros Selic também apresentou alta e encerrou o ano em 13,75%, aumento de 2,5 p.p. em relação ao ano anterior, interrompendo a trajetória descendente observada desde 2006.

Em relação ao câmbio, apesar dos esforços do Banco Central em diversos leilões de dólares de reserva para evitar uma forte alta, a moeda norte-americana fechou o ano em R$ 2,33, o que resultou em uma valorização de 31,3% perante o real.

A produção industrial registrou elevação de 3,1% no ano, reflexo do aumento na produção em 17 setores. A expansão, porém, é menor em 2,9 p.p. quando comparada à de 2007, em consequência da forte desaceleração da atividade industrial no último trimestre do ano.

O nível de emprego na indústria acompanhou a produção industrial e, ao longo de 2008, verificou crescimento de 2,1%.
A folha de pagamento na indústria, por sua vez, registrou avanço de 6% em relação a 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A balança comercial brasileira fechou 2008 com superávit - diferença positiva entre exportações e importações - de US$ 24,7 bilhões. Esse resultado aponta queda de 38,2% em relação ao superávit obtido em 2007, devido ao forte aumento das importações, que cresceram 43,6% e atingiram US$ 173,2 bilhões no ano.
As exportações cresceram em 23,2% e atingiram o valor recorde de US$ 197,9 bilhões.

O fluxo cambial, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado negativo. Afetado pela crise, o país assistiu à saída de US$ 983 milhões, pior resultado desde 2002.

Em meio à turbulência, contudo, o Brasil conquistou posição credora no exterior, pela primeira vez na história, ao fortalecer suas reservas internacionais e quitar sua dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como resultado do equilíbrio das contas públicas, o país passou a ser considerado *investment grade* pelas agências de classificação de risco, o que aumenta a confiança internacional e contribui para atrair novamente investimentos estrangeiros diretos.

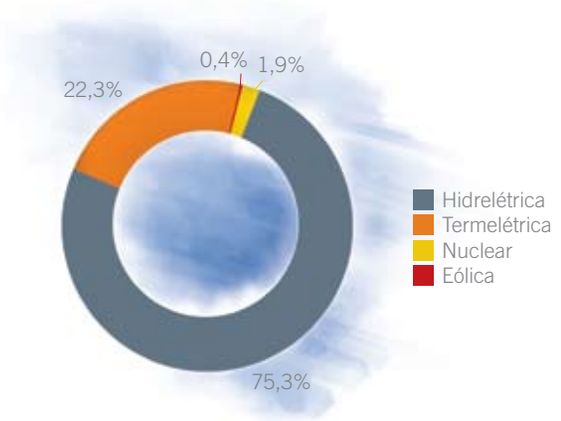
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

Capacidade de geração

Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) operam no Brasil 2.034 empreendimentos de geração de energia elétrica, que representam aproximadamente 103 mil MW de potência instalada[1]. Para os próximos anos, a Aneel prevê a adição de aproximadamente 38 mil MW na capacidade de geração do país, por meio de 585 projetos, sendo 135 empreendimentos hoje em construção e outros 450 outorgados.

Da capacidade instalada, 75,3% são provenientes de hidrelétricas – 160 UHEs (Usinas Hidrelétricas de Energia), 333 PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e 277 CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas). As usinas eólicas, nucleares e termelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira e biomassa são responsáveis pelos 24,7% restantes.

Capacidade Instalada no Brasil
(Base: 103 mil MW)



Com exceção de sistemas isolados da Região Norte, as usinas elétricas são ligadas entre si e com os pontos de demanda de energia por meio de linhas de transmissão de alta capacidade, formando o Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa rede de transmissão permite que as usinas termelétricas sejam utilizadas somente quando o uso de tal energia se torne mais barato que o valor da água armazenada nos reservatórios.

Em 2008 as usinas hidrelétricas geraram aproximadamente 89% de toda a energia elétrica produzida no SIN, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O restante foi produzido por usinas termelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira, biomassa (principalmente bagaço de cana-de-açúcar) e combustível nuclear.

Para os próximos anos, a Aneel prevê a adição de aproximadamente 38 mil MW na capacidade de geração do país

[1]Dados de 13/02/2009.



Unidade de Cogeração Lages

Consumo de energia elétrica

O consumo faturado no SIN em 2008 totalizou 445,4 TWh, indicando aumento de 2,8% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Esse crescimento foi inferior aos 5,7% registrados no mesmo período de 2007.

No primeiro trimestre do ano, a redução no ritmo de crescimento da demanda foi decorrente dos elevados preços no mercado de curto prazo e das temperaturas amenas. Entre maio e setembro, a demanda apresentou uma sensível recuperação no crescimento, sendo que em junho, julho e agosto o crescimento foi de 5,2% em relação aos mesmos meses do ano anterior. No quarto trimestre, verificou-se a desaceleração do crescimento da demanda, em decorrência da crise financeira internacional.

Comercialização de energia elétrica

No modelo institucional vigente para o setor elétrico brasileiro, a comercialização de energia elétrica ocorre em dois ambientes distintos. No primeiro, chamado de Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a venda de energia elétrica se dá exclusivamente para distribuidores, de forma a garantir o atendimento ao mercado cativo por intermédio de leilões públicos para aquisição de energia elétrica. O outro mercado é voltado aos demais agentes, chamado de Ambiente de Contratação Livre (ACL).

No ACR, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) são celebrados entre cada geradora e todas as concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN. As contratações entre as distribuidoras e empreendimentos de geração existentes preveem a entrega da energia a partir do ano seguinte ao da respectiva licitação e prazos de duração de, no mínimo, três e, no máximo, 15 anos. As contratações entre as distribuidoras e novos empreendimentos de geração proveem a entrega da energia a partir do 3° ou do 5° ano, prazo contado a partir da respectiva licitação, e duração de, no mínimo, 15 e, no máximo, 35 anos.

No ACL, a venda de energia é realizada entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadoras de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres.

São considerados consumidores livres aqueles cuja demanda supera 3 MW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, ou em qualquer tensão (desde que o suprimento tenha sido iniciado após 7 de julho de 1995), e que, em virtude desse critério de elegibilidade, podem ser atendidos por outros fornecedores, além da distribuidora local. Adicionalmente, enquadram-se nessa categoria, consumidores, ou conjunto de unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, com demanda contratada igual ou maior que 500 kW, em tensão igual ou superior a 2,3 kV, os chamados consumidores especiais. Esses podem ser atendidos por fontes de energia elétrica qualificadas como alternativas, tais como usinas de biomassa, energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas ou sistemas de cogeração.

O Ambiente de Contratação Livre também inclui contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras, firmados no âmbito do marco regulatório anterior.

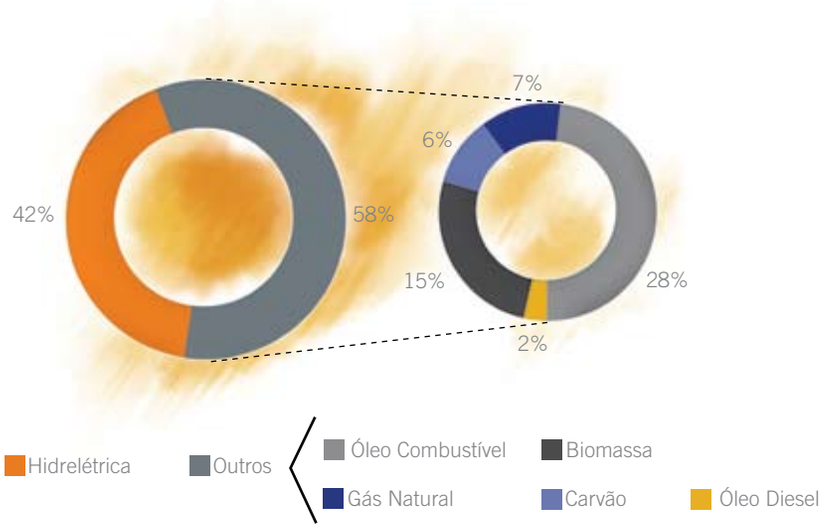
Leilões de energia

Nos leilões para contratação de energia existente realizados até 2008, foram contratados 19.805 MW médios de energia ao preço médio[2] de R$ 79,42/MWh. Nos leilões de energia nova foram contratados 16.554 MW médios de energia ao preço médio[2] de R$ 129,71/MWh. No leilão de fontes alternativas, realizado em 2007, foi contratado um total de 186 MW médios de energia ao preço médio[2] de R$ 148,82/MWh.

Em 2008 o cronograma de leilões incluiu o leilão da UHE Jirau, o leilão A-5, o leilão A-3 e o 1º Leilão de Reserva, este último exclusivo para usinas de biomassa, no qual foi contratado um total de 548 MW médios ao preço médio[2] de R$ 157,77/MWh. Em decorrência dos leilões realizados no ano, serão adicionados no total 13.127 MW de capacidade instalada e 7.268 MW médios de capacidade comercial. Desses 6.132 MW médios foram comercializados por meio de contratos regulados.

Considerando-se todos os leilões realizados no marco regulatório vigente, em vigor desde meados de 2004, a capacidade instalada a ser adicionada ao SIN nos próximos anos totaliza 27.861 MW, sendo 42% de hidrelétricas e 58% de termelétricas, com forte predominância da opção óleo combustível, como ilustrado na figura a seguir.

Leilões no Marco Regulatório Vigente
Capacidade Instalada Adicionada
(Base: 27.861 MW)



Principais entidades setoriais

Ministério de Minas e Energia (MME)
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Conselho Nacional de Política de Energia (CNPE)
Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
Comitê de Monitoramento do Setor de Energia (CMSE)

[2]Os preços mencionados foram atualizados e estão referidos a 31 de dezembro de 2008.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

DESEMPENHO OPERACIONAL

Produção

Como preâmbulo desse item, cabe lembrar que a Tractebel adquiriu seis usinas em 2008. Quatro delas estavam em operação antes de serem adquiridas, uma entrou em operação depois e outra tem previsão de início para 2009.

No acumulado do ano de 2008, considerando-se somente as usinas pertencentes à Tractebel ao final de 2007, a produção alcançou 33.258 GWh (3.786 MW médios), uma redução de 1,8% em relação aos 33.858 GWh (3.865 MW médios) registrados em 2007. Adicionando-se a esse montante a produção das usinas adquiridas ao longo de 2008 - somente a energia gerada após as aquisições - a Tractebel gerou 34.128 GWh (3.885 MW médios), um acréscimo de 0,8% em relação ao ano anterior, o que representa outro recorde. Se considerada a produção anual antes e depois das aquisições, as usinas operadas pela Tractebel produziram 34.709 GWh (3.951 MW médios), um acréscimo de 2,5% em relação a 2007.

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos valores citados acima:

Produção (em MW médios)*

Usinas	2007	2008**	Variação 2008**/ 2007	2008***	Variação 2008***/ 2007	2008****	Variação 2008****/ 2007
Hidrelétricas	3.294	3.164	-3,7%	3.260	-0,8%	3.304	0,6%
Termelétricas	563	616	9,7%	616	9,7%	616	9,7%
Complementares	8	6	-19,2%	9	15,6%	31	307,4%
Total	3.865	3.786	-1,8%	3.885	0,8%	3.951	2,5%

(*) Em razão de 2008 ser bissexto e 2007 não, os dados de variação contemplam o cálculo em MWh, e não em MW médios.
(**) Considera a mesma base de ativos existente em 31/12/2007.
(***) Considera somente o período pós-aquisição pela Tractebel.
(****) Considera os períodos pré e pós-aquisição pela Tractebel.

Cabe ressaltar que o aumento ou redução da geração hidrelétrica da Tractebel não resulta necessariamente em melhoria ou deterioração de seu desempenho econômico-financeiro. A razão é a adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que dilui os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes. O aumento da geração termelétrica reduz a exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas todas as outras variáveis.

Geração elétrica em 2008

Usinas Hidrelétricas	**(GWh)**
Salto Santiago	7.400
Itá	7.042
Salto Osório	5.139
Cana Brava	2.305
Machadinho	5.026
Passo Fundo	879
Ponte de Pedra*	847
Usinas Termelétricas	
Jorge Lacerda A	1.238
Jorge Lacerda B	1.511
Jorge Lacerda C	2.207
William Arjona	99
Charqueadas	279
Alegrete	79
Usinas Complementares	
Lages	54
Rondonópolis*	8
Beberibe*	7
José Gelazio da Rocha*	8
Total	**34.128**

*Montante de energia gerada no ano após a aquisição

Disponibilidade

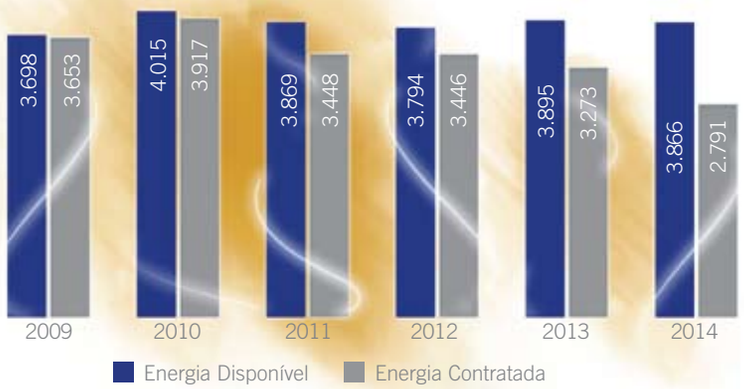
Mesmo com as termelétricas operando com alta exigência de despacho, o índice de disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel em 2008 alcançou 98,7%, desconsiderando-se as paradas programadas. Esse valor corresponde a um aumento de 0,7 p.p. em relação ao ano anterior e estabelece o recorde histórico da Companhia. Esse índice é composto pela disponibilidade de 99,6% na geração hidrelétrica e 94,3% na termelétrica. Se consideradas as paradas programadas, a disponibilidade global foi de 96,4% nas hidrelétricas e 88,0% nas termelétricas. Os dados mencionados não contemplam as usinas que foram adquiridas em 2008.

O alto índice de disponibilidade alcançado permitiu à Tractebel atender a demandas não previstas. Com o atraso nas chuvas esperadas para os meses de janeiro e fevereiro de 2008 na Região Sudeste, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), convocado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), decretou por tempo considerável o despacho de todas as usinas termelétricas conectadas no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) e geração máxima das usinas hidrelétricas da Região Sul, que estavam com os seus reservatórios praticamente cheios. Assim, o aumento de produção nas hidrelétricas foi de 47,1% no primeiro trimestre do ano, enquanto nas termelétricas foi de 94,8%, em ambos os casos considerando a mesma base de usinas existentes em 2007.

A capacidade instalada própria da Companhia em 31 de dezembro de 2008 totalizava 6.188 MW, crescimento de 66% em relação aos 3.719 MW registrados em setembro de 1998, época da aquisição do controle no leilão de privatização.

De acordo com os dados sobre capacidade comercial e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2008, o balanço de energia da Tractebel mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2010. Tendo em vista as previsões que apontam para um potencial aumento de preço nos anos seguintes, a Companhia optou por ter parte substancial de sua capacidade comercial descontratada a partir de 2011.

Balanço de Energia
(MW médios)



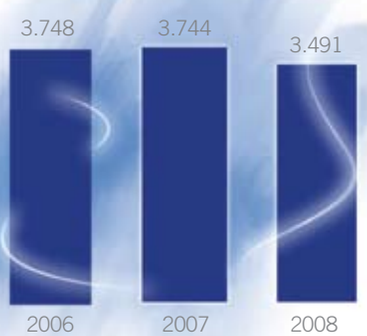
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional bruta

No exercício de 2008 a receita operacional bruta alcançou R$ 3.834,1 milhões, 14,0% superior aos R$ 3.364,7 milhões auferidos em 2007. Essa evolução ocorreu em função, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) do aumento de 14,8% no preço médio da energia vendida, desconsiderando-se as exportações; (ii) redução de 6,5% na quantidade de energia vendida, passando de 32.800 GWh (3.744 MW médios) para 30.661 GWh (3.491 MW médios), devido à redução da capacidade comercial de determinadas usinas termelétricas imposta pelo Ministério de Minas e Energia (MME); (iii) do crescimento de R$ 256,7 milhões na receita de transações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (iv) redução da exportação de energia para Argentina e Uruguai em R$ 135,4 milhões; e (v) e do ingresso de receitas pela venda da energia gerada na Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, no valor de R$ 97,8 milhões.

Cabe considerar que, com exceção da hidrelétrica Ponte de Pedra, as receitas decorrentes das usinas adquiridas em 2008 (eólicas Beberibe e Pedra do Sal e PCHs José Gelazio da Rocha e Rondonópolis) não resultaram em efeitos relevantes na receita operacional bruta.

Vendas Contratadas de Energia
(MW médios)



Suprimento de energia elétrica

No acumulado de 2008, a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, atingiu R$ 2.754,2 milhões, maior em 13,7% à apresentada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.421,5 milhões, efeito, principalmente, (i) do incremento de 32,4% no preço e de 13,3% na quantidade de vendas a comercializadoras; (ii) da maior receita com transações na CCEE (descrição na página 62) e (iii) da redução da exportação de energia para Argentina e Uruguai, conforme anteriormente mencionado. Do total da receita de suprimento, R$ 296,0 milhões tiveram origem nas operações na CCEE (R$ 39,2 milhões em 2007) e R$ 2.458,3 milhões resultaram de vendas contratadas de energia (R$ 2.382,3 milhões em 2007).

Fornecimento de energia elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 1.059,5 milhões, aumento de 14,0% quando comparado aos R$ 929,2 milhões faturados em 2007, em consequência da redução das vendas em 6,9% e do crescimento do preço em 21,9%.

Deduções da receita operacional

Em 2008 as referidas deduções alcançaram R$ 393,1 milhões, valor 22,3% superior ao de 2007, que foi de R$ 321,3 milhões. Esse acréscimo se deve, substancialmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) crescimento de 13,9% na receita operacional bruta; (ii) aumento do PIS e Cofins, em função do vencimento de contratos de venda que estavam sob o regime de tributação cumulativo, à alíquota de 3,65%, e à sucessiva contratação desta energia sob o regime não cumulativo, à alíquota de 9,25%; e (iii) redução da exportação de energia, sobre a qual não incide ICMS, PIS e Cofins.

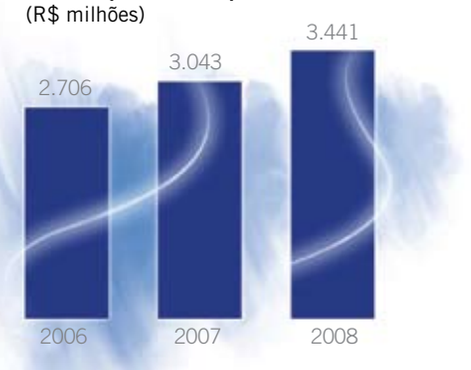
Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida da Companhia aumentou 13,1%, totalizando R$ 3.441,0 milhões, frente aos R$ 3.043,4 milhões obtidos no ano anterior. Esse crescimento está diretamente relacionado ao aumento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional.

O preço médio líquido de venda (que exclui ICMS, PIS, Cofins e P&D), desconsiderando-se as exportações, atingiu R$ 100,65/MWh, valor 14,2% superior aos R$ 88,16/MWh relativos à 2007. Essa relação reflete, principalmente, além dos motivos anteriormente mencionados, o incremento nos preços praticados para clientes livres.

Em 2008 a receita líquida da Companhia aumentou 13,1%, totalizando R$ 3.441,0 milhões

Receita Operacional Líquida
(R$ milhões)



Custos de energia elétrica e serviços

Em 2008 os custos alcançaram R$ 1.193,5 milhões, valor 10,9% superior em relação ao ano anterior, que foi de R$ 1.076,6 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao comportamento dos principais componentes, destacados a seguir:

• **Energia elétrica comprada para revenda:** aumento de R$ 218,9 milhões em 2008, em consequência da ampliação de 25,7% da quantidade de energia comprada para revenda e do aumento de 47,1% do preço médio em decorrência de maiores preços praticados nos novos contratos, percentual em linha com o incremento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio de 2008, aproximadamente 40% maior que o de 2007.

• **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE):** redução de R$ 136,8 milhões em 2008, conforme comentado no item Detalhamento das operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a seguir.

• **Combustíveis para produção de energia elétrica:** redução de R$ 23,0 milhões em 2008, refletindo, principalmente, a combinação dos seguintes fatores: (i) ingresso de R$ 92,4 milhões decorrente do consumo de óleo diesel na Usina Termelétrica William Arjona e Usina Termelétrica Alegrete, em virtude (i.i) do despacho das usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do país e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos do ano (esses custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE), e (i.ii) da exportação de energia para a Argentina e Uruguai por meio da usina Alegrete; (ii) queda de R$ 104,1 milhões no consumo do carvão, combustível utilizado na geração de energia para exportação, que foi considerável no ano de 2007 e praticamente inexistente em 2008; e (iii) redução de R$ 14,4 milhões no consumo de gás natural em virtude da suspensão do fornecimento desse combustível à usina William Arjona, a partir de 1º de novembro de 2007.

• **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 3,8 milhões em 2008, refletindo o reajuste tarifário anual e o ingresso do encargo relativo à geração da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

• **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 27,6 milhões em 2008, em razão, substancialmente, do ingresso da depreciação dos ativos da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), proprietária da usina de mesmo nome.

Detalhamento das operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Nas operações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta dos agentes da câmara são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou na rubrica de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas.

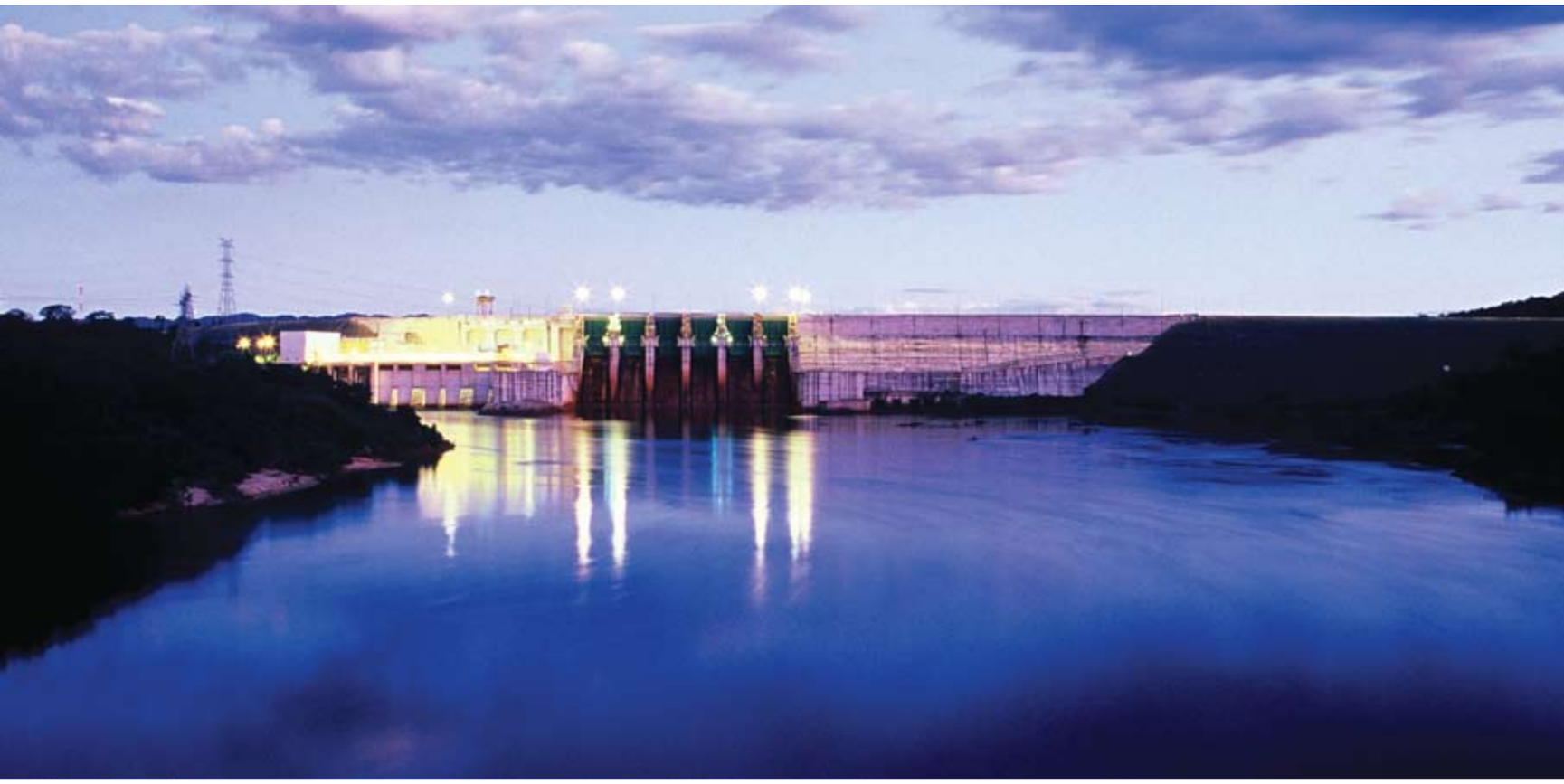
A Tractebel Energia S.A., agente principal dentre os que fazem parte do consolidado (outros exemplos são a Tractebel Energia Comercializadora e a Lages Bioenergética), em 2007 realizou dois registros na receita e dez registros na despesa, ao passo que em 2008 foram nove registros na receita e três registros na despesa. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo essa a razão para a criação deste tópico, que permite a análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao PLD.

No acumulado de 2008 a receita líquida auferida foi de R$ 251,1 milhões contra uma despesa, no ano anterior, de R$ 142,5 milhões, resultando em um impacto positivo entre os anos analisados de R$ 393,6 milhões.

Os efeitos positivos no resultado da Companhia entre os períodos comparados foram resultantes da combinação, principalmente, dos seguintes principais fatores:

Usina Hidrelétrica Cana Brava



a) aprimoramento, em 2008, da estratégia de gerenciamento de portfólio, da qual faz parte a alocação mensal da capacidade comercial anual das usinas hidrelétricas. Tal estratégia, amparada pela maior volatilidade do PLD, permitiu à Companhia auferir resultados expressivos, principalmente em janeiro e fevereiro. Em relação a uma alocação hipotética com base na cobertura dos contratos de venda, a alocação de 2008 gerou um ganho de R$ 196,0 milhões, uma evolução de 63,3% em comparação ao ganho equivalente de 2007, que foi de R$ 120,0 milhões.

b) despacho fora da ordem de mérito das usinas termelétricas William Arjona e Alegrete, substancialmente no primeiro trimestre de 2008, para segurança energética do sistema elétrico brasileiro, por diretriz estabelecida pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Parte do aumento dessa receita, entretanto, foi compensada com o aumento no custo com o consumo de combustível utilizado na geração das usinas; e

c) redução da exposição na CCEE em 2008 (ano com PLD médio consideravelmente superior ao de 2007) em relação a do ano anterior, devido principalmente: (i) à adequação da política comercial, visando compensar as perdas do lastro da Companhia de Interconexão Energética (CIEN), e da redução da capacidade comercial de usinas termelétricas impostas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), conforme anteriormente comentados no item referente à receita operacional bruta; (ii) ao fato de a geração termelétrica a carvão no ano de 2008 ter sido totalmente direcionada ao SIN, enquanto no ano anterior parte dessa energia foi destinada à exportação; (iii) à intensificação de compra de energia no segundo semestre de 2008 e subsequente liquidação na CCEE, como parte da estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia; e (iv) à redução no consumo de clientes industriais verificada principalmente no mês de dezembro de 2008.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão à rede elétrica, e totalizaram R$ 250,1 milhões em 2008, 15,4% acima do registrado no ano anterior, que foi de R$ 216,8 milhões. A evolução ocorreu, em grande parte, pelo reajuste tarifário anual, e ainda pela adição de R$ 10,6 milhões referentes aos encargos incorridos pela Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA).

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 130,1 milhões em 2007 para R$ 162,3 milhões em 2008, em função, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 11,6 milhões em serviços de terceiros relativos, essencialmente, a consultorias de gestão, emissão de notas promissórias, novos negócios, recursos humanos, tributárias, legais, entre outras; (ii) crescimento de R$ 4,0 milhões nas despesas com pessoal, devido principalmente ao reajuste salarial anual e aumento do quadro de pessoal; (iii) incremento de R$ 3,0 milhões na depreciação e amortização; e (iv) evolução de R$ 12,5 milhões decorrentes de acordos judiciais e contribuições pagos.

Outras receitas operacionais

Recuperação de PIS e Cofins

Em 2008 a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões, relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Esse montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Aneel, a partir de novembro de 2005, deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica.

EBITDA e margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2008 alcançou R$ 2.180,2 milhões, um aumento de 17,5% em relação aos R$ 1.855,9 milhões registrados em 2007. A margem EBITDA, passou de 61,0% em 2007 para 63,4% em 2008.

EBITDA e Margem EBITDA
(R$ milhões e %)



O EBITDA alcançou R$ 2.180,2 milhões em 2008, um aumento de 17,5% em relação ao ano anterior

A tabela a seguir possibilita a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA:

(valores em R$ mil)	2006	2007	2008	Variação 2008/2007
Receita operacional	1.226.977	1.485.338	1.589.520	7,0%
(+/-) Resultado financeiro	156.208	134.653	324.250	140,8%
(-) Resultado da equivalência	(300)	-	-	-
(+) Depreciação e amortização	215.111	235.866	266.383	12,9%
EBITDA	**1.597.996**	**1.855.857**	**2.180.153**	**17,5%**

Resultado financeiro

Política financeira

A Tractebel não efetua aplicações lastreadas em riscos excessivos ou alavancadas, bem como não contrata operações alavancadas em mercados de derivativos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras em 2008 cresceram R$ 22,5 milhões em relação ao ano anterior, devido, principalmente, aos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 16,5 milhões na renda de aplicações financeiras, já incluindo o valor de R$ 4,5 milhões referentes à receita gerada pelas aplicações financeiras da PPESA; (ii) crescimento da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 2,9 milhões, em razão da variação dos índices de atualização e do maior volume de depósitos realizados; e (iii) incremento de R$ 2,1 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo.

Despesas financeiras

As despesas financeiras apresentaram um aumento de R$ 212,1 milhões em comparação com 2007 em decorrência, principalmente, das seguintes variações: (i) aumento de R$ 113,2 milhões na despesa, não realizada, de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida de R$ 21,5 milhões de receita de operação de *hedge* cambial, ainda existente em 2007, em razão da substancial valorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 62,6 milhões nos encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e da concessão Aneel, decorrente, substancialmente, dos encargos de R$ 33,1 milhões sobre as notas promissórias emitidas em abril de 2008 e de R$ 37,3 milhões sobre os empréstimos e financiamentos da PPESA; (iii) aumento de R$ 49,7 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à expressiva apreciação do IPCA e do IGPM em 2008 e ao ingresso de R$ 15,9 milhões da variação monetária sobre a concessão Aneel da PPESA; e (iv) redução de R$ 19,4 milhões nas despesas com CPMF.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O valor do Imposto de Renda e Contribuição Social registrou aumento de R$ 34,7 milhões em relação ao ano anterior, devido, basicamente, ao crescimento do resultado antes dos tributos.

Em 2008 o lucro líquido alcançou R$ 1.115,2 milhões, valor 6,6% superior ao do ano anterior



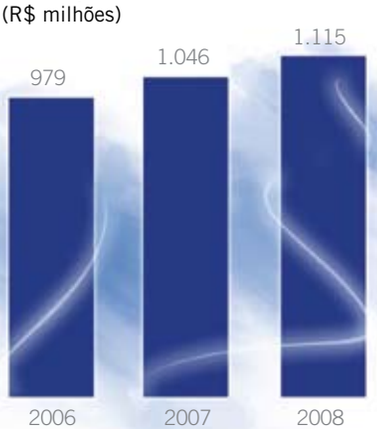
Usina Termelétrica Alegrete

Lucro líquido

Em 2008 o lucro líquido alcançou R$ 1.115,2 milhões, valor 6,6% superior ao do ano anterior, que totalizou R$ 1.045,6 milhões, representando R$ 1,70841262 por ação.

Para efeito de comparação, excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, decorrentes do incremento da variação cambial não realizada de R$ 74,7 milhões e da redução do resultado da exportação de R$ 35,9 milhões, entre os anos comparados, bem como a receita decorrente da recuperação de PIS e Cofins de R$ 50,4 milhões, o lucro de 2008 apresentaria crescimento de 13,2% em relação ao de 2007.

Lucro Líquido
(R$ milhões)



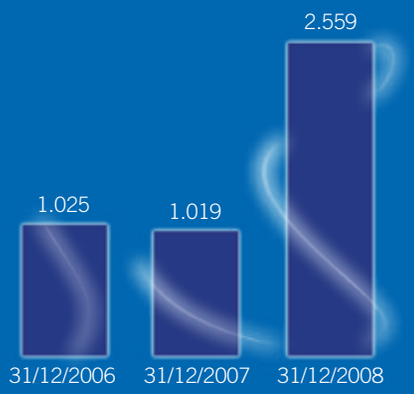
Endividamento

A dívida líquida da Companhia, composta pela dívida total menos caixa e equivalentes, era de R$ 2.558,6 milhões no final de 2008, 151,1% superior aos R$ 1.019,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2007.

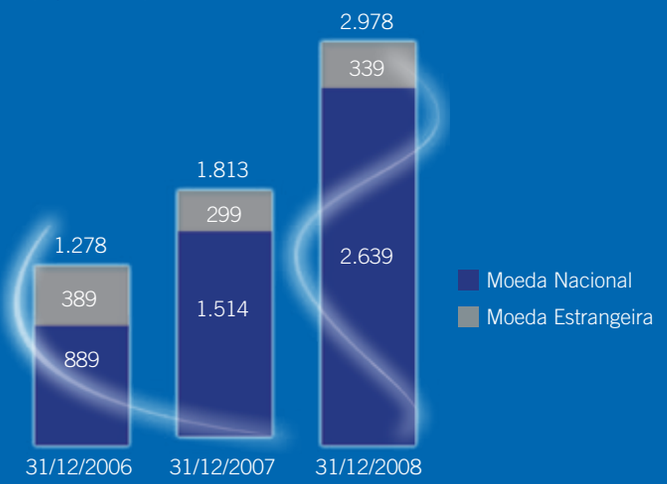
A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures, notas promissórias e financiamentos, totalizava R$ 2.978,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, um incremento de 64,3% comparativamente à posição de 2007. Do total da dívida no final do período, apenas 11,4% eram em moeda estrangeira, parcela que não estava sujeita a instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado, principalmente, aos seguintes fatores: (i) emissão de R$ 400,0 milhões em notas promissórias, realizada em abril de 2008, com o objetivo de auxiliar a viabilização do plano de investimentos da Companhia; (ii) ingresso de R$ 294,2 milhões relativos aos empréstimos da Ponte de Pedra Energética S.A., adquirida no segundo trimestre; (iii) ingresso de R$ 92,6 milhões relativos aos empréstimos das PCHs Rondonópolis e José Gelazio da Rocha, adquiridas em 5 de dezembro de 2008, (iv) saque junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 160,4 milhões em 2008, a fim de fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador; e (v) ingresso de R$ 186,9 milhões relativos aos empréstimos das eólicas Beberibe e Pedra do Sal e a PCH Areia Branca, adquiridas em 22 de dezembro de 2008.

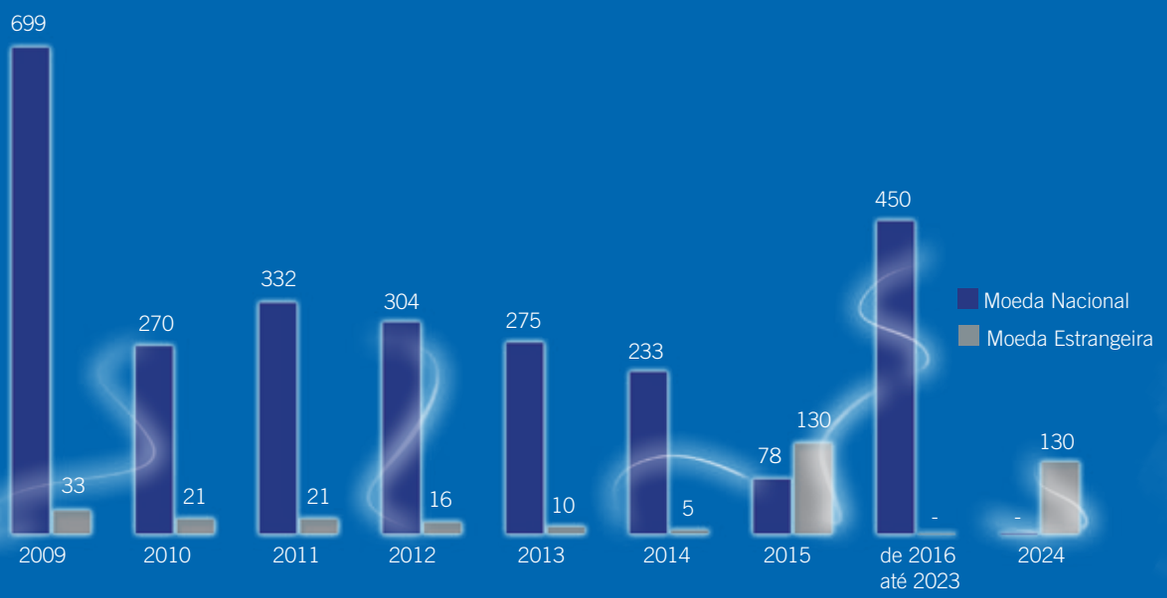
Dívida Líquida
(R$ milhões)



Composição da Dívida Bruta
(R$ milhões)



Cronograma de Vencimento da Dívida
(R$ milhões)



Investimentos na ampliação, manutenção e revitalização do parque gerador

Em 2008 R$ 288,5 milhões foram direcionados à construção da Usina Hidrelétrica São Salvador (dos quais R$ 68,5 milhões correspondentes à crédito de PIS/Cofins acumulados até 31 de dezembro de 2008), R$ 10,2 milhões à construção da Usina Termelétrica Destilaria Andrade, R$ 33,3 milhões à construção da Usina Eólica Pedra do Sal e da PCH Areia Branca e R$ 71,1 milhões aos projetos de manutenção e revitalização das usinas, totalizando R$ 403,1 milhões.

Adicionalmente, foram investidos no ano R$ 885,8 milhões em aquisições, sendo R$ 644,9 milhões para a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e R$ 240,9 milhões para as PCHs José Gelazio da Rocha e Rondonópolis.

Além disso, a Companhia anunciou em 22 de dezembro de 2008 a aquisição de três ativos de geração oriundos de fontes complementares - as Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e a PCH Areia Branca -, por R$ 200,0 milhões, com previsão de pagamento em janeiro de 2009.

Dessa forma, considerando-se os valores destinados à construção e aquisição de usinas, a Companhia investiu, em 2008, um total de R$ 1.488,9 milhões, valor 292,4% superior aos R$ 379,4 milhões registrados em 2007. Para manutenção e revitalização foram investidos R$ 72 milhões, sendo que, na área ambiental, foram destinados R$ 50 milhões.

Pesquisa e Desenvolvimento

Como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel desenvolve seu programa anual de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), conforme determinação da Aneel.

Em 2008 foram investidos R$ 20,0 milhões em 22 novos projetos que, juntamente com outras nove iniciativas em andamento, formam o quadro do programa de P&D do período. Os projetos são voltados, principalmente, ao desenvolvimento de novas tecnologias e materiais para o processo de geração de energia elétrica, ao desenvolvimento de formas limpas de geração de energia e à preservação do meio ambiente, dentre os quais se destacam:

- limnologia e ictiologia nos reservatórios de Salto Osório e Salto Santiago;
- desenvolvimento de tecnologias para acelerar a restauração da área de preservação permanente do reservatório de Itá;
- reintrodução da *Dyckia distachya*, uma espécie de bromélia típica de corredeiras que se encontra na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (Portaria Ibama 037-N, de 03/04/1992), nas áreas de influência dos reservatórios de Itá e Machadinho;
- avaliação econômica da geração fotovoltaica distribuída e cálculo do fator de capacidade de sistemas solares fotovoltaicos instalados em edifícios conectados à rede elétrica;
- pesquisa do potencial de produção de biodiesel na região de Alegrete e sua viabilidade para geração em termelétrica;
- análise da potencialidade de uso de biomassa oriunda de florestas nativas sob manejo sustentável para a geração de energia;
- avaliação da potencialidade de uso da biomassa florestal para a geração de energia como contribuição para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- avaliação tecnológica para emprego do carvão mineral da camada Bonito nas usinas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda;
- desenvolvimento de produtos cerâmicos com a utilização de cinzas pesadas de carvão mineral provenientes de usinas termelétricas; e
- otimização energética durante partidas e paradas de processos industriais.

Além disso, a Companhia investe continuamente em melhorias tecnológicas, com ênfase em seu parque gerador e sistemas informatizados, ciente de que o desenvolvimento científico e tecnológico é essencial à manutenção do alto padrão de qualidade dos seus serviços.

MERCADO DE CAPITAIS

A Tractebel possui ações ordinárias negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (Itag) e, pelo quarto ano consecutivo, foram selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

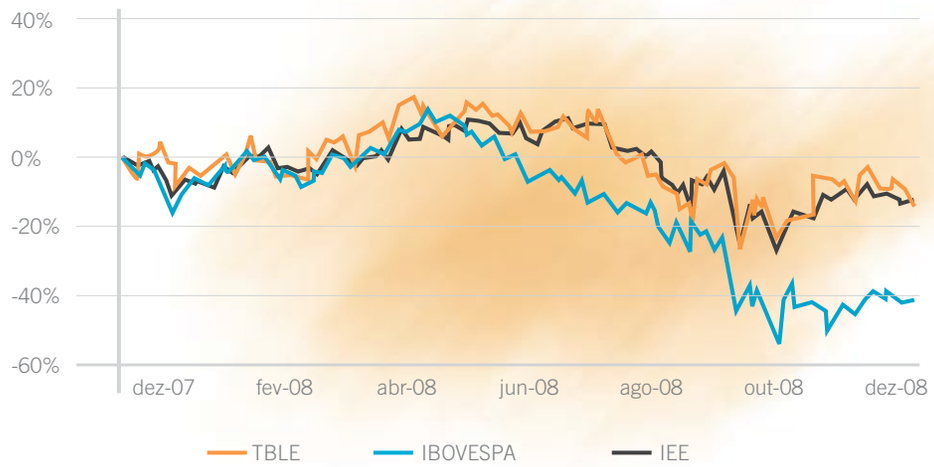
O ano de 2008 foi conturbado para a economia mundial. O agravamento da crise internacional atingiu o setor bancário e os mercados monetário e de capitais, que registraram quedas significativas. O crescimento observado nos últimos anos nas grandes economias sofreu forte desaceleração e alguns países entraram em recessão. No Brasil, o dólar apresentou forte alta no decorrer do ano. Nesse cenário, o Ibovespa encerrou 2008 com declínio de 41,2%, acompanhado da perda de 11,6% do Índice do Setor Elétrico (IEE). As ações da Tractebel, seguindo o comportamento observado no mercado, encerraram o ano com queda de 12,9%.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBOVESPA em 2008 e o volume médio diário de negociação no ano em análise foi de R$ 14,2 milhões, 25,8% acima dos R$ 11,3 milhões registrados em 2007.

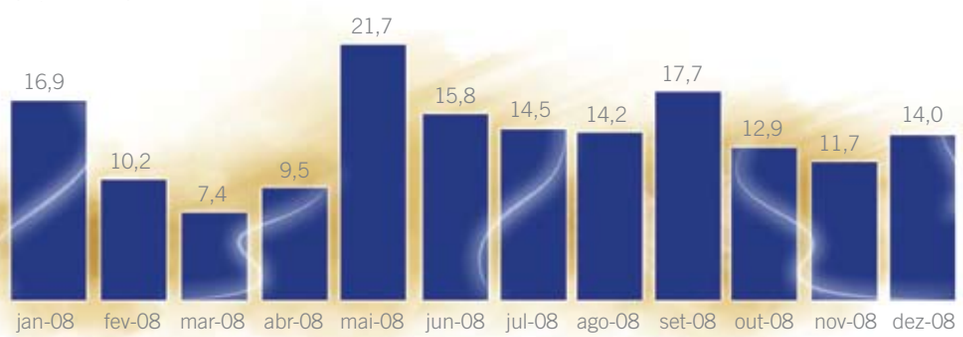
Em 31 de dezembro de 2008 os papéis estavam cotados a R$ 18,55/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 12,1 bilhões.

Pelo quarto ano consecutivo, as ações da Tractebel foram selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial

Desempenho da Ação da Tractebel em 2008
(Base 100 - 31/12/2007)



Volume Médio Diário das Negociações com TBLE3
(R$ milhões)



Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Pelo quarto ano consecutivo, as ações da Tractebel foram selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial, que aponta companhias comprometidas com práticas de sustentabilidade e apresenta os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

A carteira atual, composta por 38 ações de 30 empresas de 12 setores, entrou em vigor no dia 1º de dezembro de 2008 e é válida até 30 de novembro de 2009. Os componentes foram selecionados dentre as 51 companhias que responderam ao questionário enviado às 137 empresas que possuem as 150 ações mais líquidas da BM&FBOVESPA.

Com R$ 372 bilhões em valor de mercado, a nova carteira corresponde a 30,7% da capitalização total das 394 empresas com ações negociadas na Bolsa. Criado em 2005, o ISE tornou-se uma referência para o investimento socialmente responsável, servindo como um indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Remuneração aos Acionistas

No exercício de 2008 a administração da Companhia aprovou a distribuição de R$ 756,3 milhões em proventos, sendo R$ 580,3 milhões na forma de dividendos e R$ 176,0 milhões como juros sobre o capital próprio. Esses valores representam 67,8% do lucro líquido do exercício, equivalente a R$ 1,1586488651 por ação. O elevado porcentual do lucro líquido relacionado à distribuição de proventos vem superando, há seis anos, o mínimo determinado na política de pagamento de dividendos.

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto da Companhia é de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a Companhia aprovou uma política de pagamento de dividendos que contempla distribuições em períodos semestrais e a intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei. O valor dessas contribuições varia de acordo com a condição financeira da Companhia, suas perspectivas e estratégia e as condições macroeconômicas.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem o direito de votar em assembleia geral ordinária ou extraordinária, de receber dividendos, de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas, de fiscalizar a administração da Tractebel conforme o Estatuto Social, de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social, em virtude de estar listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Emissão de debêntures

O Conselho de Administração da Tractebel autorizou, em 2007, a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, no valor de R$ 350,0 milhões, correspondente a 35 mil debêntures.

Os prazos de vigência são de sete e cinco anos, com vencimento final em 15 de maio de 2014 e 15 de maio de 2012, para a 1ª e 2ª série, respectivamente. As debêntures da 1ª série, com prazo de vigência de sete anos e vencimento final em 15 de maio de 2014, são atualizadas pelo IPCA e fazem jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes ao máximo de 8,7% ao ano.

As debêntures da 2ª série, com prazo de vigência de cinco anos e vencimento final em 15 de maio de 2012, não são atualizadas e fazem jus a uma remuneração semestral que contempla juros remuneratórios correspondentes a, no máximo, 103,5% da taxa DI.

Ratings

A Tractebel é avaliada periodicamente por duas agências de classificação de risco - Standard & Poor's e FitchRatings. A Standard & Poor's manteve em 2008 o *rating* atribuído no ano anterior, ou seja, brAA estável na Escala Nacional Brasil à Tractebel e brAA às 1ª e 2ª emissões de debêntures da Companhia na mesma escala. Da mesma forma, a FitchRatings manteve em 2008 o *rating* Nacional de Longo Prazo AA(bra) estável à Companhia e às 1ª e 2ª emissões de debêntures. A classificação atribuída por essas agências atesta a solidez e a transparência da Companhia.



Usina Hidrelétrica Cana Brava



8

Gestão Ambiental

POLÍTICA AMBIENTAL

Ciente da importância das questões ambientais no desenvolvimento de suas atividades e na vida das comunidades do entorno de suas usinas, a Tractebel estabeleceu políticas de meio ambiente e de ética que pautam sua conduta no uso sustentável de recursos naturais e no monitoramento e controle dos possíveis impactos. Desse modo, garante o equilíbrio do meio ambiente e a sustentabilidade do negócio.

A Política de Meio Ambiente, estabelecida em janeiro de 2001 a partir do Código de Meio Ambiente, determina as premissas dos compromissos públicos da Tractebel e de seus colaboradores:

Comprometimento: o respeito ao meio ambiente é componente fundamental da identidade e dos valores da Companhia.

Compreensão: são elaborados estudos dos impactos das atividades da Tractebel no meio ambiente com a finalidade de garantir a preservação dos recursos naturais e o controle dos riscos ambientais, atuando, primordialmente, de forma preventiva.

Capacitação Técnica: são realizados programas de pesquisa e desenvolvimento para a melhoria contínua dos métodos e processos da Companhia, cumprindo as exigências de seus clientes, da sociedade e da evolução da legislação ambiental.

Compartilhamento: todos os objetivos e resultados ambientais são divulgados a empregados, clientes, acionistas, associados e órgãos de meio ambiente, mantendo um diálogo aberto com a opinião pública.

Essas premissas estão detalhadas no Código de Meio Ambiente da Companhia, disponível em seu *website*.

Além de seu Código de Meio Ambiente, a Tractebel é signatária do Código de Ética Sócio-Ambiental do Instituto Acende Brasil. A Companhia participou da elaboração desse documento, um conjunto de princípios para construção e operação de usinas, que respeitam as dimensões social, ambiental e econômica. O objetivo é promover a transparência e sustentabilidade do setor elétrico de modo que seu crescimento represente desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Ao assinar o Código de Ética Sócio-Ambiental, a Tractebel assumiu publicamente o compromisso de atender aos seguintes princípios:
- redução e controle dos impactos sobre o meio ambiente;
- conservação da biodiversidade e dos recursos naturais;
- respeito às comunidades;
- educação e saúde como elementos de transformação social; e
- transparência e diálogo.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental da Companhia tem como estratégia utilizar programas e ferramentas que permitam identificar e administrar os impactos gerados e, assim, minimizá-los e compensá-los por meio do controle de riscos e de melhorias operacionais na qualidade dos serviços.

Todas as usinas da Tractebel têm operações monitoradas e conectadas ao Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente (SIG). Tal sistema possibilita à Companhia manter a qualidade exigida pelos clientes na prestação de seus serviços e entrega de seu produto. Além disso, garante que a produção de energia elétrica seja conduzida com os devidos cuidados ambientais, atendendo aos requisitos legais e proporcionando a melhoria contínua dos processos e serviços.

O SIG ainda controla as comunicações oriundas de partes interessadas (comunidades, órgãos públicos, clientes, etc.), para que sejam devidamente recebidas, registradas e respondidas.

A geração de energia elétrica de forma sustentável é assegurada pelo Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente

Diretrizes do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente (SIG)

Operacional: maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos.

Ambiental: gerar energia - em observância às normas de segurança, ao uso racional e preservação dos recursos naturais - prevenir a poluição e controlar os riscos ambientais, atuando, primordialmente, de forma preventiva.

Patrimonial: Utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular.

Relacionamento com a sociedade: Participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

Cabe ressaltar que todas as usinas da Tractebel, com exceção das recém adquiridas, são certificadas com as normas NBR ISO 14001:2004 e NBR ISO 9001:2000.

ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

A Tractebel adota procedimento de identificação dos aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços, determinando aqueles que possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente.

Controle operacional

Levantados os aspectos e impactos ambientais significativos, são definidos controles operacionais de prevenção ou mitigação dos impactos por meio de:

• criação de procedimentos documentados para garantir, em todas as situações, o cumprimento da Política Ambiental e dos objetivos e metas ambientais da Companhia;

• definição de critérios ambientais para a execução das atividades; e

• estabelecimento e manutenção de procedimentos relativos aos aspectos ambientais significativos identificáveis de bens e serviços utilizados e comunicação destes procedimentos e dos requisitos pertinentes aos fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Além disso, os controles operacionais também podem ser estabelecidos por meio de estruturas físicas, que impeçam danos ao meio ambiente. Exemplo disso são os tanques de contenção dos transformadores que, em uma potencial situação emergencial de vazamento, retêm o óleo de forma a evitar a contaminação do solo ou da água. Essas estruturas físicas passam por manutenções preventivas periódicas, garantindo seu funcionamento efetivo em possíveis emergências.

A Companhia realiza, ainda, inspeções e testes da operação durante os turnos de trabalho, que complementam o apoio operacional, a fim de evitar a ocorrência de aspectos e impactos ambientais significativos.

Atendimento a emergências ambientais

Os Planos de Atendimento a Emergências (PAE) da Companhia identificam as potenciais situações desencadeadas por aspectos ambientais significativos de caráter emergencial que possam necessitar de intervenção para impedir impactos no meio ambiente. Sempre que necessário esses planos são revisados, analisados e testados para garantir sua eficácia em situações de emergência.

Medição e monitoramento

As características de determinadas atividades que podem sofrer alteração no decorrer de sua execução, e que estejam relacionadas diretamente com aspectos e impactos ambientais significativos, são consideradas em Planos de Monitoramento Ambiental, que preveem os itens monitorados e a forma, frequência e registro do monitoramento.

OBJETIVOS, METAS E PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Para garantir o atendimento da Política de Meio Ambiente, a Tractebel conta com procedimento de orientação e definição de objetivos ambientais a serem atingidos dentro de prazos estabelecidos.

Para alcançar cada meta ambiental definida são estabelecidos Programas de Gestão Ambiental que detalham ações, responsáveis e prazos. Dessa forma, a busca pelo cumprimento dos objetivos é constante, impulsionando o desempenho ambiental da Companhia para um processo de melhoria contínua.

Controles operacionais de prevenção ou mitigação de possíveis impactos de suas atividades sobre o meio ambiente são definidos pela Companhia

Metas ambientais a atingir até 2012:

Hidrelétricas	Termelétricas
Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas nas áreas de abrangência das usinas Itá, Machadinho, Passo Fundo, Salto Santiago, Salto Osório e Cana Brava.	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas das usinas Lages, Charqueadas e Alegrete.
Redução, em 2009, de 5% da geração de resíduos, com base na geração média dos anos de 2006, 2007 e 2008 (Machadinho e Cana Brava).	Reduzir os níveis de emissão de ruído para menos de 56 dB a 120 metros dos silenciadores e 72 dB a 10 metros dos silenciadores até setembro de 2009 (Charqueadas).
Redução da concentração de óleos e graxas do efluente drenado para o poço de drenagem da usina para 50% do máximo permitido pela legislação até janeiro de 2010 (Cana Brava).	Redução da emissão de ruídos do vibrador de vagões no recebimento de carvão, sob responsabilidade da Central de Utilidades, até dezembro de 2009 (Jorge Lacerda).
Construir a sala para lavagem de peças da oficina mecânica até julho de 2009 (Itá).	Manter os níveis de ruído nos equipamentos críticos abaixo de 80 dB (Lages).
Substituir os equipamentos contendo mercúrio nas usinas até dezembro de 2009 (Salto Osório e Salto Santiago).	Atender mais de 8.500 visitantes durante o ano de 2009 (Jorge Lacerda).
Redução, em 2009, de 3% do consumo de água tratada, com base na média do consumo de água tratada nos anos de 2006, 2007 e 2008 (Cana Brava).	Atingir, até o final de 2009, índice de emissão de material particulado inferior a 80 mg/Nm^3 (Charqueadas).
Implantar, até dezembro de 2009, sistema de aproveitamento da água de percolação das galerias de inspeção (Salto Osório).	Atender 1.500 visitantes em dois anos - 2009 a 2010 (Lages).
Recuperar as áreas da concessão com o plantio de 100.000 mudas de espécies nativas do cerrado até abril de 2012 (Cana Brava).	Atender 400 visitantes até dezembro de 2009 (Charqueadas).
Revegetação das ilhas do reservatório por meio do plantio de 60.000 mudas de espécies nativas (Passo Fundo).	Implantação do Sistema de Tratamento de Efluentes da Estação de Tratamento de Fuligem – manter a emissão de DBO5 em valores abaixo de 55 mg/l (Lages).
Recuperar as áreas degradadas do antigo canteiro de obras até dezembro de 2009 (Salto Santiago).	Impermeabilização dos pátios de carvão até dezembro de 2009 (Jorge Lacerda).
Obter em 2009 (com base nos resultados de 2008) um aumento de 5% do número total de visitantes à usina e participantes das palestras de conscientização ambiental desenvolvidas pela Companhia nos municípios atingidos pelo reservatório (Cana Brava).	Reduzir o consumo específico anual de NaOH para 0,75 Kg/m^3 e de HCl para 0,80 Kg/m^3 até dezembro de 2009 (Lages).
Atender anualmente um público de 6.000 pessoas com o Programa de Educação Ambiental nos municípios lindeiros (Machadinho).	Reduzir em 20% o consumo de ácido e soda, em Kg/m^3, até dezembro de 2009 (Alegrete).
Receber anualmente, pelo menos 1.800 visitantes em cada usina, envolvendo escolas, associações e universidades (Salto Osório e Salto Santiago).	Manter os índices de consumo específico de carvão abaixo de 1,50 ton/MWh (Charqueadas).
Implantar 10 ações voltadas às necessidades socioambientais da população lindeira ao reservatório até dezembro de 2009 (Passo Fundo).	Readequar o sistema de cinzas com implantação do sistema em ciclo fechado até dezembro de 2010 (Jorge Lacerda).
	Implantação de cortina vegetal em torno do pátio de biomassa até dezembro de 2009 (Lages).
	Implantação de um programa de arborização urbana na região de influência da usina até dezembro de 2009 (Charqueadas).
	Participar dos processos de recuperação ambiental de áreas degradadas, em parceria com o órgão estadual de meio ambiente - Fatma (Jorge Lacerda).
	Atingir, até o final de 2009, índices de emissão de material particulado inferior a 0,6 Kg/MWh (Jorge Lacerda).
	Manter as emissões de material particulado abaixo de 100 mg/Nm^3 na caldeira principal e 260 mg/Nm^3 na caldeira reserva (Lages).
	Atingir, até o final de 2009, índice de emissão de SO_2 inferior a 400 mg/Nm^3 a 6% de Oxigênio (Charqueadas).



Legislação e requisitos ambientais

A Companhia identifica, atualiza e avalia periodicamente o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos ambientais que sejam aplicáveis às suas atividades.

Os principais requisitos incluem leis, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções e compromissos com o poder público. Dessa forma, a situação ambiental é constantemente acompanhada e são determinadas ações para manter ou alcançar os padrões legais e compromissos voluntariamente assumidos pela Companhia.

Certificações

Todas as atividades de operação da geração de energia elétrica da Companhia são gerenciadas pelo Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, certificado conforme os requisitos da NBR ISO 9001:2000 e da NBR ISO 14001:2004, que contemplam os seguintes objetivos gerais:

- atuar de forma efetiva em ações de conservação nas áreas de influência das usinas e dos reservatórios;
- equacionar os impactos ambientais causados pela formação dos reservatórios, agregando à sua implantação perspectivas de melhoria de vida na região;
- utilizar racionalmente os recursos naturais;
- reduzir a geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas;
- reduzir as emissões de ruído; e
- aprimorar o relacionamento com a comunidade.

Além disso, está previsto para o ano de 2009 o início dos trabalhos de implantação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social e do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, a serem incorporados ao Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente e submetidos a auditorias de certificação, respectivamente, pelas normas ABNT NBR 16001 e OHSAS 18001, até o final de 2010. Inicialmente, essas certificações serão implantadas nas usinas já certificadas com NBR ISO 14001 e NBR ISO 9001 e na Usina Hidrelétrica São Salvador, em construção, para a qual também será estendido o escopo das certificações de meio ambiente e qualidade.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nas usinas que implementa e opera, a Tractebel segue todas as normas e regulamentos ambientais, procurando, de forma responsável, minimizar os impactos referentes às suas atividades. Todas elas cumprem a legislação vigente e as condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais.

Procedimento para licenciamento ambiental

Estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente – Lei 6.938/81 e regulamentado pela Resolução Conama Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o procedimento para licenciamento ambiental no Brasil determina aos órgãos ambientais competentes licenciar a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais.

Ao conceder a licença ambiental, o órgão competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadores dos recursos naturais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

Tipos de licença

LP - Licença Ambiental Prévia - Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atesta sua viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

LI - Licença Ambiental de Instalação - Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

LO - Licença Ambiental de Operação – Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

LICENCIAMENTO DAS USINAS

Hidrelétricas	Licenciamento	Emissão	Validade	Órgão Licenciador
Salto Santiago	**Licença de Operação nº 17961**	18/02/09	18/02/10	**IAP**
Salto Osório	**Licença de Operação nº 17960**	18/02/09	18/02/10	**IAP**
	Licença de Instalação nº 6994 - Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário da Vila Residencial	11/07/08	11/07/10	**IAP**
Passo Fundo	**Licença de Operação nº 444/2009-DL**	28/01/09	27/01/13	**Fepam**
Itá	**Licença de Operação nº 68/99 -** renovação requerida em abril/2008	01/09/04	31/08/08	**Ibama**
Machadinho	**Renovação da Licença de Operação nº 160/2001**	28/11/07	28/11/13	**Ibama**
	Licença Ambiental de Operação nº 1027/2005 - linha de transmissão 500 kV	20/12/05	20/12/13	**Fatma**
Cana Brava	**Licença de funcionamento - Gerência do Uso do Solo nº 212/2005 -** renovação requerida em setembro/2007	04/02/05	09/01/08	**AGMA**
	Licença de funcionamento - Gerência do Uso do Solo nº 239/2005 - linha de transmissão 230 kV. Renovação requerida em setembro/2008	17/02/05	05/02/09	**AGMA**
Ponte de Pedra	**Retificação da Licença de Operação nº 395/2004 -** renovação requerida em fevereiro/2008	10/09/04	10/09/08	**Ibama**
	Licença de Operação nº 3091/2007 - linha de transmissão 230 kV	09/07/07	08/07/09	**SEMA-MT**
José Gelazio da Rocha	**Licença de Operação nº 1606/2006 -** renovação requerida em outubro/2008	10/11/06	10/11/08	**SEMA-MT**
	Licença de Operação nº 296921/2009 - linha de transmissão	20/02/09	20/02/12	**SEMA-MT**
Rondonópolis	**Licença de Operação nº 2736/2007**	06/03/08	16/05/10	**SEMA-MT**
Eólicas				
Beberibe	**Licença de Operação nº 43/2008 - Copam - Nucam**	22/01/08	21/01/09	**Semace**
	Licença de Operação nº 107/2008 - Copam - Nucam - 1º trecho da linha de transmissão	12/02/08	11/02/09	**Semace**
	Licença de Operação nº 40/2008 - Copam - Nucam - 2º trecho da linha de transmissão	22/01/08	21/01/09	**Semace**
Pedra do Sal	**Licença de Operação nº D001833/08**	12/12/08	12/12/10	**Semar**
	Licença de Operação nº D001832/08 - linha de transmissão	12/12/08	12/12/10	**Semar**
Termelétricas				
Complexo Jorge Lacerda	**Licença Ambiental de Operação nº 01/2008 -** UTLA	07/01/08	07/01/12	**Fatma**
	Licença Ambiental de Operação nº 02/2008 - UTLB	07/01/08	07/01/12	**Fatma**
	Licença Ambiental de Operação nº 03/2008 - UTLC	07/01/08	07/01/12	**Fatma**
	Licença Ambiental de Operação nº 0328/2007 - Terminal de Carvão Mineral Energético	02/07/07	02/07/11	**Fatma**

Charqueadas	**Licença de Operação nº 8045/2008-DL**	29/10/08	28/10/09	**Fepam**
	Portaria nº 178/2007 - autorização para captação de água superficial no Rio Jacuí	05/02/07	-	**DRH**
Alegrete	**Licença de Operação nº 3696/2005-DL -** renovação requerida em agosto/2008	28/07/05	14/12/08	**Fepam**
	Portaria nº 16/2007 - autorização em caráter precário para captação de água superficial no Rio Ibirapuitã	16/10/07	-	**DRH**
William Arjona	**Licença de Operação nº 017/2008**	07/04/08	07/04/13	**Imasul**
Lages	**Licença Ambiental de Operação nº Codam-PS/014/2006 -** renovação requerida em setembro/2008	13/01/06	13/01/09	**Fatma**
	Licença Ambiental de Operação nº Codam-PS/026/2006 - caldeira de reserva - renovação requerida em setembro/2008	13/01/06	13/01/09	**Fatma**
	Licença Ambiental de Operação nº Codam-LGS/045/2008 - captação de água em poços tubulares profundos para consumo humano	19/05/08	19/05/12	**Fatma**
	Licença Ambiental de Operação nº 1057/Codam/LGS/2007 - unidade de secagem de madeiras a vapor	04/12/07	04/12/11	**Fatma**
	Licença Ambiental de Operação nº 1058/Codam/LGS/2007 - captação, adução e tratamento de água para abastecimento industrial	29/11/07	29/11/11	**Fatma**
	Ofício Protocolo nº 288/2008 - autorização condicionada para utilização das cinzas da combustão de biomassa da UCLA na agricultura e silvicultura	09/04/08	-	**Fatma**

Em construção				
Destilaria Andrade	**Licença de Instalação nº 52000054 -** Versão 02	26/09/08	-	**Cetesb**
São Salvador	**Licença de Operação nº 794/2008 -** São Salvador e linha de transmissão 230 kV	18/11/08	18/11/12	**Ibama**
	Autorização de Supressão de Vegetação nº 248/2008 - recomposição da infra-estrutura viária (total: 3,28 ha)	17/07/08	17/07/09	**Ibama**
Areia Branca	**Licença de Instalação nº 071**	30/04/02	30/04/04	**FEAM**
Seival	**Licença de Instalação nº 589/2009**	18/02/09	18/02/14	**Ibama**
	Licença Prévia - linha de transmissão 230 kV - requerida em dezembro/2007	-	-	**Ibama**

Legenda:

AGMA: Agência Goiana de Meio Ambiente
DRH: Departamento de Recursos Hídricos - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul
Fatma: Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
FEAM: Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais
Fepam: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - Estado do Rio Grande do Sul
IAP: Instituto Ambiental do Paraná
Ibama: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Imasul: Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
Semace: Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará
SEMA-MT: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso
Semar: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí
Cetesb: Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Copam: Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará
Codam: Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina

MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO E CRÉDITOS DE CARBONO

A Unidade de Cogeração Lages é registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. Com isso, a termelétrica está habilitada a gerar créditos de carbono para comercialização pela Lages Bioenergética.

É prevista no projeto a geração de cerca de 220 mil Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) por ano, entre novembro de 2004 e outubro de 2014. Cada RCE corresponde à emissão evitada de uma tonelada de CO_2 (dióxido de carbobo). Em 2007 a Tractebel fechou contrato de venda de 750 mil RCEs, volume que representa aproximadamente 35% do total de RCEs a serem emitidas e que deverá ser entregue ao *Prototype Carbon Fund* (PCF) em sete parcelas anuais de 88 mil toneladas até 2013, com a última parcela, de 134 mil toneladas, a ser repassada em 2014. O PCF é o fundo que visa a aquisição de créditos de carbono administrado pelo Banco Mundial.

Além disso, foram feitas outras duas vendas no mercado de créditos de carbono: a primeira de 190 mil RCEs, em 2006, e a segunda de 270 mil toneladas, em 2008.

A Unidade de Cogeração Lages (SC) utiliza resíduos de madeira oriundos de diversas indústrias madeireiras para a produção de eletricidade e de vapor. Ao utilizar esses resíduos, que seriam descartados na natureza, a usina contribui para evitar as emissões de metano – um gás com Potencial de Aquecimento Global (PAG) 21 vezes maior que o do dióxido de carbono – provenientes da sua decomposição.

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

A Tractebel desenvolve programas de relacionamento junto à comunidade com foco na educação ambiental de diversos públicos. Um dos principais programas nessa área é o de visitação às usinas, que tem o objetivo de oferecer informações sobre o processo de geração de energia, demonstrando, de forma simples e responsável, o respeito pelo meio ambiente e pela sociedade.

Nas visitas, organizadas sistematicamente, técnicos da Companhia guiam estudantes, representantes de entidades públicas e não governamentais, além de pessoas da comunidade, apresentando a operação no parque gerador e sua integração com o meio ambiente e a sociedade.

Esse programa tem se mostrado um importante vetor na disseminação da conscientização ambiental, refletido nas constantes solicitações de mudas nativas do cerrado por parte da comunidade. Além disso, a Companhia é constantemente convidada a participar de eventos e ministrar palestras englobando desde a construção de usinas hidrelétricas até os programas ambientais de reflorestamento, preservação ambiental, energia, água e outros temas que permeiam sua operação.

Uso múltiplo do reservatório

Em parceria com as prefeituras dos municípios onde suas usinas operam, a Tractebel busca criar em seus reservatórios áreas públicas de lazer para a população. Nos parques criados nas áreas do entorno dos reservatórios são promovidos eventos esportivos e culturais e, nos lagos, a Companhia trabalha no desenvolvimento da pesca e na conscientização dos usuários sobre os locais e períodos adequados à prática da pescaria.

A comunicação entre a Companhia e as comunidades, prevista em programas de visitação às usinas, desenvolve papel fundamental nos usos múltiplos do reservatório, pois serve de elo entre a comunidade e o empreendimento. Assim, busca estabelecer um relacionamento harmônico com a comunidade, tornando-a parceira no uso das águas e na vigilância necessária à obtenção e manutenção da melhor qualidade ambiental possível.



USINAS EM OPERAÇÃO

Nas usinas em operação são desenvolvidos diversos projetos de melhorias ambientais e controle dos impactos de suas operações. A seguir são apresentadas as principais ações ambientais de algumas usinas:

Jorge Lacerda

Parque ambiental

Em 2008 a Tractebel iniciou a construção de um novo parque, que tem por objetivo a recuperação ambiental de 0,50 km^2 de área junto à usina Jorge Lacerda, situada em Capivari de Baixo (SC). Desenvolvido pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), o Parque Ambiental Jorge Lacerda reunirá pistas para caminhadas, ciclovias, lago, centro de educação ambiental, anfiteatro, horto florestal, entre outras opções de lazer.

Além disso, a usina Jorge Lacerda desenvolve projetos de educação ambiental como o “Aprendendo a Reciclar”, horta comunitária, também desenvolvida em Lages, e a semana do meio ambiente, realizada em todas as usinas da Companhia.



Bacia ecológica situada no município de Tubarão (SC). A área passou por autorregeneração após servir como bacia de cinzas para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e é preservada e monitorada pela Tractebel Energia

Itá

Controle de peixes migradores e Área de Preservação Permanente

Em parceria com o Consórcio Machadinho e o Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água Doce (Lapad), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Consórcio Itá desenvolve projeto para garantir a preservação dos peixes migradores da bacia do Rio Uruguai, por meio da reprodução em cativeiro.

Além desse programa, o Consórcio Itá possui um convênio com o Ibama/SC para a produção e soltura de cerca de 450 mil alevinos por ano nos rios contribuintes do Rio Uruguai. Esse projeto é desenvolvido há cerca de 10 anos, totalizando, aproximadamente, quatro milhões e quinhentos mil alevinos de espécies nativas de peixes da bacia do Rio Uruguai.

O reservatório da usina, localizado na divisa dos municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), inclui uma área de 22,59 km^2 de Área de Preservação Permanente (APP), adjacente ao Parque Estadual Fritz Plaumann (SC) - de 7,41 km^2 - e ao Parque Municipal Teixeira Soares (RS) – de 4,61 km^2.

Os parques são compensações ambientais da usina Itá, juntamente com o Parque Municipal de Preservação Ambiental de Severiano de Almeida (RS), de 0,15 km^2.
A Área de Preservação Permanente nas margens do Rio Uruguai abrange as áreas verdes preservadas dos imóveis lindeiros, que totalizam 13,41 km^2.
A Tractebel disponibiliza equipe para vigilância ambiental e sociopatrimonial do reservatório e seu entorno, e mantém acordos de cooperação com as polícias ambientais para os trabalhos de fiscalização do meio ambiente. O índice de biodiversidade da região compreende 27 espécies de mamíferos, 94 espécies de aves, 31 espécies de répteis, 11 espécies de anfíbios, 40 espécies ictias e 60 espécies arbóreas.

Comunidade

Por meio do consórcio Itá, a Tractebel desenvolve, em parceria com Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem de Itá (Amulbi) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o plano regional de desenvolvimento integrado. O objetivo é fomentar as atividades de turismo e agronegócios na região e, para isso, já foram destinados R$ 240 mil, entre 2007 e 2008, à doação de equipamentos náuticos e de mudas de espécies nativas do Horto Botânico da usina Itá para produtores rurais.

Além disso, desde 2001, a usina Itá desenvolve projetos educativos voltados à comunidade no Centro de Divulgação Ambiental (CDA) por meio de exposições temáticas, biblioteca, videoteca e arquivos fotográficos, que apresentam informações socioambientais da região e os programas desenvolvidos pela usina. Desde o início de suas atividades até o final de 2008, o CDA havia recebido 178.815 visitantes.



Usina Hidrelétrica Itá

Usina Hidrelétrica Machadinho



Machadinho

Preservação de peixes migradores e Área de Preservação Permanente

O consórcio Machadinho desenvolve projeto de preservação de peixes migradores, em parceria com o Consórcio Itá (ver detalhes no descritivo dos projetos de Itá).

Localizado entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS), seu reservatório possui 44,05 km^2 de APP, adjacente ao Parque Florestal Estadual Espigão Alto (RS).

O Parque Florestal Estadual Espigão Alto, com área total de 13,33 km^2, está conectado com a área de preservação permanente do reservatório de Machadinho e com áreas remanescentes de propriedade do Consórcio Machadinho, que somam 38,89 km^2. A vigilância do parque e da APP está a cargo das Polícias Ambientais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que mantêm convênio com o consórcio para apoio operacional.

A fauna da região é composta por 52 espécies de mamíferos, dos quais destacam-se 22 espécies de roedores e 17 de carnívoros; 192 espécies de aves, sendo 160 residentes, 32 migratórias e 47 ameaçadas de extinção; 63 espécies de peixes, sendo mais frequentes os lambaris, cascudos e birus; e duas espécies relevantes de répteis: a cotiara (serpente peçonhenta) e a cobra-bola. Na flora foram identificadas 522 espécies, sendo cerca de 50% de porte herbáceo.

Usina Hidrelétrica Salto Santiago



Salto Osório, Salto Santiago e Cana Brava

Programa de reflorestamento nos reservatórios

Além dos programas socioambientais, como os de ictiofauna e limnologia, desenvolvidos nessas usinas, a Tractebel desenvolve um programa de reflorestamento, que abrange 4,62 km² da área das três usinas e prevê o plantio de 628 mil mudas. Nos reservatórios de Salto Santiago e Salto Osório, a meta é plantar 578 mil mudas até maio de 2010. Até o final de 2008 já haviam sido plantadas 333.576 mudas em uma área de aproximadamente 2,25 km².

Na usina Cana Brava, além da conclusão e consolidação do horto, em 2008, foram produzidas 60 mil mudas de espécies nativas do cerrado, ultrapassando a meta de 50 mil mudas anuais, para plantio na área do reservatório e doações à comunidade. Dessas, 7.654 mudas já foram plantadas nas áreas de concessão da usina.

O programa, elaborado com a participação de especialistas, foi aprovado pelos órgãos ambientais competentes e conta com a parceria da comunidade do entorno dos reservatórios, que contribui, além da conservação do entorno, com o plantio de mudas doadas pela Tractebel.

O reservatório da usina Cana Brava possui 3,2 km² de área total de APP, no município de Cavalcante, ao norte do Estado de Goiás, junto ao Rio Tocantins. A fauna da região é classificada em duas categorias de acordo com o padrão de distribuição geográfica.

Comunidade

Como parte de seu relacionamento com a comunidade do entorno, as usinas promovem visitas dos moradores e de alunos e professores, nas quais recebem informações sobre o funcionamento do parque gerador, a importância do empreendimento e os programas socioambientais desenvolvidos pela Companhia. Em 2008 as usinas receberam 250 entidades de 15 comunidades, totalizando 7.300 visitantes.

Ainda em 2008 foi iniciado o projeto Coletor Solar, com a participação de nove entidades dos municípios do entorno de Salto Osório e Salto Santiago. Representantes de entidades dos municípios participaram de uma oficina na usina Itá, onde obtiveram instruções de como montar o aquecedor. Em 2009 o projeto terá continuidade com a distribuição do material necessário para a fabricação e instalação do aquecedor nas entidades.

Passo Fundo

Área de Preservação Permanente

O reservatório da hidrelétrica Passo Fundo, situado em Entre Rios do Sul (RS), possui 64 ilhas, em um total de 4,11 km^2 de APP.

É adjacente ao Parque Estadual Rondinha, em Rondinha (RS), com área de 10 km^2, e à Reserva Municipal da Sagrisa, em Pontão (RS), de 4 km^2. A Polícia Ambiental do Rio Grande Sul é responsável pela fiscalização tanto do parque quanto da reserva, e também mantém parcerias com a Companhia para apoio nesse sentido.

Na área de proteção ambiental foram identificadas 18 espécies de mamíferos, 123 de aves, 14 de répteis, 10 de anfíbios e 44 espécies ictias, além de 20 espécies de mata nativa.



Usina Hidrelétrica Passo Fundo

USINAS EM CONSTRUÇÃO

Os principais impactos de uma hidrelétrica ocorrem durante a implantação do empreendimento, que altera a estrutura e a dinâmica da região. Por isso, requer a implementação de diversas ações para mitigar ou compensar os impactos. Como exemplos dessas ações podemos destacar: o monitoramento da qualidade da água, o salvamento e a conservação da flora, o monitoramento e a conservação da fauna terrestre e aquática da região, o acompanhamento das possíveis alterações no lençol freático, o monitoramento dos processos erosivos, bem como a realização de atividades que envolvem ações de prevenção contra acidentes com animais peçonhentos ou de monitoramento de caramujos e insetos existentes, como borrachudos e mosquitos, identificando possíveis transmissores de doenças.

Devido à crescente preocupação da sociedade em relação às questões afetas ao meio ambiente, a implantação de uma hidrelétrica só ocorre após estudos extensivos, submetidos à audiência pública e análise dos órgãos de meio ambiente. A empresa vencedora do leilão público realizado pelo governo para a concessão do empreendimento hidrelétrico passa a ser a responsável não só pela implantação e operação da usina, como também pela gestão ambiental completa da área de abrangência do reservatório.

Na Usina Hidrelétrica São Salvador, a Tractebel tem desenvolvido, em todas as etapas do projeto, programas socioambientais que priorizam ações sustentáveis, comprometendo-se, primordialmente, com ações de inclusão social, com a proteção e manejo dos recursos naturais, tendo como foco o desenvolvimento econômico e social, e com as mudanças nos padrões anteriores de produção e consumo.

Dentre as ações empreendidas nos vários programas desenvolvidos com a comunidade, destacam-se:

Recursos naturais

• Doação da madeira resultante da supressão da vegetação da área do reservatório aos proprietários da região, permitindo a utilização desse material dentro da legalidade e evitando o desmatamento em reservas naturais.
• Criação de um fundo proveniente da venda da madeira oriunda do canteiro de obras, a ser utilizado em ações educativas.

Educação ambiental

• Campanhas de conscientização da população sobre proteção ambiental, desenvolvidas por meio de gincanas, cinema e teatro, possibilitando também o enriquecimento cultural da comunidade.
• Programas de reciclagem e construção de galpões destinados a essa atividade, gerando postos de trabalho e renda para a população mais carente.
A construção dos galpões está sendo viabilizada por meio do fundo criado com a venda da madeira do canteiro de obras.

Biodiversidade

• Implantação de viveiro para a produção de mudas, visando à revitalização das áreas de preservação permanente na borda do lago. Jovens carentes da região são capacitados e trabalham na produção das mudas, de forma a difundir e perpetuar o conhecimento técnico sobre as espécies nativas do cerrado.
• Monitoramento e manejo da fauna que possibilita o levantamento das espécies animais do cerrado promovendo o fomento à pesquisa e ao conhecimento da biodiversidade. Com base nas informações obtidas, são implementadas ações educativas que trabalham com temas como a caça e a importância da preservação de animais ameaçados de extinção.
• Levantamento da flora do cerrado, possibilitando a identificação de espécies novas ou não identificadas anteriormente.
• Levantamento da ictiofauna da bacia do Rio Tocantins, no trecho atingido pelo empreendimento, possibilitando o conhecimento da biodiversidade regional e a importância das espécies para a comunidade.

A implantação de uma hidrelétrica só ocorre após estudos extensivos, submetidos à audiência pública e análise dos órgãos de meio ambiente

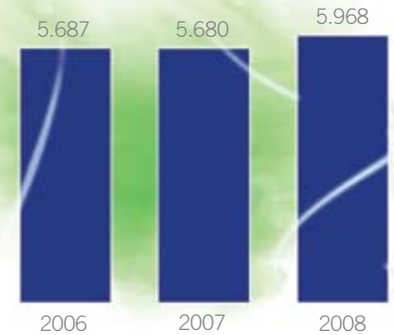
INDICADORES AMBIENTAIS CONSOLIDADOS

Comprometida com a preservação e o uso racional dos recursos naturais, a Tractebel monitora uma série de indicadores ambientais de modo a reduzir o impacto causado por suas operações.

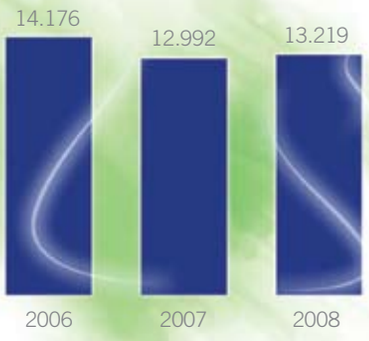
Emissões

As principais emissões atmosféricas da Tractebel são o dióxido de carbono (CO_2), dióxido de enxofre (SO_2), óxido de nitrogênio (NOx) e material particulado (MP), referentes ao processo de produção nas termelétricas. Os gráficos a seguir mostram o total de emissões das usinas termelétricas Charqueadas, Alegrete, William Arjona, do Complexo Jorge Lacerda e da Unidade de Cogeração Lages.

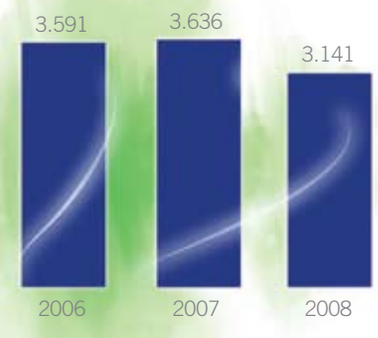
Emissão de CO_2
(mil t)



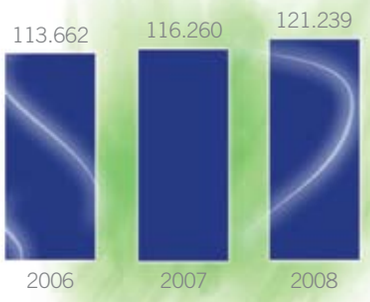
Emissão de NOx
(t)



Emissão de Material Particulado
(t)



Emissão de SOx
(t)



O aumento genérico das emissões em 2008 deve-se à grande demanda de despacho das termelétricas durante o ano. Ainda assim, o aumento de 4,8%, 1,7% e 4,1%, das emissões de CO_2, NOx e SOx, respectivamente, foi inferior ao crescimento de 9,7% na produção das termelétricas em 2008, em comparação a 2007. Ainda nesse cenário, as emissões de material particulado apresentaram expressiva redução de 13,6%, devido à reforma nos precipitadores eletrostáticos que retém as partículas. Esses resultados refletem a eficiência dos programas de gestão da Tractebel no controle ambiental das emissões e o uso racional dos combustíveis nas suas usinas termelétricas.

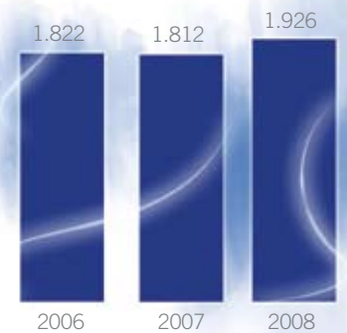
Controle de emissões

Precipitadores eletrostáticos: retenção de mais de 99% das emissões do material particulado.
Controle de enxofre no carvão e óleos combustíveis: redução da formação de dióxido de enxofre e de sua emissão para a atmosfera.
Reaproveitamento de resíduos: utilização de 100% das cinzas leves produzidas como matéria-prima na produção de cimento.

Consumo de energia direta

A energia elétrica consumida no processo produtivo é gerada pelas próprias usinas da Tractebel. Em 2008 foram consumidos 1.926.143 GJ (535 GWh) de energia elétrica na operação das usinas, o que resultou em 34.128 GWh (equivalente a 123 milhões de GJ) de energia elétrica gerada para o sistema. Esse valor inclui a produção das usinas compradas em 2008 após as respectivas conclusões das aquisições.

Consumo de Energia Elétrica
(TJ)



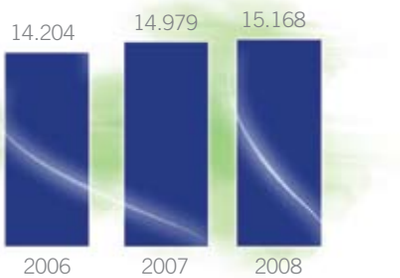
O aumento do consumo de energia deve-se ao crescimento da geração total de energia pelas usinas da Tractebel.

Para diminuir seu consumo de energia indireto, a Companhia adota medidas de redução do consumo de combustível fóssil. Entre elas está a aquisição de veículos bicombustíveis, o uso prioritário do álcool nesses e a realização de teleconferências, de forma a evitar sempre que possível o deslocamento de seus empregados, reduzindo o consumo de combustível e, consequentemente, a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE).

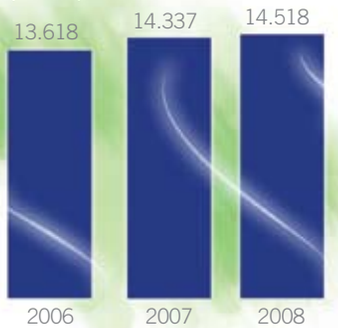
Água

A Companhia monitora e acompanha constantemente a qualidade da água dos reservatórios de suas hidrelétricas e os rios do entorno das termelétricas, evitando sua contaminação. Desse modo, busca garantir o equilíbrio dos ecossistemas, o atendimento dos requisitos legais estabelecidos e a segurança de suas operações.

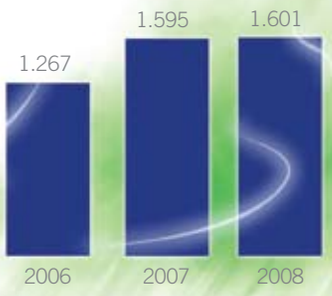
Consumo de Água de Superfície
(mil m³)



Descarte Total de Água
(mil m³)



Consumo de Água Subterrânea
(m³)



Em 2008 o aumento de 1,2%, 0,4% e 1,3%, respectivamente, do consumo de água de superfície, do consumo de água subterrânea e do descarte de água, deve-se ao crescimento da produção de energia nas termelétricas, que foi 9,7% maior que o do ano anterior.

Termelétricas

As usinas termelétricas são responsáveis pela maior parte de efluentes líquidos gerados pela Tractebel. Por isso, os sistemas de efluentes líquidos operam, na maioria das termelétricas, em regime fechado, prevenindo o lançamento de poluentes nos rios da região e possibilitando a reutilização da água em diversos processos. Na usina Charqueadas essa iniciativa permitiu a redução de 90% do total consumido na usina. No Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, por sua vez, aproximadamente 7 milhões de m³ de água utilizada na extração de cinzas foram reutilizados, o que representa 50% do total consumido pela usina.

Nas unidades onde ainda não é feita a recirculação fechada, os efluentes passam por tratamento físico-químico (sedimentação e neutralização) antes de serem lançados ao corpo receptor.

Controle do impacto ambiental

Filtro a vácuo (Lages): redução de umidade das cinzas e lodos retidos, diminuindo o desperdício de água com estes resíduos.
Bacias de contenção: prevenção da poluição por vazamentos na estocagem de combustível.

Hidrelétricas

Para garantir a qualidade das águas nos reservatórios é realizado monitoramento físico, químico e biológico, em parceria com empresas e entidades de pesquisa das regiões de atuação da Tractebel. Além disso, pela influência direta que exercem na qualidade da água, as áreas no entorno dos reservatórios são intensamente fiscalizadas.

Dentre os processos aprimorados para minimizar os impactos ambientais, pode-se citar a substituição, em 2008, do sistema de lubrificação a óleo mineral por lubrificação a água na usina Machadinho, evitando os riscos de derramamentos ou vazamentos de óleo mineral, que poderia escorrer das bombas e do tanque de drenagem desse sistema.

O controle de efluentes dos poços de drenagem da usina Cana Brava objetiva atingir a meta de redução da concentração de óleos e graxas nos efluentes para 50% do padrão permitido pela legislação, que é de 20 mg/l.

Controle do impacto ambiental

Monitoramento do lençol freático: coleta e análise de amostras de água e medição dos níveis nas cisternas em propriedades.
Controle de processos erosivos: estudo de rochas e obtenção de amostras de tipos de solo para análise e prevenção da erosão nas barreiras.

Reservatórios das hidrelétricas e PHCs

Usina	Área (km²)
Itá	142
Machadinho	79
Passo Fundo	151
Salto Osório	55
Salto Santiago	208
Cana Brava	139
Ponte de Pedra	14,5
José Gelazio da Rocha	0,27
Rondonópolis	0,024

Bacias hidrográficas

A Tractebel participa voluntariamente de diversos comitês de bacias hidrográficas da sua área de concessão, que tratam de temas como uso racional dos recursos hídricos, controle e gestão ambiental, educação ambiental, conservação da biodiversidade e saneamento básico. São eles: Baixo Jacuí (Charqueadas - RS); Rio Ibicuí (Alegrete - RS); Rio Passo Fundo (Passo Fundo - RS); rios Apuaê e Inhandava (Machadinho - RS); Rio do Peixe (SC) e Rio Jacutinga (Itá - SC); Rio Tubarão e Complexo Lagunar (Jorge Lacerda - SC). A Companhia também é suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná.

Resíduos sólidos

Todos os resíduos sólidos gerados nas usinas são segregados e encaminhados para destinação final adequada. Os resíduos combustíveis (borras de tanque e tintas, entre outros) classificados como perigosos vão para o coprocessamento e são geralmente empregados como combustíveis no processamento da indústria de cimento. O óleo lubrificante usado vai para o re-refino, onde, por meio de processo industrial, é transformado em óleo básico, principal matéria-prima da fabricação do lubrificante acabado.

Disposição de resíduos

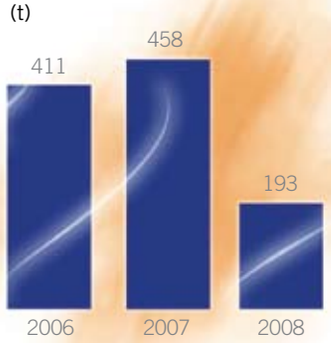
Todas as usinas da Tractebel fazem triagem dos resíduos produzidos para que possam ser encaminhados para reciclagem ou receber destinação adequada, de modo a minimizar os impactos sobre o meio ambiente. A gestão de resíduos da Companhia, que busca permanentemente a melhoria dos métodos de reaproveitamento, contempla o acondicionamento, o armazenamento interno temporário, o transporte e a destinação final dos mesmos.

Resíduos perigosos

O transporte de resíduos perigosos obedece às regulamentações do licenciamento ambiental e às normas da Organização das Nações Unidas (ONU). São adotadas medidas preventivas contra vazamentos, como a utilização de fichas de segurança de produtos químicos, a implantação de barreiras de contenção e a sinalização adequada dos veículos. As empresas contratadas para esse tipo de transporte são devidamente habilitadas e licenciadas dentro do território nacional. Não são importados ou exportados resíduos perigosos.

Os principais resíduos perigosos da Companhia compreendem: embalagens reutilizáveis de produtos químicos, bombonas vazias, lâmpadas e toalhas retornáveis, óleo para re-refino, resíduos dos serviços de saúde, produtos químicos, pilhas e baterias, água e materiais contaminados com óleo, cinzas, lã-de-rocha e embalagens de aerossóis.

Resíduos Perigosos Transportados
(t)



Destinação dos resíduos perigosos em 2008

Destinação	Tipo de resíduo	Quantidade (t)
Armazenamento no local	Lodo de Estação de Tratamento de Água (ETA), materiais contendo amianto ou lã-de-vidro, pilhas e baterias, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), detectores de fumaça	1,55
Reutilização	Embalagens reutilizáveis de produtos químicos e toalhas industriais retornáveis	4,60
Reciclagem	Óleos lubrificantes usados	64,89
Recuperação	Detectores de fumaça	0,00
Incineração (ou utilização como combustível)	Resíduos de saúde e materiais contaminados com ascarel	0,17
Aterro industrial	Resíduos ou materiais contaminados com óleo, graxa ou produtos químicos, graxa residual, lodo de ETA, materiais com amianto ou lã-de-vidro, pilhas e baterias, produtos químicos, materiais com mercúrio	84,17
Autoclavagem => aterro classe II	Resíduos de saúde	0,01
Coprocessamento	Resíduos ou materiais contaminados com óleo, graxa, produtos químicos, amianto ou lã-de-rocha ou ascarel	121,48
Encapsulamento => aterro classe I	Pilhas e baterias	1,21
TOTAL		**276,54**

Resíduos não perigosos

Os principais resíduos não perigosos gerados na Tractebel são as cinzas, originadas no processo de combustão das usinas a carvão, além de papéis, plásticos, vidros e sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas.

As cinzas dividem-se em dois tipos: o tipo leve, arrastadas com os gases de combustão e retidas nos precipitadores eletrostáticos, e o tipo pesado, que permanece no fundo da caldeira. O primeiro, que corresponde a cerca de 80% do volume total de resíduos, é vendido para a indústria cimenteira como insumo do cimento pozolânico, substituindo o calcário em sua composição. As cinzas pesadas têm o pH alto e são usadas como neutralizadoras da acidez do solo, na recuperação de depósitos de rejeitos de carvão.

Das cinzas pesadas provenientes da usina Charqueadas, parte volta à cava da mina e é utilizada na recuperação ambiental da área onde o carvão mineral utilizado na termelétrica foi minerado.

Além disso, as cinzas pesadas são utilizadas como base para a pavimentação asfáltica de rodovias. Em 2008, por exemplo, as cinzas foram utilizadas nas obras de duplicação da Rodovia Federal BR 101, no trecho próximo ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. A cada ano, a Tractebel registra aumento do volume de resíduos não perigosos reciclados, reutilizados e recuperados. Em 2008 esse volume alcançou aproximadamente 100% do total.

Destinação dos resíduos não perigosos em 2008*

Destinação	Tipo de resíduo	Quantidade (t)
Reutilização	Sílica gel não contaminada	0,03
Reciclagem	Cinzas leves, entulhos de construção, isopor, madeira, papéis e papelões, plásticos, vidros e metais	978.619,55
Incineração	Madeiras	16,75
Armazenamento no local	Resíduos de solda	0,05
Aterro industrial	Cinzas pesadas e lã-de-rocha, entulhos de construção, escória de jateamento, lã-de-rocha, resíduos de solda, sucata de borracha e eletrônica	273,99
Bota-fora	Podas de jardim e madeiras	17,20
Coprocessamento	Sucata de borracha	0,03
Tratamento - descontaminação	Lodo de esgoto	39,11
Recuperação de área degradada - cava da mineração	Cinza pesada	501.719,05
Aterro sanitário	Resíduos comuns, orgânicos, papel, plástico, vidro e isopor	236,67
Compostagem	Resíduos orgânicos e podas de jardim	50,65
Total		**1.480.973,08**

* Os números acima incluem as cinzas geradas nas usinas termelétricas

Em 2008 houve derramamento de 1.000 litros de óleo no canal de fuga da Hidrelétrica Salto Santiago, em decorrência de explosão e incêndio de um transformador elevador de potência. O incidente foi devidamente comunicado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão licenciador ambiental competente, por meio da Polícia Ambiental, que possui batalhão na região. As equipes de proteção e vigilância ambiental da usina deslocaram-se rapidamente para o local da ocorrência e removeram o óleo derramado da água do canal de fuga, não havendo comprometimento significativo do meio ambiente.

Reciclagem

Em 2008 cerca de 80% do papel utilizado em toda a Companhia foi proveniente de reciclagem, totalizando 7,2 toneladas, o que possibilitou o cumprimento da meta estabelecida em 2007, que era de 50%. O objetivo da Companhia é destinar à reciclagem 100% dos resíduos recicláveis gerados.



Usina Termelétrica Jorge Lacerda

Combustíveis

Os combustíveis consumidos na Tractebel são derivados do petróleo (óleo diesel e combustível) e carvão mineral, essencialmente, utilizados nas usinas termelétricas para geração de energia. A Unidade de Cogeração Lages utiliza como combustível resíduos de madeira (biomassa) fornecidos por madeireiras e outras indústrias da região.

Materiais	2006	2007	2008
Carvão mineral (t)	3.215.121	3.341.888	3.532.719
Óleo combustível (m³)	2.844	2.748	29.776
Óleo diesel (m³)	3.280	2.944	37.267
Gás natural (m³)	193.378.463	23.563.014	0

O aumento no consumo de óleo combustível é decorrente do alto despacho da Usina Termelétrica Alegrete, conforme explicado na página 59. Foram produzidos em 2008, 78.622 MWh, sendo que desde 2003 a usina se encontrava parada, em regime de conservação fria.

O consumo de óleo diesel apresentou aumento devido ao alto despacho da Usina Termelétrica William Arjona, que ampliou a produção para 98.967 MWh em 2008, 47% a mais que o total de 2007. Além disso, a usina operou com óleo diesel em substituição ao gás natural, combustível não consumido em 2008.

Transporte

O principal impacto ambiental resultante do transporte de trabalhadores, e bens e materiais utilizados nas operações é a poluição do ar causada pela queima de combustíveis como petróleo e querosene.

Para controlar esse impacto, a Companhia possui procedimento de monitoramento dos índices de fumaça preta dos veículos a diesel utilizados pelos fornecedores e consequente notificação em caso de desvio dos padrões normativos/legais.

Além disso, a fim de evitar derramamentos de óleos, combustíveis e substâncias químicas, a Tractebel conta com procedimentos operacionais preventivos e de contenção, além de Planos de Atendimento a Emergências (PAE).

Biodiversidade

A Tractebel desenvolve programas de gestão de seus impactos na biodiversidade das áreas de suas usinas e entorno, monitorando a flora, a fauna e a ictiofauna (fauna de peixes), além das condições climatológicas e sismológicas dos habitats, a fim de preservar espécies e oferecer as condições necessárias ao equilíbrio da diversidade nas regiões em que atua.

Flora

Nas hidrelétricas, os impactos sobre a vegetação causados pela construção das usinas são compensados com a produção de mudas, reflorestamento das bordas dos reservatórios, apoio na manutenção ou criação de Unidades de Conservação, e diversas outras ações que contribuem para preservar e conservar a biodiversidade, controlar os processos erosivos e de assoreamento, além de proteger da contaminação os recursos hídricos.

Ao todo, foram plantadas mais de 300 mil mudas em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e demais áreas no entorno dos reservatórios e usinas da Tractebel em 2008. A Companhia também promove a doação de mudas para órgãos públicos e organizações não-governamentais das regiões onde atua. Em 2008 foram doadas mais de 50 mil mudas de espécies nativas.

Os programas de gestão da biodiversidade visam preservar espécies e oferecer as condições necessárias ao seu equilíbrio

Principais ações desenvolvidas

Monitoramento e conservação da flora: coleta de sementes e flores para estudo e catalogação com fim de posterior produção de mudas e garantia da continuidade da espécie na região.
Recuperação e formação da faixa ciliar: em 2008 a faixa ciliar da hidrelétrica Itá passou por processo de reflorestamento e recuperação da floresta das bordas do reservatório.
Produção de mudas de espécies nativas: reflorestamento e recuperação das áreas do entorno das usinas e comunidades locais.





Fauna

Em cada usina são desenvolvidos programas de manejo e monitoramento da fauna para garantir a biodiversidade e as condições ambientais necessárias à preservação e ao desenvolvimento das espécies antes, durante e após a construção dos reservatórios.

Com esse programa é possível detectar e prevenir eventuais desequilíbrios nas populações em função da formação do reservatório. Além disso, nas áreas em que atua, a Tractebel desenvolve pesquisas associadas a programas de conscientização das comunidades locais, que fomentam sua atuação na preservação e conservação da biodiversidade desses locais, ou seja, onde estão inseridas as usinas.

Principais ações desenvolvidas

Corredores ecológicos: são desenvolvidos estudos e projetos nas usinas para criação e preservação de corredores ecológicos formados por espécies da flora local, com o objetivo de ligar formações vegetais nativas que ficaram isoladas devido à ocupação humana. Dessa forma, criam-se caminhos para que os animais possam circular e se reproduzir numa biodiversidade semelhante à do seu habitat original.

Faixa de preservação: nas bordas de alguns reservatórios são mantidas faixas de preservação para o desenvolvimento da fauna e da flora da região.

Salvamento e conservação da fauna: estudo e salvamento dos animais da região durante o desmatamento e formação do reservatório.

Controle da proliferação de possíveis focos de problemas de saúde da população: são realizados estudos periódicos sobre insetos e caramujos transmissores de doenças e levantamento de animais peçonhentos com programas de prevenção de acidentes.

Usina Hidrelétrica Machadinho



Ictiofauna

Com a construção das usinas hidrelétricas e reservatórios, o ambiente aquático tem suas condições modificadas, favorecendo o aparecimento e a adaptação de espécies diferentes de peixes em cada etapa de formação até a estabilização do lago. Por isso, a Tractebel desenvolve projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à ictiofauna, a fim de compreender o equilíbrio dinâmico que se estabelece ao longo da formação e maturidade dos lagos e adotar em cada usina o melhor manejo para minimizar os impactos sobre as espécies.

Em 2008 a Companhia promoveu a soltura de alevinos nos reservatórios do Rio Uruguai e rios contribuintes da bacia, doação de mudas para a comunidade e plantio de mudas no entorno do reservatório como compensação da sanção não monetária recebida. Ela foi motivada pelo aprisionamento de peixes causado pelo rebaixamento do nível do reservatório, por sua vez decorrente da operação da usina a um patamar inferior ao usual.

Principais ações desenvolvidas

Monitoramento de peixes migratórios: no programa de ictiofauna, a Tractebel desenvolve ações específicas para as espécies de peixes migratórios, que incluem o monitoramento utilizando *chips* eletrônicos em algumas espécies dos reservatórios para o acompanhamento de seus hábitos e condições de vida a fim de conhecer e preservar espécies nativas.
Pesquisa e monitoramento do mexilhão dourado: as águas das bacias onde a Tractebel atua são constantemente analisadas para detectar a presença da espécie invasora mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*), ainda não registrado em nenhum reservatório da Companhia.
Repovoamento dos rios: reprodução de alevinos de espécies nativas para o repovoamento dos reservatórios das hidrelétricas. Por essa iniciativa, a Tractebel mantém um convênio com o Ibama para repovoamento da bacia do Rio Uruguai. Em pesquisa conjunta com o Laboratório de Peixes de Água Doce (Lapad) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Companhia vem reproduzindo em laboratório alevinos de espécies ameaçadas de extinção na região, como dourado, curimbatá, piava e piracanjuba.

Investimentos em proteção ambiental

Em 2008 R$ 50 milhões foram aplicados na instalação de tecnologias mais limpas, controle das emissões atmosféricas, educação e treinamento ambiental, certificação externa, serviços externos de gestão ambiental, pessoal alocado em atividades gerais de gestão ambiental e projetos de pesquisa e desenvolvimento referentes a questões ligadas ao meio ambiente.

Além disso, foram gastos aproximadamente US$ 152 mil com seguro de responsabilidade civil sobre qualquer evento relacionado ao meio ambiente em decorrência de poluição súbita, como derramamentos.

Competência, treinamento e conscientização

Para promover a capacitação e conscientização de seus empregados, a Tractebel investe constantemente em ações de treinamento e conscientização ambiental, de modo a minimizar e controlar seus impactos ambientais, conforme o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável.





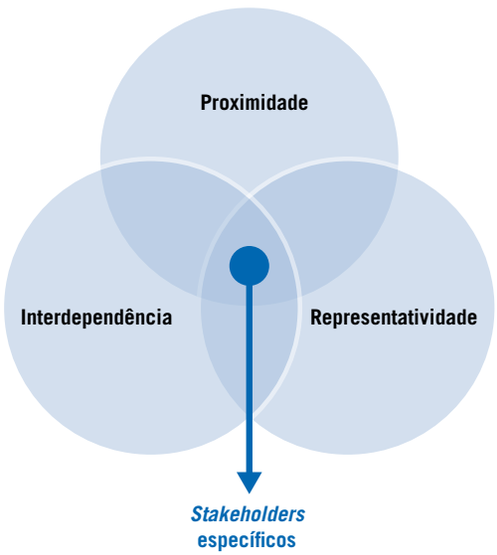
9
Gestão Social

RELACIONAMENTO COM OS PÚBLICOS DE INTERESSE

A operação da Tractebel impacta direta e indiretamente os diversos públicos com os quais se relaciona (*stakeholders*). Por outro lado, as opiniões e atividades desses grupos podem influenciar as decisões da Companhia. Por isso, a Tractebel dispõe de diversos canais de comunicação com diferentes públicos, a fim de receber suas demandas e identificar seus interesses.

Tais canais constituem-se em um importante instrumento de manutenção da transparência, aprimoramento dos esforços para a sustentabilidade e geração de valor para os públicos de interesse.

Alinhada a esse posicionamento, no processo de elaboração deste relatório a Companhia identificou 10 grandes grupos de público de interesse e - com base nos critérios de proximidade, interdependência e representatividade - selecionou *stakeholders* específicos, consultados sobre os temas de maior interesse a ser abordados no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel.



Públicos de interesse	Exemplos
Governo	Órgãos de administração (federal, estadual e municipal) e órgãos reguladores do setor
Acionistas	Controlador (GDF SUEZ) e acionistas minoritários
Colaboradores e representantes	Empregados próprios, terceirizados e sindicatos
Clientes	Comercializadoras, distribuidoras e clientes livres
Comunidade	População do entorno das usinas e da sede
Entidades sociais, ambientais, empresariais e do setor	ONGs, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e entidades de classe
Instituições financeiras	Bancos, agentes financiadores e debenturistas
Empresas do setor	Parceiros e concorrentes
Fornecedores	Fornecedores de materiais, equipamentos e serviços
Imprensa	Jornalistas e veículos de comunicação (televisão, rádio, jornais, revistas e *websites*)

Esses *stakeholders* específicos foram consultados por meio de um questionário, cujo resultado apontou a necessidade de tratar de cinco aspectos prioritários, todos abordados no decorrer deste relatório:

- desempenho econômico (valor gerado e distribuído);
- comunidade (gestão dos impactos das operações);
- emissões, efluentes e resíduos;
- presença no mercado (contratação e fornecedores locais); e
- treinamento e educação.

A seguir são apresentados os principais públicos de relacionamento da Companhia e as ações voltadas a cada um deles com vistas ao monitoramento de expectativas, impactos, riscos e oportunidades.

COLABORADORES E REPRESENTANTES

A Tractebel reconhece o valor das pessoas que constroem o sucesso da Companhia. Pautada nessa premissa, sua política de gestão de recursos humanos promove investimento contínuo no desenvolvimento de seus empregados, de modo a manter firme a base de crescimento do negócio, com posicionamento constantemente alinhado à estratégia e à cultura organizacionais.

Para dar continuidade a essa estrutura e reter o conhecimento necessário ao desenvolvimento do negócio ao longo do tempo, a Companhia implantou um programa para a preparação de sucessores em funções-chave, que abrange, além da contratação de novos empregados com alta capacitação, a identificação, retenção e desenvolvimento de talentos internos.

Além disso, a Diretoria Executiva aprovou para 2009 a realização de diagnóstico e início dos procedimentos para obtenção da certificação NBR ISO 16001 - Responsabilidade Social – Sistema de Gestão – Requisitos. A norma inclui objetivos sociais relacionados a trabalho e direitos humanos, que são observados e tem seu cumprimento avaliado em todas as usinas, empresas contratadas e fornecedores, tais como:

- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, de remuneração justa e de benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (cultural, de gênero, de raça/etnia, de idade e de portadores de necessidades especiais);
- compromisso com o desenvolvimento profissional; e
- promoção de saúde e segurança.

A gestão de recursos humanos promove investimento contínuo no desenvolvimento de seus empregados

Quadro de pessoal

Empregados próprios

O corpo de empregados da Companhia é composto por profissionais com grande conhecimento do setor, em seus aspectos estratégicos, gerenciais, técnicos e econômicos. Ao final de 2008 o quadro de pessoal da Tractebel registrou 941 empregados próprios contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao longo do ano, ocorreram 61 admissões e 36 desligamentos.

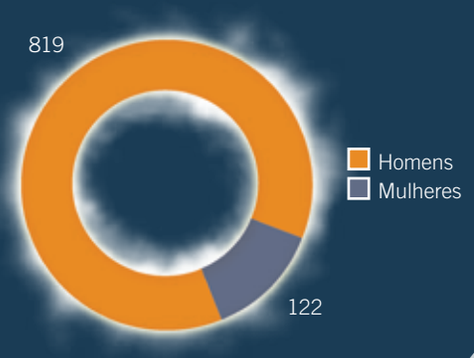
A fim de preparar jovens profissionais para o mercado de trabalho, a Companhia ofereceu oportunidade de estágio a 61 estudantes, sendo 17 do ensino superior e 44 do ensino técnico. Em 2008 foram contratados 14 ex-estagiários.

Estado	2006	2007	2008
Santa Catarina	629	626	640
Rio Grande do Sul	151	153	158
Paraná	93	94	96
São Paulo	5	4	4
Mato Grosso do Sul	10	9	9
Goiás	17	31	34
Total	**905**	**917**	**941**

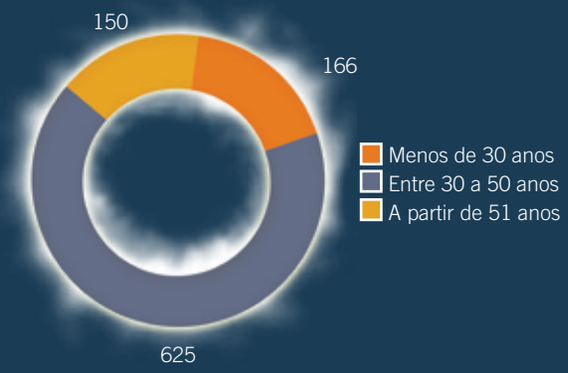
Na maioria das regiões onde atua, a Tractebel conta com parceiros que contribuem nos processos de recrutamento e seleção local, de forma a incentivar a geração de emprego local e atender suas exigências em termos de custos e qualidade.

A alta qualificação e experiência dos profissionais que trabalham na Tractebel garantem a manutenção do nível de qualidade dos serviços oferecidos. O quadro de empregados da Companhia é composto por 35% de profissionais com formação superior completa e 40% com o segundo grau técnico. Além disso, cerca de 20% dos empregados têm mais de 50 anos de idade e possuem grande experiência em suas funções.

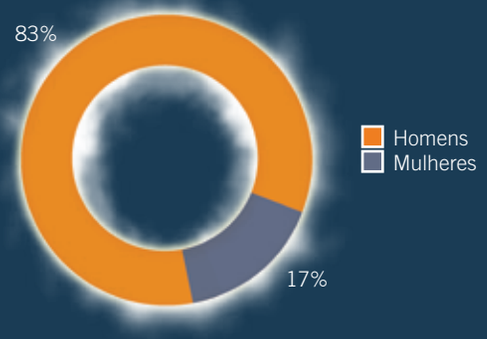
Empregados por Gênero



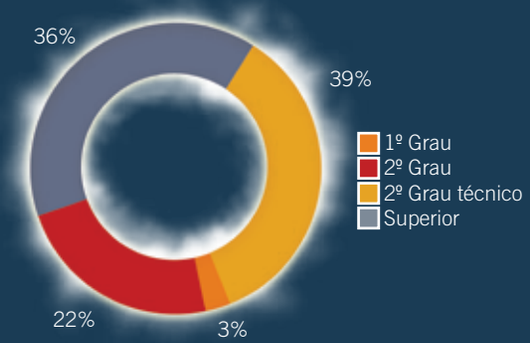
Empregados por Idade



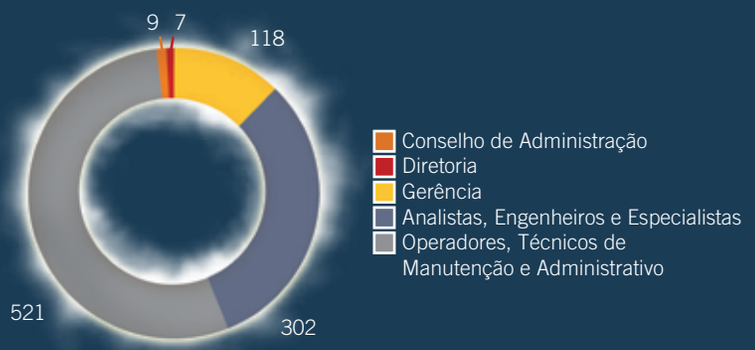
Distribuição por Gênero nos Conselhos e Comitês



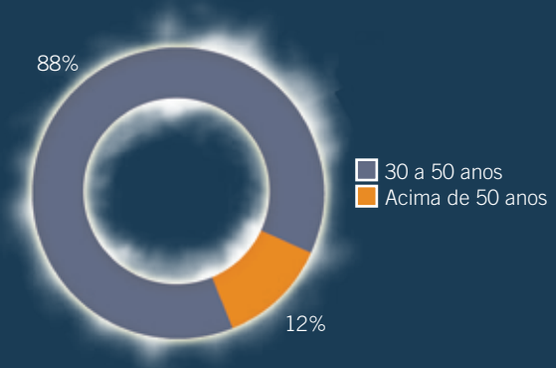
Grau de Escolaridade e Formação



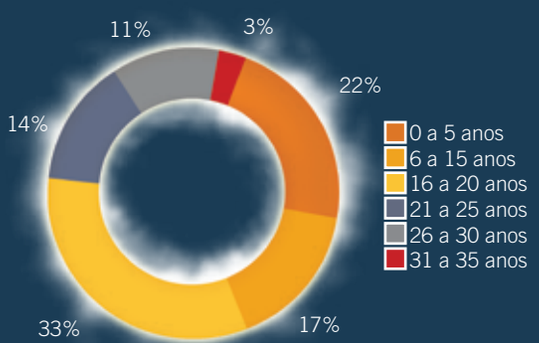
Empregados por Categoria Funcional



Distribuição por Idade nos Conselhos e Comitês



Empregados por Tempo de Serviço[1]



[1] O tempo de serviço dos empregados é computado desde sua contratação pela Eletrosul, portanto, antes da privatização

Empregados de empresas contratadas

Ao longo de 2008 atuaram a serviço da Tractebel 2.235 profissionais de empresas especializadas contratadas, sem vínculo empregatício com a Companhia.

Remuneração

Na busca da retenção e desenvolvimento de talentos, a Companhia adota uma política de remuneração alinhada às práticas de mercado e monitorada por meio de pesquisas salariais. As referências de remuneração são periodicamente verificadas junto a empresas de porte e ramo de atividade semelhantes, por meio de pesquisas salariais realizadas por consultoria especializada. Na política salarial da Tractebel não há diferença de salários de acordo com gênero ou raça de seus empregados.

Face às características das atividades desenvolvidas na Companhia, o menor salário pago ao corpo funcional é 2,6 vezes maior do que salário mínimo nacional vigente.

A Companhia também oferece remuneração variável, baseada no desempenho individual do empregado, de modo a refletir o quanto cada um contribui para o alcance dos resultados empresariais. Essa remuneração é composta pela participação que a área de lotação do empregado teve nos lucros e resultados da Companhia e pelo resultado da avaliação individual de comportamento. Para os empregados lotados na carreira gerencial é adicionado um bônus relativo ao cumprimento de metas específicas.

O sistema de avaliação de cargos adotado pela Companhia baseia-se na metodologia aplicada por uma consultoria especializada na área de recursos humanos, que considera a integração de fatores como conhecimento, solução de problemas e responsabilidade por resultados.

Pesquisa de clima

Como parte do programa Gestão do Clima Organizacional, a Tractebel realiza uma pesquisa bianual que, além de avaliar a eficiência das políticas de gestão de recursos humanos, estreita a relação de confiança entre a Companhia e os empregados.

Essa pesquisa proporciona uma gestão compartilhada de carreira, voltada ao aprimoramento de um ambiente de trabalho que garanta a produtividade e, assim, impacte positivamente na qualidade de vida dos trabalhadores e nos resultados da Companhia e na relação desta com clientes, fornecedores, acionistas, governo e comunidade.

Na última pesquisa de clima, realizada em 2007 por consultoria especializada, foi registrada uma melhoria no clima organizacional de 8 p.p., o que representa índice de satisfação com o ambiente de trabalho de cerca de 66% dos empregados. A média do índice de satisfação no mercado geral e no mercado elétrico é de 59%, 7 p.p., portanto, abaixo da média da Companhia.

Benefícios

Para todos os empregados e seus dependentes, a Tractebel oferece auxílio à recuperação da saúde que abrange assistência médica, odontológica, farmacêutica e psicológica. Além disso, integram os benefícios concedidos a todos os empregados um seguro de vida com cobertura para incapacidade e invalidez, auxílio creche e alimentação e fundo de aposentadoria, entre outros.

Um total de 95% dos empregados contribui para a PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, patrocinada pela Tractebel. O fundo privado de pensão é constituído, como regra geral, por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia. Em 2008 foram repassados R$ 17,1 milhões para a PREVIG.

Além disso, a Companhia também patrocina um plano fechado de previdência privada na Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Fundação ELOS), com 2.197 participantes, decorrente das obrigações assumidas na privatização da Companhia.



Saúde e segurança no trabalho

A gestão de saúde e segurança no trabalho tem como premissa a cultura prevencionista adotada pela Tractebel e é desenvolvida com o objetivo de garantir a segurança e promover a melhoria nas condições de saúde e qualidade de vida de todo o corpo funcional. Em 2008 foram investidos R$ 3,6 milhões na área.

Anualmente é feita uma avaliação médica e por meio de um questionário sobre hábitos e atitudes, são estabelecidas metas de melhoria da saúde. A partir dessa avaliação, os principais indicadores de saúde e estilo de vida ficam disponíveis na Intranet para cada empregado, possibilitando o acompanhamento da evolução de sua saúde ao longo do tempo.

A Companhia também desenvolve programas de conscientização e incentivo a um estilo de vida saudável, prática de atividades físicas, ginástica laboral, adoção ou manutenção de hábitos alimentares saudáveis e combate à dependência química, entre outros.

A Companhia possui nove Comissões Internas de Prevenção de Acidente (CIPAs), que contam com a participação de 74 empregados, representantes do empregador e dos empregados. Além das CIPAs, existem sete grupos de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), composto por 12 empregados próprios.

Os profissionais de segurança do trabalho do SESMT e da CIPA atuam em todas as unidades da Tractebel e são responsáveis pelas inspeções, treinamentos e reuniões. Os comitês formais de saúde e segurança, compostos por representantes da gestão e dos trabalhadores, representam até 25% dos empregados.

As práticas de segurança no trabalho envolvem todos os colaboradores (empregados próprios e de empresas contratadas) e perseguem o índice zero em acidentes de trabalho.

Para alcançá-lo, a Tractebel promove a difusão da consciência prevencionista, com a realização de treinamentos, palestras e debates que levam os empregados a conhecer e refletir sobre situações e comportamentos de exposição aos riscos inerentes às atividades profissionais.

Indicadores de saúde e segurança no trabalho

Empregados próprios	**2006**	**2007**	**2008**
Nº de horas de exposição ao risco	1.754.486	1.614.368	1.682.994
Nº de acidentes de trabalho com afastamento	2	0	0
Nº de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	9	3	4
Nº de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	14	0	14
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	0	0	0
Taxa de frequência (TF)[1]	1,14	0,00	0,00
Taxa de gravidade (TG) [2]	0,01	0,00	0,00
Acidente fatal	0	0	0
Taxa de absenteísmo[3]	1.844	2.480	3.314

Empregados de empresas contratadas	**2006**	**2007**	**2008**
Nº de horas de exposição ao risco	4.610.832	3.222.363	3.309.534
Nº de acidentes de trabalho com afastamento	19	9	16
Nº de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	68	54	32
Nº de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	446	358	388
Taxa de frequência (TF)[1]	4,12	2,80	4,80
Taxa de gravidade (TG)[2]	0,10	0,11	0,12
Acidente fatal	1	0	1
Taxa de Absenteísmo[3]	([4])	([4])	([4])

[1] Número de acidentes de trabalho com afastamento por milhão de homem-horas de exposição ao risco.

[2] Número de dias perdidos em decorrência de acidente de trabalho com afastamento por mil homem-horas de exposição ao risco.

[3] Nº de dias com afastamento por doenças comuns não relacionadas ao trabalho.

[4] O controle é feito pelas empresas contratadas.

Por dois anos seguidos, a Tractebel atingiu taxa de frequência (acidentes de trabalho com afastamento) e taxa de gravidade (dias perdidos em decorrência de acidente de trabalho com afastamento) zero entre seus colaboradores, o que destaca a eficácia dos programas de saúde e segurança da Companhia.

Em 2008 foi registrado um acidente fatal com empregado de empresas prestadoras de serviço no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. A Tractebel constituiu uma comissão nomeada pela Diretoria Executiva, composta por engenheiros de segurança do trabalho e representantes da área, para investigação e análise das causas que contribuíram para a ocorrência do acidente, bem como a proposição de medidas de controle e melhorias dos procedimentos e métodos de trabalho e das instalações físicas para evitar a ocorrência de novas ocorrências.

Além das campanhas de prevenção e dos treinamentos de segurança, é realizada anualmente em todas as unidades de produção e na sede da Companhia a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat). Essas ações visam melhorar as condições de segurança nos diferentes processos e ambientes de trabalho. Adicionalmente, as CIPAs da Tractebel estão alinhadas às de empresas contratadas.

Para 2009 e 2010, um dos principais desafios da Companhia será a obtenção da certificação OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), ferramenta de gestão que permite controlar e melhorar a saúde e segurança do trabalho estabelecido.

Unidade de Cogeração Lages



Treinamento e desenvolvimento

Para garantir a concretização das estratégias empresariais de médio e longo prazos e manter a qualidade dos serviços prestados, a Tractebel estrutura e oferece aos empregados uma série de ações para apoiar seu desenvolvimento profissional.

Horas de treinamento por empregado em 2008

Categoria funcional	Média
Gerentes	81,3
Administrativo	68,5
Técnico-operacional	64,2
Geral	**72,4**

A Companhia desenvolve programas de conscientização e incentivo a um estilo de vida saudável

Usina Hidrelétrica Machadinho



A Tractebel oferece ferramentas de autogestão e investe no desenvolvimento das lideranças

Foram investidos no ano cerca de R$ 3 milhões em 68.187 horas de treinamento, sendo que os principais temas desenvolvidos foram formação (16.449 horas – cursos de graduação e pós-graduação), segurança do trabalho (13.421 horas) e treinamentos comportamentais (11.955 horas – ética, respeito aos direitos humanos, liderança e comunicação).

Em 2008 foram realizadas palestras sobre o Código de Ética para todos os empregados, incluindo 11 empregados próprios do quadro de pessoal de segurança da Companhia, que abordou temas como diversidade, não discriminação e direitos humanos. Os temas também são apresentados no Programa Bem-Vindo, direcionado aos novos empregados.

Gestão de carreira

Por meio de programas de avaliação e *feedback*, que trazem melhorias nos relacionamentos e processos, a Tractebel oferece ferramentas de autogestão de carreira. Duas delas são:

- avaliação de desempenho anual para todos os empregados: avalia as metas e o comprometimento dos empregados com os valores da Companhia; e
- mapeamento de competências a cada três anos para os empregados da carreira gerencial: processo de avaliação 360°, que resulta em um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com base nas competências organizacionais.

Para garantir a eficácia dessas ferramentas, a Companhia investe no desenvolvimento das lideranças, com foco na alta gerência e nos níveis intermediários de gestão.

A Tractebel apoia a formação escolar de segundo grau, bem como graduação e pós-graduação em áreas de interesse comum da Companhia e do empregado com uma participação nos custos da mensalidade da instituição de ensino. Em 2008 foram beneficiados 30 empregados de carreira técnica com bolsas de graduação e 35 empregados de carreira gerencial com bolsas de pós-graduação oferecidas na Tractebel.

Adicionalmente, ela desenvolve programas de apoio à transição para empregados que estão se aposentando ou se desligando da Companhia, como planejamento de pré-aposentadoria; Programas de Demissão Voluntária (PDV) com indenização por demissão baseada na idade e no tempo de serviço; e assistência por meio de treinamentos e aconselhamento na transição para uma vida sem trabalho.

Relações trabalhistas e sindicais

A Tractebel mantém diálogo e negociação permanentes com todas as entidades sindicais de classe que representam seus empregados. Anualmente são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Todos os empregados têm liberdade de associação coletiva e são abrangidos pelos referidos acordos, que incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência e benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às CIPAs, além de comissões de análise e investigação de acidentes.

A Companhia não possui diretriz específica, prevista em seu código de ética ou manual de pessoal, relativa ao prazo mínimo de antecedência para efetuar a notificação de mudanças operacionais.

IMPRENSA

O relacionamento da Tractebel com os órgãos de imprensa é baseado na transparência e na ética, para que esses possam levar informações autênticas à população. O porta-voz da Companhia é o seu Diretor-Presidente, que pode delegar essa responsabilidade aos demais Diretores, conforme cada caso.

Os serviços de assessoria de imprensa são prestados por uma empresa contratada e supervisionados pela área de Assessoria de Comunicações, da Diretoria Administrativa.

CLIENTES

A Tractebel busca manter um relacionamento estreito com seus clientes, de modo a detectar com precisão suas necessidades e expectativas e, assim, desenvolver produtos e serviços individualizados.

Por atuar não somente como geradora, mas também como comercializadora, a Tractebel se diferencia no mercado, uma vez que dispõe de ampla gama de alternativas para suprir energia à sua base de clientes - distribuidoras, comercializadoras e indústrias.

Periodicamente, é realizada pesquisa de satisfação conduzida por consultores independentes, na qual são detectados pontos que podem ser aprimorados e oportunidades de desenvolvimento de novos produtos e serviços. A última pesquisa de satisfação foi realizada em fevereiro de 2008.

Principais resultados

Pesquisa de satisfação de clientes - 2008

Top of mind	91,5%
Indicação a parceiros e filiais	79,6%
Compromisso com o negócio	66,7%
Compromisso com responsabilidade ambiental	70,2%
Compromisso com responsabilidade social	69,4%

Complementar à pesquisa, a opinião dos clientes é coletada por meio de atendimento pós-vendas – a Companhia mantém uma equipe de gerentes de atendimento voltados à pronta solução de eventuais problemas. Adicionalmente, seminários técnicos e visitas às plantas de geração também são realizados, para que os clientes possam conhecer melhor as operações da Tractebel.

O *website* da Companhia disponibiliza, ainda, um canal exclusivo para esse público, destinado a aprimorar a comunicação e a divulgar informações atualizadas sobre o fornecimento contratado e o mercado de energia em geral, bem como possibilitar o monitoramento da qualidade da energia consumida e da fatura mensal. A política e os procedimentos de segurança da informação da Companhia garantem que todas as informações e dados relativos aos clientes sejam mantidos em ambiente de estrita confidencialidade.

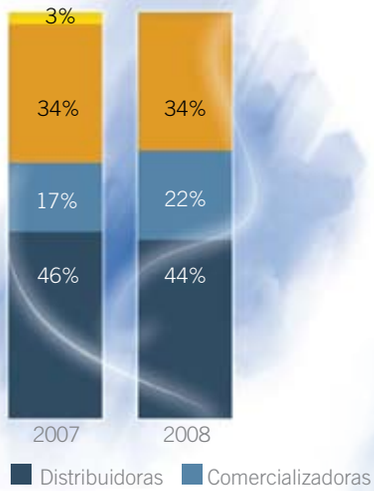
Base de clientes

Os principais clientes da Tractebel são distribuidoras de energia elétrica, comercializadoras de energia elétrica e clientes livres, majoritariamente grandes consumidores industriais, situados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

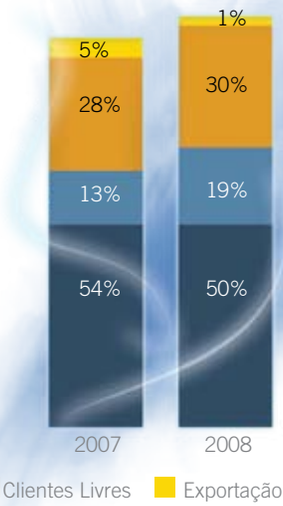
Ao final de 2008 a Companhia contava com aproximadamente 120 clientes livres, que atuam, em sua maior parte, nos setores de papel e celulose, fertilizantes, gases industriais, petroquímico, automobilístico e alimentício.

Em 2008 a participação de clientes livres nas vendas físicas da Companhia se manteve estável em relação ao ano anterior, com 34%, enquanto sua participação na receita operacional bruta relativa às vendas contratadas aumentou 2,1 p.p., alcançando 30%.

Participações de Clientes nas Vendas Físicas



Participações de Clientes nas Vendas Contratadas que Compõem a Receita Operacional Bruta



Distribuidoras Comercializadoras Clientes Livres Exportação

FORNECEDORES

A política de contratação de fornecedores pré-seleciona somente parceiros com práticas sustentáveis e alinhadas aos princípios estabelecidos nos Códigos de Ética e de Meio Ambiente da Companhia. Com isso, a Tractebel aumenta o controle para que a responsabilidade socioambiental permeie toda sua cadeia de valor.

Além dos critérios de qualidade, pontualidade e confiabilidade dos produtos e serviços ofertados, são avaliados também os processos de gestão socioambientais adotados. Para isso, a Tractebel conta com metodologia de capacitação e avaliação do desempenho de seus fornecedores com foco em seu comprometimento e engajamento com a responsabilidade social, direitos humanos, saúde e segurança no trabalho e meio ambiente.

Nos critérios de avaliação do desempenho ambiental dos fornecedores destaca-se a exigência de certificação NBR ISO 14001 dos fornecedores de carvão. Os contratos de fornecimento são mantidos apenas com as empresas que se ajustarem para obter a certificação.

Como garantia de cumprimento do critério de responsabilidade social, todos os contratos de fornecimento da Companhia dispõem de cláusulas específicas que proíbem a utilização de mão-de-obra infantil e de trabalho forçado por qualquer fornecedor ou prestador de serviços, tal como preconizado pela Tractebel em seu Código de Ética.

O controle dos processos de compra é feito por um sistema eletrônico, assegurando, assim, a transparência das operações. Por meio de uma ferramenta de cotação e leilão reverso, os fornecedores emitem sua proposta e orçamento via *web*, que são registrados no sistema juntamente com todos os trâmites processuais. Com isso, o comprador pode avaliar, comparar e selecionar a oferta que melhor atende à demanda da Companhia com mais agilidade, reduzindo o *lead time* de compras em até 30%.

Com o propósito de fomentar o desenvolvimento do ambiente econômico e social das comunidades que a acolhem, a Tractebel busca atender suas demandas de contratação com fornecedores locais, sobretudo para serviços de longo prazo (acima de 12 meses).

Em 2008, considerando todas as unidades de produção, a organização manteve contratos de serviços terceirizados de manutenção, meio ambiente, *utilities*, vigilância, limpeza, informática e infra-estrutura com 65 empresas que utilizam mão-de-obra local. Esses contratos totalizaram cerca de R$ 26 milhões, o que representa 44% do total.

GOVERNO

A Tractebel mantém um diálogo construtivo com o governo por meio da participação em comitês e conselhos ligados às esferas estaduais e municipais das áreas em que atua:

Participação em Comitês e Conselhos
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná
Conselho Nacional de Recursos Hídricos – Comitês de Bacias Hidrográficas
Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí
Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí
Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo
Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê e Inhandava
Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe
Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga
Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e do Complexo Lagunar

Esses comitês promovem debates sobre temas como uso racional dos recursos hídricos e a importância do saneamento básico. Dentre as metas da Companhia para os próximos anos está a integração de outros comitês pertinentes às áreas das usinas Itá, Machadinho, Passo Fundo, Salto Santiago, Salto Osório e Cana Brava.

Além disso, por contar com equipe experiente e especializada no setor elétrico, a Companhia é constantemente convidada a participar de fóruns de discussão e concepção de instrumentos normativos. Seus empregados também participam de diversos comitês e iniciativas vinculados a entidades de classe, órgãos reguladores e normatizadores, além de movimentos da sociedade civil organizada. A Tractebel, contudo, não possui política formalizada para atuar na elaboração de políticas públicas e *lobbies*.

Partidos políticos

As contribuições financeiras eventualmente efetuadas pela Tractebel a partidos políticos ou em nome de candidatos a cargos no Poder Legislativo são aprovadas previamente pelo Comitê de Ética da Companhia e ocorrem em estrita conformidade com a legislação vigente sobre doações às campanhas eleitorais. Nesse sentido, todas as ações dessa natureza são devidamente informadas, por meio da Internet, no *website* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

INVESTIDORES

A Tractebel disponibiliza diversos canais de comunicação aos seus investidores, aos quais destina uma área específica no *website* da Companhia, onde são disponibilizados dados sobre o desempenho e informações que auxiliam a tomada de decisão.

Por meio do *website* e de boletins eletrônicos, são divulgados fatos relevantes ou comunicados ao mercado. Adicionalmente, a cada ano, o desempenho do exercício da Companhia é apresentado em jornais de distribuição nacional e no Relatório Anual de Sustentabilidade.

O departamento de Relações com Investidores, responsável pelo relacionamento com esse público, promove teleconferências trimestrais de apresentação dos resultados, fóruns de investidores e analistas de investimentos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e realiza visitas às usinas da Companhia. Também participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento, promovendo, assim, o acesso necessário do público investidor às informações sobre a Companhia.

A Tractebel desenvolve ações e apoia projetos de sustentabilidade nas regiões de atuação de sua sede e das usinas sob sua responsabilidade

COMUNIDADE

A sustentabilidade é inerente à cultura da Companhia e de seu grupo controlador. A Tractebel desenvolve ações e apoia projetos de sustentabilidade nas regiões de atuação de sua sede e das usinas sob sua responsabilidade e que sejam compatíveis com os seus programas de sustentabilidade, listados a seguir:

Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental:

tem foco na educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento. Seus objetivos são:

- redução do impacto das atividades da Companhia no meio ambiente;
- apoio à preservação do meio ambiente;
- conscientização ecológica;
- racionalização do uso dos recursos naturais; e
- melhoria da qualidade de vida.

Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural:

tem foco no desenvolvimento cultural das comunidades. Seus objetivos são:

- preservação e valorização dos traços culturais característicos da região;
- desenvolvimento da cultura local;
- promoção do uso dos incentivos ficais em benefício das comunidades; e
- atendimento às crianças de comunidades carentes.

Programa Tractebel Energia de Responsabilidade Social:

está voltado à melhoria da qualidade de vida de crianças de comunidades carentes. Seus objetivos são:

- educação de crianças;
- parcerias em assistência social, em promoção da saúde e da justiça (defesa dos direitos da criança e do adolescente);
- apoio à geração de emprego e renda;
- qualificação profissional de jovens; e
- sensibilização das comunidades para superação da miséria e para a inclusão social de crianças em situação de risco.

Em 2008 a Companhia realizou investimento superior a R$ 5 milhões no apoio a mais de 200 projetos selecionados entre os cerca de 600 propostos por instituições parceiras, representativas de cada comunidade. Além disso, plantou mais de 300 mil árvores, viabilizou a instalação de 30 kits de aquecimento de água com energia solar utilizando material reciclável (garrafas *pet*) e realizou pesquisas para identificar carências e anseios em questões sociais, ambientais e culturais das regiões de inserção das usinas, para embasar ações de sustentabilidade a serem desenvolvidas em 2009.

Esse processo contempla e beneficia diversas instituições, como hospitais, creches e entidades filantrópicas. Desde 1998 a Companhia mantém programas de patrocínios e doações às entidades das comunidades em que está inserida. As ações têm como foco crianças em desvantagem social, educação, cultura e meio ambiente. A Companhia participa de eventos comunitários, parcerias com prefeituras e outras instituições, além de ações de patrocínio nas atividades culturais e assistenciais.

Um exemplo dessas ações em parceria é o fundo de desenvolvimento em implantação na região das hidrelétricas Serra da Mesa e Cana Brava, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Furnas Centrais Elétricas e Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), para geração sustentável de renda em comunidades vulneráveis da região. Em 2008 foram apresentados para desenvolvimento, com os recursos desse fundo, projetos para piscicultura, olericultura e agropecuária, que serão desenvolvidos em 2009. O fundo é gerido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de Goiás e coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e terá aportes equivalentes a US$ 2,2 milhões, sendo US$ 333 mil pela Tractebel.

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

A Companhia aprovou o projeto do Parque Ambiental Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo (SC), que, conforme descrito na página 83, tem por objetivo a recuperação ambiental da área junto à usina de mesmo nome.

Além disso, são desenvolvidos diversos outros projetos socioambientais no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, conforme destacado no quadro a seguir:

Principais projetos sociais desenvolvidos no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda em 2008

Convênio Menor Aprendiz	Mantido com a Comissão do Bem Estar do Menor de Tubarão, objetiva o treinamento e a contratação de adolescentes das cidades de Capivari de Baixo (SC) e Tubarão (SC). Em 15 anos, o programa já treinou 200 menores, que obtiveram um alto índice de aproveitamento no mercado de trabalho regional.
Projeto Aprendendo a Reciclar	Projeto em parceria com a Rádio Cidade, que oferece treinamento e palestras sobre a importância da reciclagem a 15 escolas.
Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente	Doações diretas e parceria com o Rotary Club na manutenção de 95 crianças matriculadas no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente da cidade de Capivari de Baixo (SC).
Curso Técnico de Processos de Geração de Energia Elétrica	A Tractebel mantém o curso técnico em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e proporciona reembolso de 50% da mensalidade aos alunos e 100% aos seus empregados. Dos alunos formados, 27 já eram empregados da Companhia e 26 outros foram admitidos após o curso.
Hospital Nossa Senhora da Conceição	Reforma do refeitório do hospital, localizado na cidade de Tubarão (SC).
Projeto Música para Crianças	Doação de material aos 170 alunos da escola de música de Capivari de Baixo (SC).



Nas demais usinas da Tractebel também são implantados e desenvolvidos diversos projetos sociais que beneficiam as comunidades do entorno, exemplificados a seguir:

Usina Hidrelétrica Passo Fundo
A Companhia desenvolveu campanhas educativas que incluíram a doação de livros e de sacolas de compras retornáveis. Além disso, foi criada uma comissão no município de Entre Rios do Sul (RS), onde se localiza a usina, composta por representantes da Tractebel, da comunidade e da municipalidade. Essa comissão tem por objetivo implantar, com recursos incentivados pela Lei Rouanet, a Casa de Cultura – uma iniciativa inovadora. A Casa abrigará um anfiteatro, oficinas de cultura e aprendizado, além de um museu que exporá, entre outras coisas, equipamentos doados pela usina, a fim de resgatar a cultura regional.

Usina Hidrelétrica Cana Brava
Além do Fundo de Desenvolvimento Regional, a Companhia participou de um projeto de melhorias à comunidade na área de saúde, em parceria com outras empresas locais e o Serviço Social da Indústria (SESI). A Tractebel também implantou na usina, em 2008, um viveiro de mudas para plantio e doação à comunidade.

Usina Hidrelétrica Salto Santiago
A Companhia doou computadores, apoiou reformas de escolas, programas culturais, a expansão de uma biblioteca e a construção de um galpão de armazenagem e reciclagem de resíduos.

Usina Hidrelétrica Salto Osório
A Tractebel colaborou com a produção de sacolas e uniformes ecológicos, a edição da revista do núcleo local da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a construção de um parque infantil escolar e de uma área de lazer, além de realizar a doação de computadores e mobiliário para escolas.

Usina Termelétrica Charqueadas e Usina Termelétrica Alegrete
A Companhia realizou investimentos para a melhoria dos sistemas de esgoto e resíduos da região. Também colaborou para o desenvolvimento de projetos culturais, realizou doação de mudas, equipamentos, materiais de construção e roupas para a comunidade, além de apoiar e participar de projetos como o Mídias Educativas e Inserção Social. Outras iniciativas foram desenvolvidas em parceria com instituições como Lions Club, APAE , asilos e a ONG Parceiros Voluntários.

Programa de educação ambiental na Usina Hidrelétrica Machadinho



Para ampliar sua contribuição com o desenvolvimento da sociedade e sua comunicação com a comunidade e seus demais *stakeholders*, a Tractebel, representada por seus empregados e/ou diretores, participa de diversos fóruns, órgãos e comitês. Entre eles estão:

- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS);
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage);
- Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine);
- Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM);
- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE);
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel);
- Instituto Acende Brasil;
- Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação COGE);
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); e
- Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

Implantação de novos empreendimentos

Política

As comunidades situadas no entorno das usinas que estão em fase de implantação recebem atenção especial da Tractebel. Isso porque o novo empreendimento muda a dinâmica dos municípios e implica em impactos socioambientais para a comunidade. Considerando a identidade cultural e as características de cada região, a política da Tractebel para as transformações sociais decorrentes da implantação de hidrelétricas prevê medidas de indenização e reassentamento da população com vínculo efetivo de residência e/ou atividade produtiva com as terras afetadas pela formação do reservatório.

Antes do início da construção da hidrelétrica é feito o cadastro socioeconômico da área do empreendimento por meio de uma avaliação dos habitantes da região, um estudo sobre as atividades econômicas desenvolvidas no local e um levantamento da história para o resgate do patrimônio arqueológico existente na área.

Após o cadastro, a Companhia coloca em prática medidas que minimizam os impactos da implantação, conforme apresenta o quadro a seguir:

Ações desenvolvidas na implantação das usinas

Áreas de atuação	Medidas tomadas
Moradia	**Famílias proprietárias**
Reassentamento das famílias que se tornam proprietárias da terra ou propriedade para onde são transferidas	Indenização de terras nuas e benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas
	Reassentamento rural ou urbano
	Carta de crédito para auto-reassentamento
	Famílias não proprietárias (com vínculo efetivo com a terra e dependência econômica)
	Indenização de benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas
	Reassentamento coletivo
	Reassentamento em áreas remanescentes
	Carta de crédito para auto-reassentamento
Infraestrutura	Construção de casas
	Saneamento básico
	Energia elétrica
Desenvolvimento da economia	Assistência econômica para o primeiro ciclo produtivo
	Assistência técnica por três anos

Essas medidas proporcionam benefícios à comunidade na implantação das hidrelétricas, como geração de empregos, receita adicional de impostos, novas oportunidades de exploração econômica e melhoria da infraestrutura local de saúde, educação, lazer, segurança e saneamento.

Projetos desenvolvidos nos novos empreendimentos

Além dos estudos socioeconômicos das áreas implantadas, a Companhia mantém contato constante com a população. Na Usina Hidrelétrica São Salvador foi disponibilizada uma linha 0800 para que a população possa entrar em contato com a Tractebel. Além disso, foram colocados em prática diversos programas para informar, dialogar e instruir a população sobre as mudanças na região em função da implantação daquela usina:

- jornal bimestral - distribuição para agropecuárias, prefeituras, supermercados e escolas;
- programas de rádio quinzenais;
- folhetos temáticos sobre educação ambiental, remanejamento da população, prevenção de acidentes com animais peçonhentos;
- vídeos institucionais com o acompanhamento do andamento da obra;
- fóruns mensais de negociação com as associações de moradores locais para reassentamento; e
- enquete com o público proprietário das áreas de remanejamento.

São desenvolvidos, ainda, programas de apoio aos municípios da área diretamente atingida, que visam à adequação da infraestrutura de serviços básicos para assegurar o atendimento à população que migra para a região em razão da implantação da usina. Em São Salvador, os programas implicaram em investimentos da ordem de R$ 7 milhões.

Esses programas resultaram em melhorias duradouras para as populações locais e envolvem a celebração de parcerias com prefeituras, secretarias de estado e outros órgãos públicos e instituições.

Na áreas de educação foram investidos recursos na construção de novas salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática e em contratação de profissionais, material didático e merenda escolar.

Na área de saneamento básico cabe destacar a construção de aterros sanitários nos municípios de São Salvador do Tocantins (TO) e Paranã (TO), a doação de caminhões coletores de lixo e a construção de centros de triagem de resíduos recicláveis.

No âmbito da saúde pública foram constatadas carências que resultaram no investimento de mais de R$ 2,2 milhões, incluindo a implantação de gabinete odontológico, reforma e aquisição de equipamentos para ambulâncias e postos de saúde, aquisição de suprimentos para farmácia, transporte e remoção de pacientes, participação na construção do novo Hospital de Palmeirópolis (TO), contratação de médicos, técnicos em enfermagem e agentes comunitários para reforçar as equipes do Programa de Saúde da Família.

Em paralelo à desmobilização de estrutura e mão-de-obra, foram realizados estudos de sustentabilidade das atividades econômicas para os municípios de São Salvador do Tocantins e Palmeirópolis, a fim de diagnosticar as vocações e potencialidades locais, buscar programas estaduais e federais de desenvolvimento e renda e indicar cursos de capacitação profissional.

Na área de segurança, foi criado um novo destacamento e ampliados destacamentos existentes das policias civil e militar, além da reforma e aparelhamento de viaturas e doação de equipamentos e uniformes. Também foi efetivado, em Tocantins, convênio com a Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental (Cipama), a fim de manter uma fiscalização na região próxima ao empreendimento.

CERTIFICAÇÕES

Além da renovação das certificações nas normas NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001, a Companhia concluiu o diagnóstico para iniciar em 2009 o processo de certificação na norma OHSAS[1] 18001, para atingir e, sistematicamente, controlar e melhorar o nível do seu desempenho da saúde e segurança do trabalho. Também em 2009 será iniciado o processo de certificação na norma de responsabilidade social ABNT NBR 16001[2], ratificando a importância desses temas para a Companhia e seu compromisso com a permanente evolução.

[1] *Occupational Health and Safety Assessment Series*

[2] Associação Brasileira de Normas Técnicas – Norma Brasileira

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES - 2008

Primeiro lugar entre as melhores companhias para os acionistas 2008

A Tractebel se classificou em 1º lugar entre As Melhores Companhias para os Acionistas 2008, na categoria acima de R$ 15 bilhões de valor de mercado, no III *Ranking* Capital Aberto. Realizado pela revista Capital Aberto, o *ranking* aponta as companhias que mais se destacaram em rentabilidade do negócio, rentabilidade da ação, liquidez, governança corporativa e sustentabilidade.

Menção honrosa em governança corporativa

A Companhia foi finalista do Prêmio Melhor Relatório Anual, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), e recebeu Menção Honrosa em governança corporativa, uma das cinco categorias especiais, por obter a maior pontuação nesse quesito entre as 82 empresas participantes.

Prêmio Melhor Empresa do Setor Elétrico

A Tractebel recebeu no ano o referido prêmio por ter sido eleita a Melhor Empresa no Setor de Eletricidade em 2007 pela revista Conjuntura Econômica, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). O prêmio é concedido anualmente a 12 empresas classificadas na pesquisa As 500 Maiores Sociedades Anônimas do Brasil. A seleção considera parâmetros objetivos do desempenho econômico e financeiro recente das empresas, com ênfase nos resultados do exercício anterior ao do prêmio.

Quarto lugar entre as 100 maiores empresas de Santa Catarina

A Tractebel obteve a 4ª colocação entre as 100 maiores empresas do estado de Santa Catarina segundo a revista Amanhã e a PricewaterhouseCoopers (PwC). A Companhia foi destaque na categoria maior lucro líquido.

Prêmio LIF 2008

O Sistema Agroflorestal Cambona IV, da Hidrelétrica Machadinho, foi vencedor na categoria meio ambiente do prêmio LIF - Liberdade, Igualdade e Fraternidade – promovido pela Câmara de Comércio França-Brasil. O prêmio destaca projetos de responsabilidade social desenvolvidos pela iniciativa privada e por organizações não governamentais. O Sistema Cambona IV beneficia diretamente 85 famílias (cerca de 340 pessoas) de pequenos agricultores de baixa renda do município de Machadinho (RS). Por meio da Associação dos Produtores de Erva-Mate (Apromate), produtores locais mantêm um sistema agroflorestal sustentável de plantio de erva-mate, inovador no Brasil.

Prêmio Brasil Ambiental 2008

O projeto da Apromate, descrito anteriormente, também foi vencedor do Prêmio Brasil Ambiental, na categoria florestas. A premiação tem por objetivo estimular ações e reconhecer os melhores projetos de preservação do meio ambiente e de práticas ambientalmente responsáveis desenvolvidos por empresas no Brasil.

Prêmio Fritz Muller 2008

O Parque Estadual Fritz Plaumann, criado como compensação pela construção da Usina Hidrelétrica Itá, foi eleito vencedor na categoria áreas de preservação. Concedido pela Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), o Prêmio Fritz Muller reconhece os principais projetos e trabalhos desenvolvidos para preservar o meio ambiente no estado. O Parque, construído em parceria com empresas privadas, a Fatma e a sociedade civil, viabiliza a proteção e o uso público da mais importante área remanescente da Floresta Estacional Decidual (Floresta do Rio Uruguai).

Prêmio Expressão de Ecologia 2008

O programa de gestão socioambiental das Usinas Hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago foi o vencedor da categoria gestão ambiental do setor de energia do Prêmio Expressão de Ecologia. O programa desenvolveu metodologias e soluções inovadoras para a formação e a consolidação de programas ambientais adaptados às circunstâncias locais. Ele contempla levantamentos e estudos sobre a qualidade da água e as espécies de peixes existentes nos reservatórios, além de ações de reflorestamentos com espécies florestais nativas e vigilância ambiental dos mesmos.

Prêmio Valor Carreira

A Tractebel foi classificada como uma das 50 melhores empresas em gestão de pessoas, segundo pesquisa realizada pela empresa Hewitt Associates, em parceria com o jornal Valor Econômico.

Prêmio Nacional de Qualidade de Vida

O programa da Tractebel Energia de saúde e qualidade de vida – Geravida – recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida. A premiação elege anualmente organizações e parcerias de sucesso que promovam a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores. A Tractebel foi submetida a uma auditoria, que verificou o apoio das lideranças, a participação e adesão dos empregados e a geração de novas ações a partir de indicadores e das sugestões obtidas no desenvolvimento do programa.

Selo Melhores no Brasil

A Companhia recebeu o selo Melhores no Brasil, concedido pelo Centro de Estudos Sextante Brasil, na área de gestão do capital humano para o desenvolvimento sustentável. Apenas duas entre as 100 empresas brasileiras participantes da avaliação receberam a distinção. A Tractebel atingiu 71% dos critérios de sustentabilidade. Além desse quesito, foram analisados: geração de valor para o negócio, saúde e segurança, treinamento e desenvolvimento, retenção, relações trabalhistas, equidade de distribuição de renda interna e especialização da equipe de recursos humanos.

Menção Honrosa Prêmio Ser Humano Osvaldo Chechia

A gestão de pessoas da Tractebel recebeu menção honrosa do Prêmio Ser Humano Osvaldo Chechia, outorgado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, com o *case* "Clima na Tractebel Energia: Gestão Compartilhada". O prêmio visa reconhecer práticas que valorizam o ser humano dentro e fora das organizações.

Prêmio Aberje Regional

O programa de comunicação social da implantação da Usina Hidrelétrica São Salvador foi o vencedor da etapa regional Norte-Nordeste do Prêmio Aberje de Jornalismo Empresarial, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

	2008	2007
1. BASE DE CÁLCULO	**R$ mil**	**R$ mil**
1.1 - Receita líquida	3.441.044	3.043.427
1.2 - Resultado operacional	1.589.520	1.486.800
1.3 - Folha de pagamento bruta	93.011	88.062

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**R$ mil**	**% sobre a folha de pagamento bruta**	**% sobre a receita líquida**	**R$ mil**	**% sobre a folha de pagamento bruta**	**% sobre a receita líquida**
2.1 - Alimentação	7.191	7,73	0,21	6.605	7,50	0,22
2.2 - Encargos sociais compulsórios	29.517	31,73	0,86	27.910	31,69	0,92
2.3 - Previdência privada	15.210	16,35	0,44	11.367	12,91	0,37
2.4 - Previdência privada - conversão aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço	2.047	2,20	0,06	1.075	1,22	0,04
2.5 - Saúde	11.058	11,89	0,32	9.405	10,68	0,31
2.6 - Educação	3.955	4,25	0,11	4.905	5,57	0,16
2.7 - Participação nos lucros ou resultados	14.982	16,11	0,44	13.038	14,81	0,43
2.8 - Outros benefícios	5.377	5,78	0,16	2.908	3,30	0,10
TOTAL (2.1 a 2.8)	**89.337**	**96,04**	**2,60**	**77.213**	**87,68**	**2,55**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**R$ mil**	**% sobre o resultado operacional**	**% sobre a receita líquida**	**R$ mil**	**% sobre o resultado operacional**	**% sobre a receita líquida**
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	893.301	56,17	25,96	777.659	52,30	25,55
3.2 - Contribuição p/a sociedade/investimentos na cidadania	8.429	0,53	0,24	7.415	0,50	0,24
TOTAL (3.1 a 3.2)	901.730	56,70	26,20	785.074	52,80	25,79

4. INDICADORES AMBIENTAIS	**R$ mil**	**% sobre o resultado operacional**	**% sobre a receita líquida**	**R$ mil**	**% sobre o resultado operacional**	**% sobre a receita líquida**
4.1 - Relacionados com a operação da Companhia	11.281	0,71	0,33	11.421	0,77	0,38
4.2 - Relacionados com projetos em curso	38.331	2,41	1,11	25.773	1,73	0,85
TOTAL (4.1 a 4.2)	49.612	3,12	1,44	37.194	2,50	1,23

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2008	2007
Nº de empregados(as) ao final do período	941	917
Nº de admissões durante o período	61	46
Nº de empregados(as) terceirizados	2.235	2.023
Nº de estagiários(as)	61	60
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	382	353
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	122	119
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,7%	0
Nº de negros(as) que trabalham na Companhia	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador	

Usina Hidrelétrica Cana Brava



ÍNDICE GRI

Indicadores GRI		Página	Observações
Perfil			
1. Estratégia e análise			
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização	4 e 5	
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e orportunidades	42 e 43; 47 a 50 e 117 a 119	
2. Perfil organizacional			
2.1	Nome da organização	2	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	11 a 23	
2.3	Estrutura operacional	11 a 23	
2.4	Localização da sede	11	
2.5	Número de países em que a organização opera		As operações da Tractebel estão localizadas no Brasil
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	2; 20 e 21	
2.7	Mercados atendidos	11 a 19; 111 e 112	
2.8	Porte da organização	11 a 23	
2.9	Principais mudanças durante o período coberto	11	
2.10	Prêmios recebidos no período	120 e 121	
Parâmetros para o relatório			
3. Perfil do relatório			
3.1	Período coberto pelo relatório	3	
3.2	Data do relatório anterior mais recente	3	
3.3	Ciclo de emissão dos relatórios	3	
3.4	Dados para contato	134	
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	3	
3.6	Limite do relatório	3	
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	3	
3.8	Base para elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	3	
3.9	Ténicas de medição de dados	3	

Indicadores GRI		Página	Observações
3.10	Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	3	
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	3	
Sumário de conteúdo da GRI			
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no Relatório	124 a 133	
3.13	Verificação externa de dados		A Tractebel adota verificação externa de seu Relatório com auditoria dos dados conduzida pela empresa BDO Trevisan
Governança, compromissos e engajamento			
4. Governança			
4.1	Estrutura de governança	30 e 31	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	32	
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	32	
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança	32	
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização	38	
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	38	
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização, para questões relacionadas a temas econômicos, sociais e ambientais	32 a 37	
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como estágio de sua implementação	capa e 32 a 38	

Indicadores GRI		Página	Observações
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social	32 a 38	
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social		Não há processo de auto-avaliação de desempenho relativo às dimensões econômica, ambiental ou social formalizado no Conselho de Administração. Porém, por considerar essa avaliação como boa prática, está em análise a adoção de um modelo que contemple a autoavaliação.
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio de precaução	50	
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social, que a organização subscreve ou endossa	113 e 117 a 119	
4.13	Participação significativa em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integra projetos ou comitês; contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada	113 a 117	
4.14	Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela organização	102 e 103	
4.15	Base para identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar	102 e 103	
4.16	Abordagens para o engajamento	102 e 103	
4.17	Principais temas e preocupações	102 e 103	
Econômico			
Informações sobre a forma de gestão econômica		**42 e 114 a 119**	
Aspecto: Desempenho econômico			
EC1	Valor Econômico direto gerado e distribuído	capa	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	50; 68 e 82	
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	106	
EC 4	Ajuda financeira recebida do governo		Em 2008 a Tractebel recebeu incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda referente ao lucro de exploração na Ponte de Pedra Energética S.A. (R$ 3.894.016,60)

Indicadores GRI		Página	Observações
Aspecto: Presença no mercado			
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	106	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	113	
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	104	Não inclui segregação por membros da alta gerência recrutados na comunidade local
Aspecto: impactos econômicos indiretos			
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	114 a 119	
EC 9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	114 a 119	
Meio ambiente			
Informações sobre a forma de gestão ambiental		**74 a 79 e 89 a 99**	
Aspecto: Materiais			
EN1	Materiais usados por peso ou volume	95	
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	94	
Aspecto: Energia			
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	90	
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária		Não se aplica. O principal consumo da Companhia nas usinas é de energia gerada nas próprias instalações, ou seja, não compreende consumo de energia indireta (comprada de fontes externas)
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência		Não mensurado. A Companhia não mensura a energia economizada com melhorias em conservação e eficiência
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas		Não se aplica
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	90	

Indicadores GRI		Página	Observações
Aspecto: Água			
EN8	Total de água retirada por fonte	91	
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água		Não se aplica. A retirada de água pela Companhia nestes casos não se enquadra nos critérios que definem retiradas significativas
EN10	Percentual e volume de total de água reciclada e reutilizada	91 e 92	
Aspecto: Biodiversidade			
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	83 a 88	
EN12	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	96 a 99	
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	83 a 88	
EN14	Estratégia, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	96 a 99	
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção		Não mensurado
Aspecto: Emissões, efluentes e resíduos			
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso	89	
EN17	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa		Não mensurado. As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas	89 e 90	
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	89	
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	89	
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	91 e 92	
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	92 a 94	
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	94	

Indicadores GRI		Página	Observações
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléias - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	93	
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora		Não se aplica. Os descartes realizados pela Companhia nestes casos não se enquadram nos critérios definidos pelo GRI
Aspecto: Produtos e serviços			
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos		Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto		Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia
Aspecto: Conformidade			
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	99	
Aspecto: Transporte			
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores	95	
Aspecto: Geral			
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	99	

Práticas trabalhistas e trabalho decente			
Informações sobre a forma de gestão social		**103 a 111**	
Aspecto: Emprego			
LA1	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	104 a 105	
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	105	
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	106	Todos os empregados próprios da Tractebel trabalham em regime de tempo integral

Indicadores GRI		Página	Observações
Aspecto: Relações entre os trabalhadores e a governança			
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	111	
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	111	
Aspecto: Segurança e saúde no trabalho			
LA6	Percentual de empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	108	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	108 e 109	
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	108 e 109	
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	111	
Aspecto: Treinamento e educação			
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional	109	
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira	110 e 111	
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	110	
Aspecto: Diversidade e igualdade de oportunidades			
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	105	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional		Não se aplica. A Tractebel não trabalha com a distinção entre o salário base de homens e mulheres em nenhuma categoria funcional

Indicadores GRI		Página	Observações
Direitos humanos			
Informações sobre a forma de gestão social		**38; 106 a 111 e 113**	
Aspecto: Práticas de investimento e de processos de compra			
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	113	
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas		Os contratos-padrão da Companhia possuem cláusula de direitos humanos (proibindo mão-de-obra infantil e qualquer tipo de trabalho escravo)
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	110	
Aspecto: Não discriminação			
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		Não foram registrados casos de discriminação durante o período coberto pelo relatório
Aspecto: Liberdade de associação e negociação coletiva			
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito		Não foram identificadas operações nesse sentido
Aspecto: Trabalho infantil			
HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil		Não foram identificadas operações nesse sentido
Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo			
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo		Não foram identificadas operações nesse sentido
Aspecto: Práticas de Segurança			
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	110	
Aspecto: Direitos indígenas			
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas		Não foram registradas ocorrências deste tipo

Indicadores GRI		Página	Observações
Sociedade			
Informações sobre a forma de gestão social		**38 e 39; e 114 a 117**	
Aspecto: Comunidade			
SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	114 a 119	
Aspecto: Corrupção			
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção	113	As unidades de negócio contam com sistema de controle dos processos de aquisições, que atua também reduzindo o risco de corrupção. Entretanto, não há avaliação das mesmas quanto aos riscos relacionados a corrupção
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização	38	
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção		Não foram registradas ocorrências deste tipo
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	113	
Aspecto: Políticas públicas			
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por País	114	
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monópolio e seus resultados		Não foram registradas ocorrências deste tipo
Aspecto: Conformidade			
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos		Não foram registradas ocorrências deste tipo

Indicadores GRI		Página	Observações
Responsabilidade pelo produto			
Informações sobre a forma de gestão social		**111 e 112**	
Aspecto: Saúde e segurança do cliente			
PR1	Fases do ciclo de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel
Aspecto: Rotulagem de produtos e serviços			
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem
PR4	Número total de casos de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação	111	
Aspecto: Comunicações de marketing			
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio		Não se aplica. A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório
PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado		Não se aplica
Aspecto: Privacidade do cliente			
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes		Não foram registradas reclamações desse tipo
Aspecto: Conformidade			
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços		O suprimento de energia elétrica é regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2008 a Companhia não registrou nenhuma penalização

BDO Trevisan

CARTA-RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE 2008 DA TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Aos
Conselheiros, Diretores e Acionistas da Tractebel Energia S.A.

1. Fomos contratados com objetivo de assegurar as informações relativas aos indicadores de desempenho social e ambiental divulgadas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel Energia S.A., preparado sob responsabilidade da administração da Companhia. Esta responsabilidade inclui o desenho, a implementação e manutenção de controles internos para a adequação elaboração e apresentação do Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel Energia S.A. e a aplicação adequada dos critérios. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguração limitada sobre esse relatório.

2. Os procedimentos de asseguração limitada foram realizados de acordo com as Normas e Procedimentos de Asseguração – NPO-01 emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e, portanto, compreendeu: (i) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância, coerência, o volume das informações quantitativas e qualitativas apresentadas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel Energia S.A. bem como os sistemas e processos utilizados na obtenção dessas informações e apuração das informações divulgadas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel (ii) a obtenção do entendimento dos controles internos, (iii) a constatação, em base de testes, das evidências que suportam os dados quantitativos e qualitativos do Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel Energia S.A.; (iv) reuniões e entrevistas com gestores repensáveis pela elaboração das informações; (v) confronto das informações de natureza econômico-financeira com os respectivos registros; (vi) testes de indagação e observação, por amostragem, das informações de natureza qualitativa, e dos projetos em andamento, respectivamente; (vii) Cálculos e recálculos, em base de testes, de fórmulas, tabelas, percentuais e indicadores descritos no relatório. Dessa forma, os procedimentos aplicados acima foram considerados suficientes para permitir um nível de segurança limitada e, por conseguinte, não contemplam aqueles requeridos para emissão de um relatório de asseguração mais ampla, como conceituado na Norma e Procedimentos de Asseguração NPO-01.

3. Nosso trabalho teve como objetivo verificar e avaliar se os indicadores de desempenho social e ambiental incluídos no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel Energia S.A., no que tange a obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas se apresentam em conformidade com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade Global Reporting Initiative (GRI G3). As opiniões, informações históricas, informações descritivas e sujeitas a avaliações subjetivas não estão no escopo dos trabalhos desenvolvidos. Nossos trabalhos não incluem qualquer análise de julgamento das políticas e práticas de sustentabilidade adotadas pela Companhia e da validação e avaliação das metas e desafios estipulados pela Tractebel Energia S.A. nesse relatório, bem como não efetuamos revisão do sistema de controles internos e sistemas operacionais, contábil e financeiro da Tractebel Energia S.A.. Nosso trabalho não teve como objetivo a validação do ambiente de segurança desses

sistemas, sendo que nosso principal objetivo foi verificar se as informações neles contidas correspondiam aos dados constantes no relatório. Os procedimentos adotados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, para o qual emitiríamos opinião por meio de parecer.

4. Baseados em nossa revisão não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser procedida nos indicadores de desempenho social e ambiental contidos no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel Energia S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, para que esses indicadores estejam apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios utilizados.

5. As demonstrações contábeis da Tractebel, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu parecer em 12 de março de 2009. Os indicadores de desempenho social e ambiental baseados em informações contábeis no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 da Tractebel Energia S.A. foram extraídos dessas demonstrações contábeis as quais não foram objeto de asseguração para fins contábeis desta revisão.

6. As informações bem como os indicadores de desempenho social e ambiental comparativos referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 não foram objeto de asseguração para fins desta revisão nem por nós e nem por outros auditores independentes.

Florianópolis, 27 de Março de 2009

Esmir de Oliveira
Sócio-contador
CRC 1SP109628/O-1 “S” SC
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Atendimento aos Acionistas
Banco Itaú S.A.
Departamento de Atendimento Unificado
Tel.: (11) 5029-7780

Banco depositário
No Brasil: Banco Itaú S.A.
Nos Estados Unidos da América (*American Depositary Receipts*): The Bank of New York Mellon

Auditoria das demonstrações financeiras
Deloitte Touche Tohmatsu

Auditoria do relatório anual de sustentabilidade
BDO Trevisan

Relações com investidores
ri.tractebel@tractebelenergia.com.br
Tel.: (48) 3221-7221

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores em exercício

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores

Rafael J. Caron Bósio
Analista de Relações com Investidores

Ana Sayuri H. Sylvestre Machado
Analista de Relações com Investidores

Mariana Nicoletti Puricelli
Analista de Relações com Investidores

Relações com imprensa e comunidades
comunicacao@tractebelenergia.com.br
Tel.: (48) 3221-7076

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Luciane Rodrigues Pinheiro Pedro
Assessora de Comunicações

Patrícia Franco Bahry
Assessora de Comunicações

Endereço da Companhia
Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 – Florianópolis – SC
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

Website
www.tractebelenergia.com.br

Publicações legais
Diário Oficial de Santa Catarina
Diário Catarinense
Valor Econômico

Comitê de Ética
E-mail corporativo: comitedeetica@tractebelenergia.com.br

Membros:
Diretor Administrativo (coordenador): (48) 3221-7060

Gerente da Unidade Organizacional Assuntos Jurídicos: (48) 3221-7042

Gerente da Unidade Organizacional Recursos Humanos: (48) 3221-7029

Gerente da Unidade Organizacional Auditoria Interna: (48) 3221-7314

Diretoria de Ética do Grupo GDF SUEZ
16, rue la Ville l'Evêque
75383 Paris 08 – France
ethic@suez.com
Tel.: + 33 1 4006-6400
Fax: + 33 1 4006-2969

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS DE 2008 E DE 2007

138 Balanços Patrimoniais
140 Demonstrações do Resultado
141 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
142 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
144 Demonstrações do Valor Adicionado
145 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
145 1 – Contexto Operacional
146 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
149 3 – Sumário das Principais Práticas Contábeis
150 4 – Aplicações Financeiras
151 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias
152 6 – Tributos e Contribuições Sociais a Compensar
153 7 – Ativo Fiscal Diferido
155 8 – Conciliação dos Tributos, no Resultado
156 9 – Alienações de Bens e Direitos
156 10 – Investimentos
164 11 – Ativo Imobilizado
168 12 – Ativo Intangível
168 13 – Unidades 4 e 5 da Ute William Arjona
169 14 – Fornecedores
169 15 – Empréstimos e Financiamentos
175 16 – Debêntures
176 17 – Impostos, Taxas e Contribuições
176 18 – Obrigações com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento
177 19 – Provisões para Contingências
182 20 – Concessões a Pagar
185 21 – Benefícios Pós-Emprego
189 22 – Passivo Fiscal Diferido
189 23 – Patrimônio Líquido
190 24 – Dividendos
191 25 – Detalhamento dos Gastos Operacionais por Natureza
192 26 – Reversão (Constituição) de Provisões Operacionais, Líquida
192 27 – Recuperação de Pis e Cofins
192 28 – Resultado Financeiro
193 29 – Instrumentos Financeiros
196 30 – Transações com Partes Relacionadas
198 31 – Garantias a Terceiros
199 32 – Seguros
199 33 – Contratos de Longo Prazo
203 34 – Evento Subseqüente
206 Parecer dos Auditores Independentes
207 Parecer do Conselho Fiscal

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		8.761	6.694	25.389	25.170
Aplicações financeiras	4	309.859	565.061	394.616	768.921
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	371.041	323.171	387.579	349.906
Dividendos a receber de controladas		9.000	91.006	-	-
Alienação de bens e direitos	9	17.448	-	17.448	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	17.069	8.285	27.035	11.169
Almoxarifado		57.749	49.289	58.788	50.068
Cauções e depósitos vinculados		-	18.375	1.414	19.785
Ativo fiscal diferido	7	13.642	12.091	14.488	12.160
Outros		34.463	26.906	31.480	27.172
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**839.032**	**1.100.878**	**958.237**	**1.264.351**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	22.613	21.208	106.682	24.183
Cauções e depósitos vinculados		-	-	25.162	32.330
Depósitos judiciais	19	159.906	126.357	161.005	150.679
Alienação de bens e direitos	9	68.469	81.315	68.469	81.315
Ativo fiscal diferido	7	201.673	201.371	208.431	204.015
Outros		7.913	7.024	18.040	7.024
		460.574	**437.275**	**587.789**	**499.546**
Permanente					
Investimentos	10	1.604.629	1.156.481	30.812	30.812
Imobilizado	11	3.414.337	2.725.218	6.638.263	4.724.611
Intangível	12	19.840	2.185	126.715	72.081
Diferido		-	-	-	6.689
		5.038.806	**3.883.884**	**6.795.790**	**4.834.193**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.499.380**	**4.321.159**	**7.383.579**	**5.333.739**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	149.029	229.708	212.367	273.911
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	154.497	532.997	154.497	532.997
Empréstimos e financiamentos	15	512.519	71.255	671.913	121.024
Debêntures	16	50.111	32.138	60.591	56.560
Tributos e contribuições sociais	17	370.548	271.724	404.108	341.396
Obrigações estimadas		36.559	32.713	37.759	33.073
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	18	55.037	38.820	60.270	46.574
Provisão para contingências	19	10.140	10.134	10.262	10.336
Benefícios pós-emprego	21	21.642	18.450	21.642	18.450
Partes relacionadas	30	-	-	221.306	-
Outros		44.621	37.793	57.719	45.475
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.404.703**	**1.275.732**	**1.912.434**	**1.479.796**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	403.363	345.302	1.580.325	970.731
Debêntures	16	632.984	560.302	665.744	664.919
Provisões para contingências	19	71.512	63.229	75.750	68.040
Concessões a pagar	20	285.782	-	556.683	234.188
Benefícios pós-emprego	21	321.800	310.333	321.800	310.333
Passivo fiscal diferido	22	36.535	36.535	38.135	36.535
Outros		10.945	13.751	20.157	16.695
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.762.921**	**1.329.452**	**3.258.594**	**2.301.441**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	23	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	23	633.327	279.392	633.327	279.392
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.170.788**	**2.816.853**	**3.170.788**	**2.816.853**
TOTAL		**6.338.412**	**5.422.037**	**8.341.816**	**6.598.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		383.042	343.794	1.059.455	929.246
Suprimento de energia elétrica		2.680.941	2.543.455	2.754.241	2.421.532
Outras receitas		23.931	19.719	20.421	13.938
		3.087.914	**2.906.968**	**3.834.117**	**3.364.716**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e COFINS		(194.057)	(149.365)	(261.355)	(199.336)
ICMS		(68.308)	(61.103)	(103.515)	(95.260)
ISS		(357)	(377)	(373)	(377)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.350)	(22.563)	(27.830)	(26.316)
		(288.072)	**(233.408)**	**(393.073)**	**(321.289)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.799.842**	**2.673.560**	**3.441.044**	**3.043.427**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE		(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Custo de produção de energia elétrica	25	(558.923)	(526.372)	(650.948)	(616.376)
Custo dos serviços prestados	25	(11.077)	(10.830)	(11.077)	(10.830)
		(777.607)	**(1.109.265)**	**(1.193.501)**	**(1.076.567)**
LUCRO BRUTO		**2.022.235**	**1.564.295**	**2.247.543**	**1.966.860**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(216.627)	(179.038)	(250.083)	(216.757)
Despesas gerais e administrativas	25	(145.517)	(113.716)	(162.319)	(130.121)
Reversão (Constituição) de provisões operacionais, líquida	26	3.394	(258)	480	(2.229)
Recuperação de PIS e COFINS	27	76.431	-	76.431	-
Ganhos em ações judiciais		2.595	3.700	2.595	3.700
Outras despesas operacionais, líquidas		(937)	(1.507)	(877)	(1.462)
		(280.661)	**(290.819)**	**(333.773)**	**(346.869)**
Resultado do serviço		**1.741.574**	**1.273.476**	**1.913.770**	**1.619.991**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	54.698	185.838	-	-
Amortização de ágio	10	(3.031)	(6.747)	-	-
		51.667	**179.091**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	110.095	82.025	123.136	100.602
Despesas financeiras	28	(348.034)	(144.527)	(447.386)	(235.255)
		(237.939)	**(62.502)**	**(324.250)**	**(134.653)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.555.302**	**1.390.065**	**1.589.520**	**1.485.338**
Imposto de renda	8	(320.542)	(251.664)	(346.923)	(321.552)
Contribuição social	8	(119.607)	(92.774)	(127.444)	(118.159)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.115.153**	**1.045.627**	**1.115.153**	**1.045.627**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,71**	**1,60**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.045.627	**1.045.627**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	52.282	(52.282)	-
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,5218031188 por ação	-	-	-	(993.345)	**(993.345)**
SALDOS EM 31.12.2007	**2.445.766**	**91.695**	**279.392**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Proposta da Administração de destinação do lucro:	-	-	-	-	-
- reserva legal	-	-	55.758	(55.758)	-
- dividendos/juros sobre o capital próprio – R$ 1,1586484519 por ação	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	-	-	303.096	(303.096)	**-**
SALDOS EM 31.12.2008	**2.445.766**	**91.695**	**633.327**	**-**	**3.170.788**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627	1.115.153	1.045.627
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	208.375	176.521	266.383	235.866
Resultado de participação societária	(51.667)	(179.091)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida	127.644	(33.137)	155.601	(16.320)
Recuperação de PIS e COFINS	(76.431)	-	(76.431)	-
Juros líquidos	56.015	38.270	71.755	54.981
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	(28.634)	4.781	(25.720)	6.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(213)	(6.497)	(4.917)	(6.334)
Outros	1.425	236	1.450	(1.465)
	1.351.667	**1.046.710**	**1.503.274**	**1.319.113**
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	-	21.643	-	21.643
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(25.161)	3.007	(30.581)	19.612
Tributos e contribuições sociais a compensar	25.363	5.795	26.511	5.861
Almoxarifado	(8.273)	(26.570)	(8.705)	(26.445)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	34.374	32.849	59.219	33.061
Alienações de bens e direitos	(1.077)	(551)	(1.379)	9.333
Despesas antecipadas	1.215	(2.230)	(41)	(2.243)
Créditos da conta consumo de combustível (CCC/CDE)	(10.757)	1.543	(10.757)	1.543
Outros	(6.938)	(4.231)	(12.950)	(4.518)
	8.746	**31.255**	**21.317**	**57.847**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(86.490)	(6.216)	(63.125)	36.400
Empréstimos, financiamentos e debêntures	30.849	14.373	82.375	14.352
Tributos e contribuições sociais	140.450	243.718	99.452	303.993
Partes relacionadas	-	-	221.306	-
Obrigações estimadas	6.667	6.288	4.742	6.295
Provisão para contingências	(8.767)	(5.615)	(7.235)	(6.806)
Benefícios pós-emprego	(31.390)	(29.334)	(31.390)	(29.334)
Obrigações com o programa de pesquisa e	9.992	7.456	11.302	11.399
desenvolvimento	1.496	5.318	16.947	5.548
Outros	**62.807**	**235.988**	**334.374**	**341.847**
	1.423.220	**1.313.953**	**1.858.965**	**1.718.807**
Recursos provenientes das atividades operacionais				
Atividades de investimento				
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	(885.312)	(353.771)	(1.052.757)	(329.001)
Aplicação no imobilizado	(69.923)	(67.586)	(401.700)	(376.117)
Aplicação no intangível e diferido	(607)	(1.428)	(65.331)	(1.428)
Dividendos recebidos de controladas	64.402	231.958	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos	**(891.440)**	**(190.827)**	**(1.519.788)**	**(706.546)**
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	400.000	353.423	583.531	693.363
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(103.476)	(158.345)	(187.011)	(228.118)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada	28.344	-	-	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.109.783)	(940.255)	(1.109.783)	(940.255)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(784.915)**	**(745.177)**	**(713.263)**	**(475.010)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**(253.135)**	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**

Continuação:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	571.755	193.806	794.091	256.840
Saldo final	318.620	571.755	420.005	794.091
	(253.135)	**377.949**	**(374.086)**	**537.251**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	97.116	73.191	142.734	114.892
Imposto de renda e contribuição social	282.774	102.500	351.353	154.470
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	48	16.974	2.446	21.638
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	176.000	545.279	176.000	545.279
Dividendos propostos a receber de controladas	4.071	91.006	-	-
Efeito dos ajustes da Lei 11.638	(4.919)	-	(4.919)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	3.087.914	2.906.968	3.834.117	3.364.716
Recuperação de PIS e COFINS	76.431	-	76.431	-
Outros	1.658	2.193	1.718	2.238
	3.166.003	**2.909.161**	**3.912.266**	**3.366.954**
(-) Insumos				
Materiais	(21.042)	(21.271)	(22.733)	(23.300)
Serviços de terceiros	(98.153)	(75.045)	(111.217)	(87.539)
Combustível para produção de energia	(92.456)	(118.684)	(103.968)	(126.960)
Energia elétrica comprada para revenda	(166.619)	(394.651)	(486.567)	(267.652)
Transações no âmbito da CCEE	(40.988)	(177.412)	(44.909)	(181.709)
Encargos de uso da rede elétrica	(205.160)	(169.161)	(235.556)	(205.762)
Seguros	(7.906)	(6.798)	(9.159)	(7.924)
Outros	(24.235)	(21.460)	(33.372)	(23.714)
	(656.559)	**(984.482)**	**(1.047.481)**	**(924.560)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.509.444**	**1.924.679**	**2.864.785**	**2.442.394**
Depreciação e amortização	(208.375)	(176.521)	(266.383)	(235.866)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**2.301.069**	**1.748.158**	**2.598.402**	**2.206.528**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	110.095	82.025	123.136	100.602
Resultado de participações societárias	51.667	179.091	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.462.831**	**2.009.274**	**2.721.538**	**2.307.130**

	Controladora				Consolidado			
	2008	%	2007	%	2008	%	2007	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	94.389	3,83	88.167	4,39	97.682	3,59	89.871	3,90
Benefícios	30.731	1,25	23.802	1,18	30.889	1,13	24.101	1,04
FGTS	6.041	0,25	5.906	0,29	6.380	0,23	5.906	0,26
Participação nos resultados	14.905	0,61	13.001	0,64	14.982	0,55	13.038	0,56
	146.066	**5,94**	**130.876**	**6,50**	**149.933**	**5,50**	**132.916**	**5,76**
Do governo								
Impostos federais	663.026	26,92	535.193	26,64	766.468	28,17	688.741	29,86
Impostos estaduais	68.462	2,78	61.300	3,05	103.674	3,81	95.460	4,14
Impostos municipais	820	0,03	930	0,05	863	0,03	948	0,04
Encargos setoriais	116.088	4,71	102.852	5,12	133.636	4,91	127.381	5,52
Encargos s/concessão ANEEL	42.785	1,74	-	-	83.371	3,06	34.302	1,49
	891.181	**36,18**	**700.275**	**34,86**	**1.088.012**	**39,98**	**946.832**	**41,05**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	292.106	11,86	119.134	5,93	343.427	12,62	167.084	7,24
Aluguéis	11.586	0,47	7.334	0,37	11.961	0,44	7.907	0,34
Outras despesas financeiras	6.739	0,27	6.028	0,30	13.052	0,48	6.764	0,29
	310.431	**12,60**	**132.496**	**6,60**	**368.440**	**13,54**	**181.755**	**7,87**
Do capital próprio								
Reserva legal	55.758	2,26	52.282	2,60	55.758	2,05	52.282	2,27
Juros sobre o capital próprio	176.000	7,15	176.000	8,76	176.000	6,47	176.000	7,63
Dividendos	580.299	23,56	817.345	40,68	580.299	21,32	817.345	35,42
Lucro retido	303.096	12,31	-	-	303.096	11,14	-	-
	1.115.153	**45,28**	**1.045.627**	**52,04**	**1.115.153**	**40,98**	**1.045.627**	**45,32**
	2.462.831	**100,00**	**2.009.274**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**	**2.307.130**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, é de 6.152 MW, dos quais aproximadamente 79% em usinas hidrelétricas, 19% em termelétricas e 2% em energias alternativas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (ITASA), é de 6.189 MW.

Com a entrada em operação da UHE São Salvador, prevista para o primeiro semestre de 2009, a Capacidade Instalada da Companhia passará para 6.432 MW. Adicionalmente a Companhia possui, através de sua controlada Gama Participações Ltda (Gama), dois novos projetos em construção, que irão agregar 38MW em seu parque gerador, ainda em 2009.

Em julho de 2008, foi consumada a fusão entre a controladora indireta da Tractebel Energia, Suez S.A. (Suez), companhia francesa de capital aberto e a Gaz de France (GDF), companhia constituída sob as leis da França, resultando numa única companhia, denominada GDF Suez. A Operação não modificou ou afetou adversamente, de nenhum modo, as operações da Tractebel Energia.

Visando adequar-se à nova identidade mundial do Grupo, resultado da união das empresas anteriormente comentada, ao fim de 2008, a controladora da Companhia, Suez Energy South America Participações Ltda teve sua denominação social alterada para GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda,.

Conforme mencionado na Nota 34, em 06.03.2009, a Companhia emitiu R$ 300.000 em notas promissórias que serão destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro. Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou a emissão de debêntures no valor de R$ 600.000 que serão utilizados para o pagamento integral das notas promissórias anteriormente mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em 20.05.2008 e com vencimento previsto para 15.05.2009.

Os principais eventos societários relativos a aquisições e incorporação de empresas em 2008 estão sumarizados a seguir:

Aquisição da Tupan Energia Elétrica S.A. e Hidropower Energia S.A.

A Companhia, em dezembro de 2008, através de sua controlada integral, Gama, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e da Hidropower Energia S.A. (Hidropower), pelo valor de R$ 240.859. Vide informações adicionais sobre as empresas na Nota 10.

Aquisição da Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Em dezembro de 2008 a Companhia também adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos).

Estes investimentos foram comprados da SESA BidCo Ltd., sociedade constituída e existente sob as leis da Ilha de Man e cujo controle é exercido pelo grupo GDF Suez, do qual a Tractebel Energia faz parte.

Anteriormente, em outubro de 2008, a SESA BidCo Ltd. concluiu o processo de oferta pública na Bolsa de Valores de Londres para a aquisição de 100% das ações da Econergy International PLC (Econergy), a qual controlava indiretamente, entre outras empresas, as anteriormente mencionadas.

O preço de aquisição foi definido com base em avaliação econômico financeira preparado por Banco de reconhecida reputação em avaliação para este propósito e o processo de aquisição respeitou as melhores práticas de governança corporativa relativa a transações entre partes relacionadas. Maiores informações sobre a transação e as empresas estão detalhadas na Nota 10.

As informações não financeiras como MW médio, potência instalada, número de funcionários não são revisadas pelos auditores independentes.

Constituição da Ibitiúva Bioenergética S.A.

Em agosto de 2008, o Consórcio Andrade, formado pela controlada indireta da Companhia, Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva), e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A., vendeu 20 MW médios de energia elétrica no 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, pelo preço de R$ 158,11/MWh. A Companhia possui participação indireta de 76,0% na Ibitiúva e 71,17% no Consórcio.O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000. Informações adicionais sobre a empresa estão mencionadas na Nota 10.

Aquisição da Ponte de Pedra Energética S.A.

A Companhia, conforme mencionado na Nota 10, em abril de 2008, através de sua controlada integral Energia América do Sul Ltda (EAS), adquiriu a totalidade das ações da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919.

Incorporação da Controlada Companhia Energética Meridional

Conforme revelado na Nota 10, em março de 2008, foi efetivada a incorporação pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral Companhia Energética Meridional (CEM), mediante a versão de seu acervo líquido, avaliado a valor contábil por empresa especializada.

A incorporação objetivou a simplificação da estrutura societária do grupo, a qual não só reduzirá a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitou a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitiu a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador ANEEL, e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente.

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15.12.1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, e aplica-se às demonstrações contábeis de encerramento do exercício social iniciado a partir de 01.01.2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir deste exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte de órgãos reguladores.

Em 03.12.2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia adotou os dispositivos constantes da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 para a preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, tendo como base as orientações da CVM e/ou das normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), estabelecendo a data de transição em 01.01.2008 (ou 31.12.2007), conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

Opções relevantes efetuadas relacionadas à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

a) Opção que resultou em ajuste na conta de lucros acumulados na data de transição

Ativo diferido

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a MP nº 449/08 extinguiu este grupo de contas. Desta forma, a Companhia optou por efetuar as baixas dos gastos diferidos no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 liquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para outro grupo de ativos (ativos imobilizado e intangível).

b) Opções que resultaram em reclassificações no balanço patrimonial consolidado de 31.12.2007

	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Investimentos	113.407	(82.595)	30.812
Imobilizado	4.612.826	111.785	4.724.611
Intangível	75.492	(3.411)	72.081
Diferido	32.468	(25.779)	6.689

b.1) Transferência do investimento para o intangível

O ativo intangível foi introduzido pela Lei 11.638/07 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. A Companhia, desde 2006, seguindo orientação da CVM, já vinha reconhecendo determinados direitos intangível neste grupo de contas.

O ágio pago nas aquisições da ITASA, CEM e Seival Participações S.A., no valor total de R$ 47.538, no consolidado, que na data da transição estavam apresentados no investimento foram transferidos para o intangível.

b.2) Transferência do intangível para o imobilizado

O direito de concessão da Usina Cana Brava, no montante de R$ 73.176, no consolidado, na data da transição estava apresentado no intangível. Entretanto, considerando que a referida concessão não pode ser vendida ou transferida para terceiros separadamente da respectiva Usina, como resultado da interpretação de regra específica, este ativo foi transferido para o imobilizado para apresentação conjunta com os ativos da Usina em referência.

b.3) Transferência do investimento para o imobilizado

O ágio pago na aquisição da Companhia Energética São Salvador (CESS), no valor de R$ 35.057, na data da transição, foi transferido do investimento para o ativo imobilizado.

b.4) Transferência do diferido para o imobilizado e o intangível

Conforme anteriormente mencionado, como a legislação em referência extinguiu o ativo diferido, os gastos diferidos que não puderam ser transferidos para outros ativos foram baixados. Os gastos transferidos para o imobilizado e o intangível na data da transição montaram R$ 3.552 e R$ 22.227, respectivamente.

c) Comentários relativos a outras opções previstas

c.1) Ajuste a valor presente

De acordo com as novas práticas contábeis, os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, devem ser ajustados a valor presente. A Companhia, na data da transição, já adotava esta prática contábil.

c.2) Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado

As novas práticas contábeis tornaram obrigatórias as demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado e descontinuou a apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos . Na data da transição, a Companhia já apresentava os referidos demonstrativos que eram obrigatórios como informações suplementares às demonstrações contábeis.

c.3) Outras transações

A Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos e pagamentos baseados em ações nem transações relevantes envolvendo arrendamento mercantil (leasing) que justificassem qualquer adoção de prática contábil de acordo com a nova legislação em referência.

Efeitos no lucro líquido do exercício findo em 31.12.2008 e no patrimônio líquido de 31.12.2008 decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis de 31.12.2008	**1.115.153**	**3.170.788**
Efeitos decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e da MP 449/08:		
Baixa de ativo diferido	1.064	7.753
Amortização do ativo diferido	(410)	(410)
Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	(222)	(1.992)
Saldo desconsiderando os efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08	1.115.585	3.176.139

O patrimônio líquido e o lucro líquido da controladora não sofreram nenhum impacto decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 09.03.2009 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras - são classificadas em mantidas para negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda, vinculados à finalidade das referidas aplicações. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido) - são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

d) Almoxarifado - estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Ativos indexados - são atualizados até a data do balanço.

f) Investimentos – os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado.

g) Imobilizado - é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos. (ver Nota 15 e Nota 16).

i) Demais obrigações - são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Provisão para contingências – são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

k) Benefícios pós-emprego - são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).

l) Ajuste a valor presente – os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.

m) Resultado do exercício - as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

n) Reconhecimento dos efeitos inflacionários - estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

o) Uso de estimativas – a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

p) Demonstrações contábeis consolidadas
São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10-b).

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados [1]				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	258.434	424.512	313.385	535.435
Debêntures	-	30.092	-	37.955
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	25.473	-	30.890	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	13.201	241	16.008	303
	297.108	454.845	360.283	573.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	20.473	-	25.823
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	40.410	-	50.969
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.751	49.333	15.463	62.224
	309.859	565.061	375.746	712.709
Instituições Financeiras [2]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	8.373	31.657
Notas do Tesouro Nacional (NTN – D)	-	-	-	3.634
Debêntures	-	-	10.497	20.921
	-	-	18.870	56.212
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.603	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(2.603)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	309.859	**565.061**	**394.616**	**768.921**

[1] São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.
[2] Banco Safra, Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Santander, Banco HSBC, Banco do Brasil, Banco Votorantin, Banco ABN AMRO Real, Banco UNIBANCO e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo seu valor justo.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia possuía no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2008				2007
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	179.973	-	-	179.973	192.569
Comercializadoras	83.231	47.137	14.922	145.290	82.232
Consumidores livres	35.255	1.593	-	36.848	28.383
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	2.191	1.081	537	3.809	6.312
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
-Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
-Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	121.820
	117.070	1.081	12.613	130.764	141.067
	415.529	**49.811**	**28.275**	**493.615**	**444.991**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(121.820)
	305.031	**49.811**	**16.199**	**371.041**	**323.171**

	Consolidado				
	2008				2007
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	212.305	-	-	212.305	195.483
Comercializadoras	62.226	72	-	62.298	42.999
Consumidores livres	98.809	2.316	-	101.125	88.352
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	3.039	1.094	729	4.862	7.529
- Parcelamentos	3.952	-	-	3.952	11.350
-Recomposição tarifária extraordinária (RTE)	429	-	-	429	1.585
-Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	117.918	1.094	14.673	133.685	144.906
	491.258	3.482	15.413	510.153	472.480
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	380.760	3.482	3.337	387.579	349.906

O prazo de recebimento dos valores relativos às faturas de comercialização de energia é de, no máximo, 45 dias.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
ICMS	15.973	42.764	16.027	44.894
Imposto de renda	-	-	3.292	681
Contribuição social	-	-	1.226	-
COFINS	3.568	2.256	6.392	2.316
PIS	769	490	1.730	503
INSS	2.419	2.913	4.028	2.913
	22.729	**48.423**	**32.695**	**51.307**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(5.660)	(40.138)	(5.660)	(40.138)
	17.069	**8.285**	**27.035**	**11.169**
Não Circulante				
ICMS	6.392	3.934	9.944	6.897
COFINS	8.215	8.762	74.370	8.772
PIS	1.809	1.902	16.171	1.904
INSS	6.197	6.610	6.197	6.610
	22.613	**21.208**	**106.682**	**24.183**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.

Em 2008, a Companhia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar o referido crédito, no valor de R$ 34.478, e reverter a respectiva provisão para recuperação do mesmo.

A CESS, controlada integral da Companhia, transferiu do imobilizado para esta conta, em 31.12.2008, os valores a recuperar de PIS e COFINS, em virtude da opção pela utilização do direito aos créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e de edificações, conforme previsto na legislação específica. Os referidos créditos relativos a edificações serão amortizados no período de 24 meses e os referentes a máquinas e equipamentos em 48 meses.

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2008				2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)					
Benefícios pós-emprego	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para contingências	122.574	30.643	11.032	41.675	41.419
Provisão para perdas com créditos de ICMS	110.789	27.697	9.971	37.668	36.212
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Ajuste a valor presente de valores a receber	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ágio incorporado	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Outros	19.193	4.798	1.728	6.526	-
	14.874	3.719	1.338	5.057	5.245
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.001	2.641	13.642	12.091
Não circulante		157.017	44.656	201.673	201.371
		168.018	**47.297**	**215.315**	**213.462**

	Consolidado				
	2008				2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)					
Benefícios pós-emprego	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	212.514	53.129	19.126	72.255	64.876
Provisão para contingências	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para perdas com créditos de ICMS	130.436	29.027	11.739	40.766	37.488
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	5.660	1.415	509	1.924	13.647
Ajuste a valor presente de valores a receber	21.849	5.462	1.967	7.429	8.565
Ágio incorporado	18.071	4.518	1.626	6.144	6.861
Outros	19.193	4.798	1.728	6.526	-
	36.419	6.286	3.277	9.563	6.426
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11.601	2.887	14.488	12.160
Não circulante		160.314	48.117	208.431	204.015
		171.915	**51.004**	**222.919**	**216.175**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, registrado		
2009	13.642	14.488
2010	18.243	23.091
2011	24.405	24.759
2012	30.899	31.223
2013	58.420	58.674
2014 a 2015	30.256	30.754
2016 a 2018	39.450	39.930
	215.315	**222.919**

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	11.784	**11.784**
	227.099	**234.703**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde à RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2008		2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.555.302**	**1.555.302**	**1.390.065**	**1.390.065**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	3.031	-	6.747	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.389	-	3.178	-
Doações	3.715	3.715	2.242	2.242
Outras despesas indedutíveis	1.613	414	354	354
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(54.698)	(54.698)	(185.838)	(185.838)
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC (*)	(14.655)	-	(14.636)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.297.665**	**1.328.733**	**1.026.112**	**1.030.823**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(324.416)**	**(119.586)**	**(256.528)**	**(92.774)**
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	3.872	-	2.369	-
Outros	2	(21)	24	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(320.542)**	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(320.699)	(119.663)	(257.095)	(93.840)
Diferido	157	56	5.431	1.066
	(320.542)	**(119.607)**	**(251.664)**	**(92.774)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

	Consolidado			
	2008		2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.589.520**	**1.589.520**	**1.485.338**	**1.485.338**
Diferenças permanentes				
Adições				
Gratificação e 13º de dirigentes	2.537	-	3.509	-
Doações	3.855	3.855	2.490	2.490
Outras despesas indedutíveis	24.631	15.144	7.019	272
Exclusões				
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	(23.032)	-	-	-
RIC (*)	(14.655)	-	(14.636)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(4.835)	(3.263)	(5.508)	(3.995)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.402.021**	**1.429.256**	**1.302.212**	**1.308.105**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(350.505)**	**(128.634)**	**(325.553)**	**(117.729)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(1.695)	172	(1.195)	(430)
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	4.481	-	2.617	-
Outros	796	1.018	108	-
Imposto de renda e contrib. social – resultado	**(346.923)**	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(348.875)	(130.409)	(326.894)	(119.151)
Diferido	1.952	2.965	5.342	992
	(346.923)	**(127.444)**	**(321.552)**	**(118.159)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da SUDAM. Esta redução, no valor de R$ 3.894, está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

9 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Valor original atualizado	103.988	101.496
(-) Ajuste a valor presente	(18.071)	(20.181)
	85.917	**81.315**
Classificação no Balanço		
Circulante	17.448	-
Não Circulante	68.469	81.315
	85.917	**81.315**

Os saldos apresentados acima correspondem aos valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (ELEJA) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda. Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a.

O vencimento da 1ª parcela ocorreu em junho de 2008 e a Companhia vem recebendo mensalmente os valores contratados.

A Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na ELEJA. Entretanto, em função do atual estágio das negociações e das incertezas quanto ao seu desfecho, nenhum ajuste a valor de realização do ativo foi reconhecido pela Companhia.

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.535.327	1.062.602	-	-
Ágio	38.490	63.067	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	28.796	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	1.604.629	**1.156.481**	**30.812**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os ativos e passivos registrados no balanço de abertura da entidade adquirida são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.

Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão como parte desses ativos, quando aplicável.

b) Participações societárias permanentes

b1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2008					2007	
Empresas	**Lote de Mil Ações ou Quotas**	**Adiantam. p/ futuro aumento de capital**	**Participação (%)**	**Lucro Líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro Líquido (Prejuízo)**	**Patrimônio Líquido**
Itá Energética S.A. (ITASA)	253.607	-	48,75	35.160	598.059	29.617	583.424
Companhia Energética Meridional (CEM) [1]	-	-	-	11.122 (*)	-	99.436	443.744
Companhia Energética São Salvador (CESS) [2]	271.943	-	99,99	(185)	270.474	-	268.943
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	30.530	-	99,99	7.187	47.225	7.929	40.345
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	-	99,99	27.599	31.799	64.066	4.200
Delta Energética S.A. [3]	20.960	-	99,99	(68)	20.007	(31)	20.898
Energia América do Sul Ltda [4]	645.270	-	99,99	(6.445)	638.826	-	1
Gama Participações Ltda. [5]	1	236.821	99,99	(1.652)	235.170	-	1
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	270	-	99,99	-	270	-	50

(*) Lucro líquido em 29.02.2008.
[1] A controlada CEM foi incorporada na Tractebel Energia em 29.02.2008, conforme mencionado na Nota 1.
[2] Em fase pré-operacional.
[3] Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.
[4] Sociedade de Propósito Específico usada como veículo da aquisição da PPESA.
[5] Sociedade de Propósito Específico utilizada como veículo de aquisição da Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Econergy Serviços e para a construção da Ibitiúva.

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Dividendos	Ajuste Lei 11.638	Saldos em 31.12.2008
ITASA	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
Tractebel Energia Comercializadora	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
Delta Energética	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Energia América do Sul	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
Gama Participações	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Ágio – Controladora

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Amortização	Saldos em 31.12.2008
ITASA	5.721	-	(2.288)	3.433
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-
CESS	35.057	-	-	35.057
Controladora	**63.067**	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. (ITASA) (controlada em conjunto)
As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O montante pago que excede o valor contábil patrimonial da empresa adquirida está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	2008	2007
Ativo circulante	60.077	69.220
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	5.657	4.177
Permanente	929.883	976.714
	935.540	980.891
TOTAL DO ATIVO	**995.617**	**1.050.111**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	117.628	115.277
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	279.930	351.410
Patrimônio líquido	598.059	583.424
TOTAL DO PASSIVO	**995.617**	**1.050.111**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	233.150	220.442
Deduções da receita operacional	(23.659)	(22.314)
Receitas líquidas de vendas	**209.491**	**198.128**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(58.726)**	**(58.934)**
LUCRO BRUTO	**150.765**	**139.194**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(32.392)	(24.296)
Despesas gerais e administrativas	(20.447)	(20.236)
Outras	174	93
	(52.665)	**(44.439)**
Resultado do serviço	**98.100**	**94.755**
Despesas financeiras, líquidas	**(45.030)**	**(50.006)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**53.070**	**44.749**
Imposto de renda e contribuição social	(17.910)	(15.132)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**35.160**	**29.617**

Companhia Energética Meridional (CEM)

Em 28.03.2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data base de 29.02.2008, avaliado a valor contábil por empresa especializada, conforme demonstrado a seguir.

ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	
Disponibilidades	28.344
Concessionária - Controladora	31.962
Transações no âmbito da CCEE	187
Cauções e depósitos vinculados	1.643
Outros	1.072
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**63.208**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo	
Depósitos judiciais	24.487
Ativo fiscal diferido	1.613
Outros	798
	26.898
Permanente	
Imobilizado	753.618
Intangível	72.745
	826.363
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**853.261**
TOTAL DO ATIVO	**916.469**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PASSIVO CIRCULANTE	
Fornecedores	5.811
Dividendos propostos	25.104
Financiamentos e debêntures	29.053
Tributos e contribuições sociais	4.445
Contas a pagar controladora	13.988
Outras obrigações	9.578
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**87.979**
NÃO CIRCULANTE	
Exigível a Longo Prazo	
Financiamentos e debêntures	125.845
Concessões a pagar	244.614
Provisão para contingências	3.165
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**373.624**
ACERVO LÍQUIDO	**454.866**
TOTAL DO PASSIVO	**916.469**

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

Companhia Energética São Salvador (CESS)

A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

O montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da CESS, no valor de R$ 35.057, no balanço consolidado está apresentado no ativo imobilizado. Este valor poderá ser acrescido de R$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público (UBP) e o início do fornecimento de energia elétrica nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica (CCEARs), previsto para 2011, ou no Ambiente de Comercialização Livre a preços e montantes compatíveis com aqueles contratados no âmbito da CCEARs e pelo prazo que seja complementar ao prazo de fornecimento previsto nos CCEARs.

Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18.07.2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.

Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) até a data do aditivo contratual, em 18.07.2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2008	2007
Valor anual	33.168	33.009
Parcelas mensais (1/12)	2.764	2.751
Valor nominal total	995.029	935.264
Valor presente total	326.659	286.317

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01.03.2009 a 23.04.2037. O reconhecimento da concessão a pagar, pelo seu valor presente, em contrapartida do ativo imobilizado, ocorrerá quando do início da operação comercial da Usina, prevista para o primeiro semestre de 2009.

Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC), com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (Delta)

Em 2008 a Sociedade não exerceu atividades operacionais. A Delta é a controladora da Seival Participações S.A. (Seival). A Seival é uma holding de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A aquisição da Seival tem como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.

O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da empresa.

Energia América do Sul Ltda (EAS)

No ano de 2008, a EAS, controlada integral da Companhia, adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), pelo montante de R$ 644.919, após o cumprimento de determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado em 13 de dezembro de 2007, dentre elas, a anuência prévia da ANEEL e a aprovação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O valor pago pela Companhia que excede o valor contábil do patrimônio líquido da PPESA, no montante de R$ 359.948, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da concessão, que se encerra em setembro de 2034. O saldo líquido de amortização, em 31.12.2008, é de R$ 351.110.

A PPESA detém a concessão da hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no rio Correntes no Estado de Mato Grosso e, também, possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Gama Participações Ltda (Gama)
A Gama é uma controlada integral da Companhia que, durante o exercício de 2008, adquiriu e constituiu algumas empresas. A seguir informações sobre as controladas da Gama.

Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan) e Hidropower Energia S.A. (Hidropower)
A Gama, em dezembro de 2008, concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan e da Hidropower pelo valor de R$ 240.859.

O valor pago pela Gama que excede o valor contábil patrimonial da Tupan e da Hidropower, nos valores de R$ 91.436 e R$ 83.544, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado, e está sendo amortizado no prazo remanescente da autorização, que se encerra em dezembro de 2032.

A Tupan detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (ELETROBRAS), através do PROINFA, até 2027, ao preço de R$ 153,61/MWh.

A Hidropower detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,61/MWh.

Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia branca) e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda (Econergy Serviços)
A Companhia, em dezembro de 2008, adquiriu a totalidade do capital social da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) pelo montante de R$ 100.800, da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal) por R$ 52.200, da Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) pelo valor de R$ 46.800 e da Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (Econergy Serviços) por R$ 200, totalizando R$ 200.000 (R$ 194.356 líquidos de impostos).

O valor pago pela Gama que excede o valor contábil do patrimônio líquido da Beberibe, da Pedra do Sal e da Areia Branca, nos valores de R$ 50.965, R$ 19.319 e R$ 8.054, respectivamente, tem como fundamento o imobilizado e está sendo alocado como parte desse ativo, no balanço consolidado. A amortização inicia-se a partir do início da operação comercial e ocorrerá durante o prazo da concessão, que se encerra no período de 2030 a 2033.

A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 247,81/MWh. A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a ELETROBRAS através do PROINFA, por 20 anos, ao preço de R$ 241,20/MWh. A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a ELETROBRAS, através do PROINFA, ao preço de R$ 153,91/MWh. A PCH tem previsão de entrar em operação no 1º semestre de 2009.

A Econergy Serviços é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para a as empresas anteriormente mencionadas.

Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)
A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL.

O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço de R$ 158,11/MWh, a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33MW e garantia física de 20MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e do BNDES ou o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o início da construção está previsto para março de 2009.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.
A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda., pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo a multa contratual, e permanece em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (MAESA)
A Companhia adquiriu, em março de 2007, por R$ 28.793, a participação acionária de 2,82% na MAESA. A MAESA explora, através de consórcio, a UHE Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detém 80,72%.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
		2008			2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.683	(265.073)	968.610	1.012.729
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	-
		3.472.387	**(1.308.919)**	**2.163.468**	**1.405.683**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
		2.763.564	**(1.585.270)**	**1.178.294**	**1.240.136**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**52.436**	**(27.006)**	**25.430**	**24.852**
		6.288.387	**(2.921.195)**	**3.367.192**	**2.670.671**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica		**9.395**	**-**	**9.395**	**20.452**
Geração Térmica		**43.681**	**-**	**43.681**	**41.375**
Equipamentos Gerais e Outros		**3.824**	**-**	**3.824**	**2.200**
		56.900		**56.900**	**64.027**
Total das imobilizações		**6.345.287**	**(2.921.195)**	**3.424.092**	**2.734.698**
Obrigações especiais		**(9.755)**	**-**	**(9.755)**	**(9.480)**
		6.335.532	**(2.921.195)**	**3.414.337**	**2.725.218**

	Consolidado				
		2008			2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	641.188	(520.565)	120.623	135.231
UHE Salto Osório	2,7	332.545	(239.351)	93.194	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	120.159	(94.074)	26.085	28.186
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.777.842	(372.510)	1.405.332	1.460.709
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.618	(31.470)	149.148	154.336
UHE Cana Brava	3,0	964.194	(158.386)	805.808	828.710
UHE Ponte de Pedra	3,7	1.180.542	(58.900)	1.121.642	-
PCH Rondonópolis	3,3	185.341	(3.723)	181.618	-
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	3,3	156.511	(5.151)	151.360	-
		5.538.940	**(1.484.130)**	**4.054.810**	**2.682.373**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.521.171	(1.447.070)	1.074.101	1.131.510
UTE Charqueadas	6,4	59.398	(51.398)	8.000	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.356)	933	979
UTE William Arjona	4,3	174.706	(79.446)	95.260	99.343
Unidade de Cogeração Lages	4,4	75.724	(14.887)	60.837	62.613
		2.839.288	**(1.600.157)**	**1.239.131**	**1.302.749**
Geração Eólica					
EOL Beberibe	5,1	**184.617**	**(2.007)**	**182.610**	**-**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**52.839**	**(27.174)**	**25.665**	**24.916**
		8.615.684	**(3.113.468)**	**5.502.216**	**4.010.038**
Imobilizações em Curso					
UHE São Salvador		870.081	-	870.081	653.738
PCH Areia Branca		98.586	-	98.586	-
Outras UHE (obras de adição)		10.919	-	10.919	24.861
Geração Hidráulica		**979.586**	**-**	**979.586**	**678.599**
Geração Térmica		**54.695**	**-**	**54.695**	**43.379**
Geração Eólica - Pedra do Sal		**107.792**	**-**	**107.792**	**-**
Equipamentos Gerais e Outros		**3.854**	**-**	**3.854**	**2.200**
		1.145.927	**-**	**1.145.927**	**724.178**
Total das imobilizações		**9.761.611**	**(3.113.468)**	**6.648.143**	**4.734.216**
Obrigações especiais		**(9.880)**	**-**	**(9.880)**	**(9.605)**
		9.751.731	**(3.113.468)**	**6.638.263**	**4.724.611**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2006	**2.791.039**	**54.890**	**2.845.929**	**4.173.802**	**60.737**	**4.234.539**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	650.634	650.634
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401
Transferências	58.196	(58.196)	-	59.000	(59.000)	-
Transferência do diferido	-	-	-	-	3.552	3.552
Depreciação	(176.066)	-	(176.066)	(220.266)	-	(220.266)
Baixas	(2.498)	(253)	(2.751)	(2.498)	(3.146)	(5.644)
Saldo em 31.12.2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	73.322	73.794	598	74.509	75.107
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência de créditos de PIS e COFINS(*)	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
	3.367.192	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Obrigações Especiais	(9.755)	-	(9.755)	(9.880)	-	(9.880)
Saldo em 31.12.2008	**3.357.437**	**56.900**	**3.414.337**	**5.492.336**	**1.145.927**	**6.638.263**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Lei nº 8.987/95, de 13.02.2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".*

O Decreto nº 2003, de 10.09.1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*

Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações."

Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, limitada ao prazo de concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS, cujo valor no ano foi de R$ 44.890 (R$ 14.559 em 2007), estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso.

e) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I - Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
II - Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
Unidade de Cogeração Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Hidrelétrica Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Eólica Pedra do Sal S.A.	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Eólica Beberibe S.A.	26	04.08.2003	03.08.2033

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto ITASA (ver Nota 10-b.1) e a concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 10-b.2)

g) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

h) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora				
	2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	11.110	(9.225)	1.885	2.185
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	-
		55.688	(35.848)	19.840	2.185

	Consolidado				
	2008				2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso	20,0	15.741	(9.475)	6.266	2.316
Direito de compra de energia	10,0	64.561	-	64.561	-
Ágio incorporado da CEM	10,0	44.578	(26.623)	17.955	22.289
Ágio incorporado da ITASA	10,0	72.793	(54.388)	18.405	27.948
Direitos adquiridos (UTE Seival)	-	19.528	-	19.528	19.528
		217.201	**(90.486)**	**126.715**	**72.081**

O direito de compra de energia será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023. A amortização dos direitos adquiridos da UTE Seival ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

13 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26.10.2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31.12.2008 e 2007 é de R$ 33.134.

14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Energia elétrica comprada	46.492	79.012	78.579	70.428
Transações no âmbito da CCEE	2.002	17.631	3.851	19.536
Encargos de uso da rede elétrica	64.196	49.747	67.852	54.167
Combustíveis fósseis / biomassa	-	40.195	145	39.148
Materiais e serviços	36.339	43.123	61.940	90.632
	149.029	**229.708**	**212.367**	**273.911**

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	14.947	49.823	64.770	1.790	-	1.790
Banco do Brasil	3.529	7.059	10.588	3.529	10.588	14.117
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
Encargos	33.367	-	33.367	984	-	984
	479.288	**97.996**	**577.284**	**40.308**	**77.052**	**117.360**
	512.519	**403.363**	**915.882**	**71.255**	**345.302**	**416.557**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	24.173	175.841	200.014	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	129.526	129.526	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	4.490	-	4.490	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	4.568	-	4.568	4.501	-	4.501
	33.231	**305.367**	**338.598**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRAS	27.445	41.114	68.559	34.005	66.464	100.469
BNDES	47.816	389.259	437.075	28.793	255.545	284.338
Agentes Financiadores (BNDES)	52.650	725.722	778.372	14.990	338.409	353.399
Banco do Brasil	7.495	38.125	45.620	3.529	10.588	14.117
BRDE	6.826	18.203	25.029	6.810	24.969	31.779
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.157	51.574	56.731	-	-	-
Notas Promissórias	400.000	-	400.000	-	-	-
ABN AMRO Real	55.026	-	55.026	-	-	-
Bradesco	829	-	829	-	-	-
Encargos	35.438	10.961	46.399	1.950	6.506	8.456
	638.682	**1.274.958**	**1.913.640**	**90.077**	**702.481**	**792.558**
	671.913	**1.580.325**	**2.252.238**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

Em maio de 2008 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública da 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, tendo sido emitidas 40 (quarenta) notas ao valor total de R$ 400.000, com vencimento em maio de 2009. Os subscritores das Notas foram os Coordenadores e Instituições Financeiras ligadas à Emissora e aos Coordenadores.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**
Ingressos	-	-	-	-	392.651	392.651
Transferências	61.311	(61.311)	-	110.139	(110.139)	-
Postecipação do vencimento	(101.289)	101.289	-	(101.289)	101.289	-
Encargos gerados	54.075	-	54.075	82.687	15.552	98.239
Variações cambiais	(21.067)	(33.465)	(54.532)	(21.067)	(33.465)	(54.532)
Remuneração de garantias depositadas	-	(5.408)	(5.408)	-	(5.408)	(5.408)
Amortizações	(177.927)	-	(177.927)	(255.525)	-	(255.525)
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.824	583.532
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela Gama (*)	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.991	162.947
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31.12.2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal , Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela Gama Participações Ltda, controlada integral da Companhia.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	22,73	109.411	193.800	46,52
Euro (EUR)	40.279	130.429	14,24	40.404	105.397	25,31
		338.598	36,97		299.197	71,83
Moeda nacional						
CDI		433.011	47,28		-	-
TJLP		65.045	7,10		-	-
Não indexado		79.228	8,65		117.360	28,17
		577.284	63,03		117.360	28,17
		915.882	100,00		416.557	100,00

	Consolidado					
	2008			2007		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	89.076	208.169	9,24	109.411	193.800	17,75
Euro (EUR)	40.279	130.429	5,79	40.404	105.397	9,66
		338.598	**15,03**		**299.197**	**27,41**
Moeda nacional						
CDI		488.866	21,71			
TJLP		1.299.049	57,68		675.198	61,84
UMBNDES590 (*)		11.236	0,50		-	-
Não indexado		114.489	5,08		117.360	10,75
		1.913.640	**84,97**		**792.558**	**72,59**
		2.252.238	**100,00**		**1.091.755**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	%	
Moeda – indexador	**2008**	**2007**
Dólar Americano (USD)	31,94	(17,15)
Euro (EUR)	24,14	(7,50)
TJLP	6,25	6,37
CDI	12,35	11,82
UMBNDES590	33,86	-

e) Condições Contratadas

	Controladora	Consolidado
Moeda estrangeira		
STN e Deutsche Bank	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.	Libor + 0,55% a.a. a 1,075 % a.a.
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a.	Euribor + 2,75% a.a.
Moeda nacional		
ELETROBRAS	12% a.a.	12%a.a.
BNDES, Agentes financiadores do BNDES e BRDE	TJLP + 4% a.a.	TJLP + 2,5% a.a. a 5,0% a.a. e UMBNDES + 5% + Taxa Variável. [(a)]
Bancos comerciais:		
Taxa fixa	8,13% a.a.	8,13% a.a. a 9,5% a.a.
Vinculada ao CDI	-	100% a 102 % do CDI
Vinculada a TJLP	-	TJLP + 3,5% a.a.
Notas Promissórias 3ª emissão	103,5% do CDI	103,5% do CDI

(a) Custo médio ponderado de todas as taxa e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2010	21.239	48.795	70.034	21.239	188.711	209.950
2011	21.239	29.272	50.511	21.239	169.188	190.427
2012	15.718	14.947	30.665	15.718	152.588	168.306
2013	10.197	4.982	15.179	10.197	131.285	141.482
2014	4.929	-	4.929	4.929	105.943	110.872
2015	129.526	-	129.526	129.526	77.645	207.171
2016 a 2023	-	-	-	-	449.598	449.598
2024	102.519	-	102.519	102.519	-	102.519
	305.367	**97.996**	**403.363**	**305.367**	**1.274.958**	**1.580.325**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 94.398, em 31.12.2008, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

ELETROBRAS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: Em conseqüência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28.03.2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do UNIBANCO, no valor de R$ 131.966, com validade até 15.10.2013.

g.2) ITASA

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração

da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Ind. e Com. Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador (CESS)

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)

BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)

Caixa Econômica Federal (CEF): (a) Hipoteca de terreno e imóveis; (b) Alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)

Banco do Brasil: (a) Totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) Recebíveis e Conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Areia Branca S.A.

BNDES: (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) Recebíveis e Conta Reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.

ABN Amro Real S.A. - Penhor das quotas de aplicações financeiras da GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda. A garantia será substituída, a partir de fevereiro de 2009, por Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

h) Compromissos contratuais *(covenants)*

Os principais *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia

16 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2008			2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	9.141	140.000	149.141	6.483	142.539	149.022
1ª Emissão (2ª Série)	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	381.080	381.080	404	357.763	358.167
Cana Brava (Série Única)	11.917	51.904	63.821	-	-	-
Encargos	29.053	-	29.053	25.251	-	25.251
Total Controladora	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**32.138**	**560.302**	**592.440**
Cana Brava (Série Única)	-	-	-	10.807	63.667	74.474
ITASA (1ª e 2ª Séries)	9.154	32.760	41.914	10.185	40.950	51.135
Encargos	1.326	-	1.326	3.430	-	3.430
Total Consolidado	**60.591**	**665.744**	**726.335**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2006	15.004	200.000	215.004	37.834	323.344	361.178
Ingressos	-	353.423	353.423	-	353.423	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31.12.2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

c) Condições contratadas

A Companhia possui debêntures indexadas ao IGPM, IPCA e TJLP acrescidos de taxa fixa de juros e debêntures remuneradas por percentual do CDI.

d) Variação dos indexadores

	%	
Moeda – indexador	**2008**	**2007**
TJLP	6,25	6,37
IGP-M	9,81	7,75
CDI	12,35	11,82
IPCA (em 2007, de maio a dezembro)	5,89	2,33

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	**Consolidado**
2010	73.108	81.298
2011	154.419	162.609
2012	142.875	151.065
2013	135.530	143.720
2014	127.052	127.052
	632.984	**665.744**

f) Compromissos contratuais *(covenants)*

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

17 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		**Consolidado**	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Circulante				
Imposto de renda	259.647	187.970	262.753	225.766
Contribuição social	77.520	55.944	79.496	66.788
ICMS	15.567	11.376	33.456	30.002
PIS e COFINS	12.732	10.153	15.796	12.164
INSS	2.086	3.705	2.499	3.746
Outros	2.996	2.576	10.108	2.930
	370.548	**271.724**	**404.108**	**341.396**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

18 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2008			2007		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Ambientais	3.472	-	3.472	-	-	-
Ações diversas	10.179	(11)	10.168	6.698	(20)	6.678
	44.880	**(1.283)**	**43.597**	**46.558**	**(511)**	**46.047**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	110.789	**(29.137)**	**81.652**	**106.505**	**(33.142)**	**73.363**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.140			10.134
Não circulante			71.512			63.229
			81.652			**73.363**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	15.152	(3.914)	11.238	13.508	(3.489)	10.019
INSS	29.358	(13.022)	16.336	26.421	(11.609)	14.812
	44.510	**(16.936)**	**27.574**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	18.931	-	18.931	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	12.298	(1.272)	11.026	22.625	(491)	22.134
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	16.940	(16.771)	169	-	-	-
Ambientais	3.472	-	3.472	2.089	-	2.089
Ações diversas	15.389	(1.030)	14.359	10.745	(1.143)	9.602
	67.030	**(19.073)**	**47.957**	**52.694**	**(1.634)**	**51.060**
Trabalhistas	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	132.939	**(46.927)**	**86.012**	**112.641**	**(34.265)**	**78.376**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.262			10.336
Não circulante			75.750			68.040
			86.012			**78.376**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
Do valor acima, R$ 15.054 referem-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01.01.1992. A Companhia entende que as instruções normativas que proibiram a utilização de Bases Negativas de exercícios anteriores são ilegais, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei.

Não obstante, a autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26.01.2009. Conseqüentemente, a provisão no valor de R$ 8.243 (R$ 7.349 em 31.12.2007), bem como os depósitos vinculados ao processo, serão baixados no 1º trimestre de 2009.

Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03.02.2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. A provisão no valor de R$ 6.811 (R$ 6.072 em 31.12.2007), será revertida no 1º trimestre de 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Os R$ 98 restantes se referem a multas moratórias não recolhidas em pagamento de CSLL, com amparo no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), referente à denúncia espontânea.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho.

A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31.12.2008 é de R$ 18.111 (R$ 16.146 em 31.12.2007).

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2008 é de R$ 8.308 (R$ 7.406 em 31.12.2007).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores
A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (CIEN), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23.04.2007. O valor provisionado em 31.12.2008 é de R$ 15.045 (R$ 13.490 em 31.12.2007).

Doença ocupacional e acidente do trabalho
Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda, visando reduzir o valor a recolher da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) de forma a pagar o valor equivalente ao cobrado à UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007, a PPESA passou a recolher a TUST de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a Empresa substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária.

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.472 relativo a quatro processos ambientais onde os principais objetos versam sobre reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. Todas as ações estão na fase de contestação.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**39.037**	**23.990**	**98.724**
Adições	-	5.337	1.521	6.858
Atualizações	4.232	3.680	1.742	9.654
Pagamentos	-	(355)	(6.801)	(7.156)
Reversões	-	(1.141)	(434)	(1.575)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**42.491**	**23.990**	**102.178**
Adições	-	7.857	1.521	9.378
Atualizações	4.232	4.118	1.742	10.092
Pagamentos	-	(362)	(6.801)	(7.163)
Reversões	-	(1.410)	(434)	(1.844)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição - Aquisição da PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2008			2007		
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito Judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	359.909	28.165	388.074	(154.387)	233.687	141.009
Cíveis	26.459	10.600	37.059	(4.021)	33.038	9.289
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	398.330	**50.539**	**448.869**	**(159.906)**	**288.963**	**168.280**

	Consolidado					
	2008			2007		
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito Judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	**360.004**	**28.165**	**388.169**	**(154.482)**	**233.687**	**156.690**
Cíveis	41.431	11.356	52.787	(5.025)	47.762	40.977
Trabalhistas	11.962	11.774	23.736	(1.498)	22.238	17.982
	413.397	**51.295**	**464.692**	**(161.005)**	**303.687**	**215.649**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e COFINS

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em consequencia, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 41.692, atualizado até 31.12.2008. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 130.759, atualizado até 31.12.2008.

Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas n.ºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia. Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.12.2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 294.315, R$ 163.556, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 93.146, em 31.12.2007).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 39.654 (R$ 32.917 em 31.12.2007);

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2008, é de R$ 3.186 (R$ 2.841 em 31.12.2007).

- Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL) para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (GERASUL), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31.12.2008, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.627 (R$ 3.639 em 31.12.2007).

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

A PPESA é parte em auto de infração, na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), no valor de R$ 10.800, referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em análise pelo referido Instituto.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

20 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
UHE Cana Brava	287.655	-	287.655	235.827
UHE Ponte de Pedra	-	-	271.371	-
	287.655	-	**559.026**	**235.827**
Classificação no Balanço				
Circulante (*)	1.873	-	2.343	1.639
Não circulante	285.782	-	556.683	234.188
	287.655	-	**559.026**	**235.827**

(*) Incluído no grupo "Outros".

A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava e Ponte de Pedra, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2008, são os seguintes:

UHE Cana Brava

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01.01.2009 a 30.07.2023	680	9.917	1.873	27.322
De 01.08.2023 a 30.07.2033	61.280	612.800	168.833	1.688.332
		622.717		**1.715.654**

UHE Ponte de Pedra

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01.01.2009 a 30.09.2019	200	2.150	485	5.214
De 01.10.2019 a 31.09.2020	16.200	16.200	39.688	39.688
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.526	76.215	1.067.010
		453.876		**1.111.912**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, o valor da concessão foi registrado no ativo em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava, prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa. Até a entrada em operação comercial das Usinas, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2006	**-**	**-**	**-**	**1.559**	**201.546**	**203.105**
Transferências	-	-	-	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	-	-	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	-	-	-	14.115	14.115
Amortizações	-	-	-	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31.12.2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31.12.2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2010	1.873	2.307
2011	1.873	2.273
2012	1.873	2.243
2013	1.873	2.214
2014	1.873	2.188
Após 2015	276.417	545.458
	285.782	**556.683**

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF-Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2008, foi de R$ 1.770 (R$ 1.558 em 2007).

A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. Em janeiro de 2008 ocorreu a efetivação da transferência de 29 participantes que optaram pela migração para a PREVIG.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2008 foi de R$ 1.273 (R$ 966 em 2007).

As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	2008 e 2007
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia (a.a.)	5,00%
Inflação	5,00%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%

Hipóteses	2008 e 2007
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outroas Hipóteses	2008 e 2007
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.307.226	-	1.307.226	1.249.541	-	1.249.541
Valor justo dos ativos	(808.818)	-	(808.818)	(796.910)	-	(796.910)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.737	1.737	-	1.632	1.632
Subtotal	498.408	1.737	500.145	452.631	1.632	454.263
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(155.690)	(1.013)	(156.703)	(124.867)	(613)	(125.480)
Passivo reconhecido no balanço	**342.718**	**724**	**343.442**	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Classificação no balanço						
Circulante			21.642			18.450
Não circulante			321.800			310.333
			343.442			**328.783**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de aproximadamente 7,73 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2008			31.12.2007
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	17.756	112.861	130.617	137.898
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	1.912	2.226	4.138	4.764
Passivo atuarial não contratado	1.974	206.713	208.687	186.121
Passivo atuarial registrado	**21.642**	**321.800**	**343.442**	**328.783**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2010	16.571	2.069	18.640
2011	15.121	2.045	17.166
2012	12.499	2.091	14.590
2013	13.268	2.217	15.485
2014	14.084	1.755	15.839
2015 em diante	16.131	15.010	31.141
	87.674	**25.187**	**112.861**

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2006	**313.173**	**921**	**314.094**
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)
Benefícios pagos	-	(164)	(164)
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31.12.2008	**342.718**	**724**	**343.442**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2009, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	594	55	649
Custo dos juros	129.318	146	129.464
Rendimento esperado dos ativos do plano	(81.667)	-	(81.667)
Amortização de perdas atuariais	23.923	75	23.998
Contribuição dos empregados	(185)	-	(185)
	71.983	**276**	**72.259**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 93% dos empregados da Companhia (872 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Na controladora refere-se ao IR e CSLL, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. O consolidado, em 31.12.2008, inclui um montante adicional de R$ 1.600.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.).

O capital social da Companhia, em 31.12.2008, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2008, é de R$ 4,86 (R$ 4,32 por ação em 31.12.2007).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2008**	**2007**
GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,13	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	17,26	16,59
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2008	2007
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	305.254	249.496
Reserva de retenção de lucros	328.073	29.896
	633.327	**279.392**

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 303.096, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos no pagamento de projetos adquiridos de geração de energia.

24 – DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 13.08.2008, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2008, no valor de R$ 580.299, correspondentes a R$ 0,8890167318 por ação, os quais foram pagos em 27.10.2008.

Em 07.11.2008 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 176.000, correspondentes a R$ 0,2696317201 por ação, com base na posição acionária de 18.11.2008 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria da Companhia.

Os valores acima mencionado, líquido dos imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2008.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado em distribuições semestrais.

	2008	2007
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.115.153	1.045.627
Constituição da reserva legal (5%)	(55.758)	(52.282)
Base de cálculo	1.059.395	993.345
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**317.819**	**298.004**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.402	151.301
Dividendos intercalares	580.299	360.066
Dividendos adicionais propostos	-	457.279
Subtotal	731.701	968.646
IRRF dos juros sobre o capital próprio	24.598	24.699
Total	**756.299**	**993.345**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária (em R$ 1,00):	1,1586484519	1,5218031188

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2008					2007
	Custos		Despesas			
	Produção de Energia	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	98.644	8.242	7.785	42.847	157.518	141.410
Administradores	-	-	-	10.513	10.513	10.878
Material	18.640	190	28	2.184	21.042	21.271
Serviço de terceiro	51.988	2.048	1.073	43.044	98.153	75.045
Combustível p/ produção de energia	92.456	-	-		92.456	118.684
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	80.442	-	-	-	80.442	71.127
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	205.160	-	205.160	169.161
Depreciação e amortização	203.067	-	2	5.306	208.375	176.521
Seguros	7.349	350	-	207	7.906	6.798
Contribuições setoriais	-	-	2.349	165	2.514	2.196
Taxa de fiscalização	-	-	-	7.783	7.783	6.782
Contribuições e doações	363	106	-	8.979	9.448	7.181
Outros	5.974	141	230	24.489	30.834	22.902
	558.923	**11.077**	**216.627**	**145.517**	**932.144**	**829.956**

	Consolidado					
	2008					2007
	Custos		Despesas			
	Produção de Energia	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	101.784	8.242	7.785	43.520	161.331	142.319
Administradores	-	-	-	11.336	11.336	12.356
Material	20.283	190	28	2.232	22.733	23.300
Serviço de terceiro	62.317	2.048	1.287	45.565	111.217	87.539
Combustível p/ produção de energia	103.968	-	-	-	103.968	126.960
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	93.551	-	-	-	93.551	89.756
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	235.556	-	235.556	205.762
Depreciação e amortização	253.420	-	2	12.961	266.383	235.866
Seguros	8.602	350	-	207	9.159	7.924
Contribuições setoriais	-	-	3.265	174	3.439	3.008
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.778	8.778	8.117
Contribuições e doações	603	106	-	12.656	13.365	7.785
Outros	6.420	141	2.160	24.890	33.611	23.392
	650.948	**11.077**	**250.083**	**162.319**	**1.074.427**	**974.084**

26 – REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Benefícios pós-emprego	1.876	818	1.876	818
Contingências cíveis	3.717	(4.644)	(627)	(6.746)
Contingências tributárias	212	1.213	212	1.213
Contingências trabalhistas	(2.411)	1.653	(2.411)	1.653
Outras	-	702	1.430	833
	3.394	**(258)**	**480**	**(2.229)**

27 – RECUPERAÇÃO DE PIS e COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e COFINS pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

28 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	65.315	44.591	76.839	60.358
Juros sobre valores a receber	9.964	10.943	10.731	11.175
Variação monetária sobre depósitos judiciais	19.081	14.421	19.518	16.621
Variação monetária sobre contas a receber e outras	7.802	5.756	7.823	5.756
Outras	7.933	6.314	8.225	6.692
	110.095	**82.025**	**123.136**	**100.602**
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	119.632	82.539	169.171	124.841
Encargos sobre concessão ANEEL	20.305	-	37.854	20.187
Encargos sobre passivo atuarial	43.341	44.206	43.341	44.206
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	2.623	2.856	3.254	4.906
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	36.305	18.058	41.027	22.103
Variação monetária sobre Concessão ANEEL	22.480	-	45.517	14.115
Variação monetária outras	9.605	3.665	10.905	3.966
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	80.243	(54.532)	80.243	(54.532)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	-	21.551	-	21.551
CPMF	324	14.483	517	19.947
Outras	13.176	11.701	15.557	13.965
	348.034	**144.527**	**447.386**	**235.255**
Despesas financeiras, líquidas	**237.939**	**62.502**	**324.250**	**134.653**

29 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes são alocados em títulos públicos federais ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Parte minoritária dos recursos é alocada em títulos privados de bancos de primeira linha, com rating superior a AA+(bra) atribuído por agências de classificação de risco internacionais, indexados ao CDI e com liquidez diária.

Exposição ao risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelado à moeda externa, no montante de R$ 338.598, em 31.12.2008, corresponde a 11,4% da dívida da Companhia, dos quais 7,0% ao dólar e 4,4% ao Euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva forward de longo prazo, a Companhia não detinha em 31.12.2008 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 15.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da LIBOR, EURIBOR, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.364.426	47,64
CDI	550.155	19,21
IPCA	398.021	13,90
IGP-M	201.648	7,04
LIBOR	208.169	7,27
EURIBOR	130.429	4,55
UMBNDES	**11.236**	**0,39**
	2.864.084	**100,00**

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos Hidrológicos

De acordo com os dados do ONS, em 31.12.2008, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Em 31.12.2008 a geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 4.932 MW. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, poderá resultar na exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços tendem a ser elevados, podendo afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos Ambientais

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como conseqüência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua política de meio ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	577.284	579.271	117.360	116.564
Debêntures	683.095	572.924	592.440	483.202
	1.598.977	**1.510.474**	**1.008.997**	**922.082**

	Consolidado			
	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	338.598	358.279	299.197	322.316
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.913.640	1.921.091	792.558	721.916
Debêntures	726.335	616.164	721.479	601.958
	2.978.573	**2.895.534**	**1.813.234**	**1.646.190**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31.12.2009 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2009 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário Projetado	Cenário I *Variação* de 25%	Cenário II *Variação* de 50%
STN	203.639	(2.405)	47.968	98.290
BNP Paribas	130.429	(9.540)	20.617	50.826
Deutsche Bank	4.530	(52)	1.068	2.188
	338.598	**(11.997)**	**69.653**	**151.304**

30 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

ITASA

Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana, respectivamente.

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE ITÁ, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:

a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01.03.2008 e 01.03.2015
b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01.01.2009 e 31.12.2016
c) 540 MW médios mensais com vigência entre 01.01.2009 e 31.12.2009

Companhia Energética São Salvador

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15.10.2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M.

Contrato de Mútuo assinado em 18.12.2008, com a finalidade de financiar o capital de giro para o cumprimento de obrigações com fornecedores para conclusão da UHE São Salvador, cujo saldo em 31.12.2008 é de R$ 8.700.

Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim, conforme ocorreu na AGE do dia 08.04.2008. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2008										2007
	GDF SELA [a]	ITASA	LAGES	TBLC [b]	CESS	SUEZ ENERGY BRASIL	SUEZ [c]	LEME [d]	SESA BidCO Ltd.	Total	Total
Ativo											
Contas a receber	52	2.244	640	99.528	43	6	4	-	-	**102.517**	**56.051**
Dividendos	-	4.071	4.929	-	-	-	-	-	-	**9.000**	**91.006**
Mútuo	-	-	-	-	9.966	-	-	-	-	**9.966**	**-**
Passivo											
Fornecedores	-	10.811	-	53	-	145	-	526	-	**11.535**	**49.712**
Dividendos / JCP [*]	102.793	-	-	-	-	-	-	-	-	**102.793**	**365.602**
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	194.356	**194.356**	**-**
Outras	-	524	-	-	-	137	-	-	-	**661**	**-**

(*) Juros sobre o capital próprio.

	2008										2007
	CEM	ITASA	LAGES	TBLC [b]	DELTA	EAS	CESS	GAMA	SUEZ [c]	Total	Total
Resultado											
Receita de suprimento de energia	-	-	4.561	408.616	-	-	-	-	-	**413.177**	**329.394**
Receita de Serviços Administração	121	-	115	27	-	-	422	-	-	**685**	**1.203**
Operação e manutenção	304	11.103	1.565	-	-	-	-	-	-	**12.882**	**13.441**
Custo de energia Elétrica											
Compra Energia	46.652	119.727	-	-	-	-	-	-	-	**166.379**	**393.153**
Outros	-	-	-	10.654	-	-	-	-	-	**10.654**	**31**
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.389	5.389	**2.540**
Receita Financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
Resultado de Participações Societárias	11.122	17.140	7.187	27.599	(68)	(6.445)	(185)	(1.652)	-	**54.698**	**179.091**

(a) GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda

(b) Tractebel Energia Comercializadora

(c) Suez-Tractebel S.A.

(d) Leme Engenharia Ltda

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentadas a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Honorários e benefícios de curto prazo	5.911	5.706	6.595	6.803
Encargos sociais	1.731	1.802	1.870	2.009
Bônus dos Administradores e encargos	2.284	2.767	2.284	2.910
Benefícios pós-emprego	587	603	587	634
	10.513	**10.878**	**11.336**	**12.356**

31 – GARANTIAS A TERCEIROS

ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2008 é de R$ 172.731 (R$ 209.041 em 31.12.2007).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2008 totaliza R$ 25.117 (R$ 31.877 em 31.12.2007).

CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2008 é de R$ 612.678 (R$ 407.210 em 31.12.2007).

PPESA

A Energia América do Sul Ltda, controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2008 é de R$ 270.043.

Empresas recentemente adquiridas

A Companhia será interveniente dos contratos de financiamento das empresas recentemente adquiridas Tupan, Hidropower, Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca a medida em que as trocas das garantias forem sendo efetivadas.

32 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 5.247.606, equivalentes a R$ 12.263.655 em 31.12.2008, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 331.994, equivalentes a R$ 775.870 em 31.12.2008 e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 196.846, equivalentes a R$ 460.029 em 31.12.2008. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 584.250 em 31.12.2008, por evento.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31.12.2008. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

Os seguros contratados relativos às controladas, em 31.12.2008, têm as seguintes principais características:

Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 44.481 equivalentes a R$ 103.952 em 31.12.2008, e de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 116.850 em 31.12.2008.

CESS: seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 22.200 para cada uma das duas apólices.

Ponte de Pedra : seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600 equivalentes a R$ 452.443 em 31.12.2008, e de responsabilidade civil com coberturas de R$ 5.325, para cada uma das duas apólices.

Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de R$ 65.000 e de lucro cessante de longo prazo com valor de R$ 8.000, para cada uma das empresas.

Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca: seguro de risco de engenharia com cobertura de até R$ 114.000, R$ 67.183, R$ 63.799, respectivamente, e de responsabilidade civil com valor de R$ 10.000, R$ 6.718 e R$ 2.000, respectivamente.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão
A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

Em relação as empresas adquiridas no ano de 2008, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:

- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Eólica Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Eólica Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (CEPISA)

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:

- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL)
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (AES Sul)
- UTE Jorge Lacerda A : Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)
- PPESA: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE)
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT)
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (COELCE)
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí. (CEPISA)

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c)Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios (*)				
Ano	**Recursos Próprios**	**Compras para revenda**	**Disponibilidade total**	**Disponibilidade Contratada**	**% Contratados**
2009	3.311	387	3.698	3.653	98,8%
2010	3.393	622	4.015	3.917	97,6%
2011	3.580	289	3.869	3.448	89,1%
2012	3.617	177	3.794	3.446	90,8%
2013	3.617	278	3.895	3.273	84,0%
2014	3.617	249	3.866	2.791	72,2%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31.12.2008, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	Valor	**%**
Distribuidoras	1.763.889	46,01
Consumidores livres	1.059.455	27,63
Comercializadoras	659.986	17,21
CCEE	295.972	7,72
Exportação	34.394	0,90
Outras	20.421	0,53
	3.834.117	**100,00**

Os clientes que, em 31.12.2008, participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia foram a CELESC, a Rio Grande Energia S.A., a CPFL Comercialização Brasil S.A. e a Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi, onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o MME expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo ONS e pela CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW.

Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física, a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

Em 20.06.2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

Até a data do fechamento do balanço em referência, a situação permanece inalterada.

e) Compra de Gás Natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Ante a ameaça da PETROBRAS de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGÁS e a PETROBRAS, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca de Campo Grande (MS).

Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a PETROBRAS obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.

Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro de energia vendida de UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Recentemente, a ação foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e PETROBRAS e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado.

O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a PETROBRAS interpôs embargos de declaração que foram considerados improcedentes, e entrou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.

f) Contratos de Arrendamento

f.1) A Eólica Beberibe possuí quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17.05.2027 até 28.09.2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar norte-americano e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato.

f.2) A Eólica Pedra do Sal possui dois contratos de arrendamentos dos terrenos onde estão localizados o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade

A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para Serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, no montante de R$ 87.830. Desse total, R$ 9.188 tinham sido pagos até 31.12.2008. A vigência do contrato é de até 01.06.2010.

A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda, empresa pertencente ao Grupo Suez, para controle de qualidade do projeto da UTE Ibitiúva Bioenergética, no valor de R$ 1.845, com vigência até 01.04.2010.

34 – EVENTO SUBSEQÜENTE

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 16.02.2009, aprovou a 4ª emissão de Notas Promissórias da Companhia, no valor total de até R$ 300.000, através de Oferta Restrita nos termos da Instrução CVM nº 476/09. As principais características da emissão estão apresentadas no quadro a seguir:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	300 Notas Promissórias.
Valor Nominal Unitário:	R$ 1.000.
Data de Emissão:	Data de sua efetiva subscrição e integralização.
Forma:	Serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas em instituição habilitada à prestação de serviços de custódia.
Prazo e Vencimento:	360 dias contados da data de emissão, e será considerado o 360º dia como a data de vencimento.
Local de Negociação e de Pagamento:	Mercado de balcão organizado, junto ao Sistema de Nota Promissória operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
Remuneração:	125% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela CETIP.
Resgate Antecipado:	Será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate.
Garantia:	Não farão jus a nenhum tipo de garantia.
Destinação dos Recursos:	Serão destinados ao pagamento de dívidas da Companhia e ao financiamento do capital de giro.

Em 06.03.2009 a Companhia recebeu os recursos referente a referida emissão, no valor de R$ 300.000, os quais serão destinados em parte para o pagamento da dívida representada pelas notas promissórias, emitidas em 20.05.2008 e com vencimento em 15.05.2009.

Na mesma reunião também foi aprovada a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária (sem garantia ou preferência), no valor de até R$ 600.000, observado que tal montante poderá ser objeto de aumento em virtude de demanda observada no processo de *bookbuilding*, os quais serão objeto de distribuição pública no âmbito do Programa de Distribuição, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, sendo que as principais características e condições são:

Número de Séries:	Série Única.
Quantidade:	60.000 Debêntures, sendo que a quantidade poderá ser eventualmente aumentada, em até 35% em razão de demanda apurada em procedimento de *bookbuilding*.
Valor Nominal Unitário:	R$ 10
Data de Emissão:	01.04.2009
Forma:	As debêntures serão nominativas e escriturais;
Espécie e Conversibilidade:	Espécie quirografária, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Prazo e Vencimento:	O prazo será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2011.
Local de Negociação e de Pagamento:	(a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT (Módulo de Distribuição de Títulos), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), (b) negociação no mercado secundário, por meio do SND (Módulo Nacional de Debêntures), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.
Remuneração:	Equivalente à acumulação de, no máximo, 125% da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, observado que a taxa final aplicável será apurada por meio do *Bookbuilding*. A Remuneração será devida semestralmente, nas seguintes datas: 01.10.2009, 01.04.2010, 01.10.2010 e 01.04.2011.
Destinação dos Recursos:	(a) ao pagamento integral da dívida representada pelas Notas Promissórias e (b) ao pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, emitidas em 20 de maio de 2008 e com vencimento previsto para 15 de maio de 2009.

(A nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008 encontra-se na próxima página)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

José Carlos Cauduro Minuzzo
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em exercício

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização e Negócios

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Examinamos o balanço patrimonial (controladora e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e controladas, em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 1º de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Paulo de Resende Salgado e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2008, e com base no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 09 de março de 2009, declaram que o Relatório Anual da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S/A em 31 de dezembro de 2008, estando em condições de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

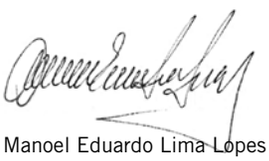
Rio de Janeiro, 12 de março de 2009



Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente



Paulo de Resende Salgado
Conselheiro



Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Buscando seguir os preceitos de sustentabilidade apresentados neste Relatório, este projeto foi concebido com técnicas e materiais alternativos, que minimizam o impacto socioambiental da publicação.

As tintas utilizadas no processo de impressão são exclusivamente à base de óleo vegetal, ou seja, não utilizam metais pesados, como bário e cobre, que representam risco ao meio ambiente, no caso de descarte inapropriado, e à saúde de trabalhadores que estão sempre em contato com estes compostos. Adicionalmente, a tinta não emprega petróleo, recurso não-renovável, em sua base de fabricação.

A capa e as páginas internas do Relatório foram impressas em papel couché, proveniente de manejos florestais certificados pelo FSC (Forest Stewardship Council), e as das Demonstrações Financeiras, em papel composto de 75% de aparas pré-consumo e 25% de aparas pós-consumo, adquiridas diretamente de cooperativas de reciclagem. O invólucro da publicação, por sua vez, utiliza o primeiro papel branco existente produzido com 100% de aparas pós-consumo recicladas.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL
Tractebel Energia S.A.

CONSULTORIA EM GRI, REDAÇÃO, EDIÇÃO E TRADUÇÃO
MZ Comunicação Corporativa Integrada

REVISÃO
Assessoria de Comunicação
Departamento de Relações com Investidores
Relata Editorial
Mario Benevides

DESIGN, DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
MZ Design

IMAGENS
Acervo Tractebel Energia
Shutterstock

IMPRESSÃO
Atrativa Indústria Gráfica

Rua Antônio Dib Mussi, 366 CEP 88015-110 - Florianópolis - SC
Tel: 48 3221 7000 - Fax: 48 3221 7001

